

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL  
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

FLÁVIO FERREIRA BORGNETH

**MEMÓRIAS DO PERÍODO MILITAR  
EM VITÓRIA ANTES DO AI-5**

VITÓRIA  
2009

FLÁVIO FERREIRA BORGNETH

**MEMÓRIAS DO PERÍODO MILITAR  
EM VITÓRIA ANTES DO AI-5**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de Mestrado em História Social das Relações Políticas.  
Orientador: Prof. Dr. Carlos Vinícius Costa.

VITÓRIA  
2009

FLÁVIO FERREIRA BORGNETH

MEMÓRIAS DO PERÍODO MILITAR EM VITÓRIA ANTES DO AI-5

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História Social das Relações Políticas.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Carlos Vinícius Costa (Orientador)  
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

---

Prof. Dra. Márcia Barros Ferreira Rodrigues  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

---

Prof. Dra. Maria Cristina Dadalto  
Centro Universitário de Vila Velha - UVV

## Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

B733m Borgneth, Flávio Ferreira, 1981-  
Memórias do período militar em Vitória antes do AI-5 / Flávio  
Ferreira Borgneth. – 2009.  
189 f.

Orientador: Carlos Vinícius Costa de Mendonça.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito  
Santo, Centro de Ciências Humanas e Sociais.

1. Governo militar - Brasil. 2. Decretos-leis. 3. Brasil -  
História - 1964-1985. 4. Brasil - Política e governo - 1964-1985.  
5. Vitória - História - 1964-1968. 6. Vitória - Política e governo -  
1964-1968. I. Mendonça, Carlos Vinícius Costa de. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Humanas e Sociais. III. Título.

CDU: 93/99

---

## **APRESENTAÇÃO**

Partindo do pressuposto que o projeto civil-burguês-militar foi bem sucedido no Espírito Santo, esse trabalho objetiva resgatar as memórias passadas nos quatro primeiros anos de intervenção militar (1964-1968) em Vitória, de forma a fazer um registro da memória desse período de acordo com fontes orais e documentais que demonstrem como e quais os grupos de poder locais interagiram com o período, ou até contribuíram para sua radicalização que culminou com a decretação do Quinto Ato Institucional. Dentro desta problemática, a pesquisa se propõe apontar as particularidades e semelhanças da história capixaba em relação à história nacional, analisando a influência mútua trocada por esses dois lados.

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	
.07	
<b>2. O CASO</b>	
<b>BRASILEIRO.....</b>	<b>10</b>
2.1	
CONSTRUÇÃO.....	12
2.2	
BRAZILIANISTS.....	15
2.3	
BRAZILIANISTAS.....	17
2.4	
FATORES DA	
CASERNA.....	25
2.5	
O CAPITAL	
BURGUES.....	32
2.6	
IMPLEMENTAÇÃO.....	37
2.7	
LIMPEZA.....	44
2.8	
1968.....	57
<b>3. ESTADO, INDIVÍDUO E</b>	
<b>REPRESENTAÇÃO.....</b>	<b>64</b>

3.1	ESTADO		E
	REPRESENTAÇÃO.....	64	
3.2	MEMÓRIA.....		
		72	
3.3	NARRATIVA: METODOLOGIA		DE
	PRODUÇÃO.....	78	
<b>4.</b>	<b>O CASO ESPÍRITO</b>		
	<b>SANTO.....</b>	<b>85</b>	
4.1	1°		DE
	ABRIL.....	85	
4.2	RENÚNCIA		DO
	GOVERNADOR.....	105	
4.3			
	TEATRO.....	124	
4.4			MOVIMENTO
	ESTUDANTIL.....	132	
4.5			
	IMPrensa.....	145	
4.6	FESTIVAIS		DE
	MÚSICA.....	155	
4.7	CONGRESSO		DE
	IBIÚNA.....	169	
4.8	PARA		O
	EXÍLIO.....	184	
4.9	AI-5.....	192	

<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>199</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>205</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>210</b>
7.1 DEPOENTES: micro-perfil e ficha de áudio.....	210
7.2 CD DE AUDIO: entrevistas.....	255



## 01. INTRODUÇÃO

Entre 1964 e 1968, o movimento político-militar-burguês se articulou basicamente com três fins: adequação constitucional; adaptações econômicas e estruturais ao capital estrangeiro; além do controle da oposição das ruas, tribunais e parlamentos. O eco desses objetivos se manifestou no meio econômico, político e social de todo o país. Esta pesquisa busca fazer um registro oral desses primeiros quatro anos de Regime Militar, com foco nas memórias do caso Espírito Santo. O objetivo é contribuir no entendimento de como esse processo foi implementado na política, economia, sociedade, cultura e meios de comunicação do Estado.

Era pretensão inicial desse trabalho analisar os quatro primeiros anos de Regime Militar no Estado. Tal luta logo diminuiu, ficou apenas em Vitória. É preciso reconhecer que havia riqueza de detalhes e carência de dados gerais que permitissem maiores abstrações. Por outro lado, as fontes escolhidas produziram testemunhos com peso histórico. Os depoentes estavam no centro das questões necessárias, participaram pessoalmente. Representavam pessoas, fugiram da polícia, foram torturados. Mesa de governador, redação de jornal. Lugares com portas fechadas. Pessoas contaram um tempo com o cotidiano, não pelos balanços anuais do Governo do Estado. Sendo assim, aqui se fala mais de indivíduos, menos de números oficiais.

Tendo essas limitações em mente, o resultado final não é uma análise histórica. Antes de tudo, esse é um trabalho de memorialismo, de memórias. A reflexão da pesquisa não é feita sobre o conteúdo, mas nele. Assim, o objetivo foi construir o registro base da primeira fase de regime militar em Vitória. Uma coisa sem tantos relativismos, mas que ainda não havia sido feita. O objetivo era contar uma história focada no campo político. Manifestações e atores sociais – cultura, passeatas, imprensa – também foram estudados, mas os atos de artistas e estudantes são vistos sempre como políticos.

A escolha da linguagem jornalística para tecer esse fio condutor base se deve ao fato dessa ser adequada para isso. A idéia é narrar em um formato feito para narrar narrativas, justamente o que as pessoas fazem quando testemunham. Além disso, a grande reportagem é uma boa plataforma para unir os diversos documentos reunidos: depoimentos, fotos, jornais, músicas, cartas, transcrições de discursos... Tais dados se impuseram, mas carregaram uma característica de ouro. Como é uma narrativa contada por pessoas base na

época, que participaram das decisões, detalhes ganharam excelente poder de relativismo histórico.

No processo de captação, os diálogos foram conduzidos de forma a respeitar a lembrança. O testemunho alimentou a maior parte da pesquisa. São mais de 30 entrevistas. Os depoentes são, em sua maioria, jornalistas. Foram escolhidos por sua posição privilegiada. Dentro das redações sabia-se o que não poderia ser publicado. Além disso, a atividade jornalística andava próxima dos bastidores partidários. Os jornais pertenciam aos grupos de poder políticos locais. Em resumo, são atores que carregam como o ofício o dever de saber de tudo, nem que seja um pouco. Tal característica aumenta o potencial narrativo da generalidade. Não são vistos como fontes capazes de análise ou profundidade, mas como bancos de informação de acontecimentos.

Como o depoimento se mostrou ferramenta de maior viabilidade ante as dificuldades encontradas, a captação adotada contemplou as limitações do documento oral. Assim, técnicas de isenção e verificação foram utilizadas, tanto oriundas da história oral, quanto das práticas de apuração jornalística. Essas sementes metodológicas ensinaram os receios necessários. Entre eles o de consultar mais de uma plataforma documental. Pena que a bibliografia possui problemas de conteúdo. Edições de jornais locais estão incompletas nos acervos de pesquisa do Espírito Santo, e também do Rio de Janeiro – um dos anos mais afetado é 1968.

O trabalho se divide em três partes. Primeiro o contexto brasileiro da época (1964-1968) é problematizado bibliograficamente. No segundo capítulo, conceitos teóricos e metodológicos da pesquisa são debatidos. Fatores sociais e individuais são vistos como catalisadores de processos de memória e, portanto, influenciadores na maneira como fontes orais narram os acontecimentos que formam o corpo da pesquisa, e constituem a narrativa do terceiro capítulo, que utiliza linguagem jornalística para contar o período.

As entrevistas feitas estão anexadas num CD que acompanha o volume dessa dissertação. No anexo podem ser encontradas as fichas de áudio de cada fonte. Indicando o tempo de falas e assuntos chave, elas são um guia para consultar os depoimentos.

## **2. O CASO BRASILEIRO**

### **2.1 Construção**

O receio dos acadêmicos de história fez com que as primeiras obras sobre aqueles dias não nascessem pelas mãos deles. Mas há motivo para a espera: como ninguém, a classe sabe do respeito que se deve ter perante o tempo! Claro que é justificável o medo da história do (quase) presente. Mas, não é só isso: se ainda hoje segredos do país continuam intocáveis, o sigilo era ainda maior quando a tinta estava fresca. O acesso a documentos que respaldassem as análises era distante e protegido por mecanismos acima da democracia, coisa que atrasava ainda mais os estudos propriamente históricos sobre o tema.

Além disso, ainda faltava carne ao corpo acadêmico dos historiadores. A profissionalização da pesquisa histórica brasileira deu seus primeiros passos naquela mesma década de sessenta. Ou seja, a preocupação era de nascer, não produzir. E, ainda por cima, havia certa desconfiança quanto à mão que dava o pão: os militares.

Apesar das ações estatais terem como pano de fundo a segurança nacional, não é devaneio imaginar que os generais presidentes prepararam alguns dos professores que iriam apanhar nas ruas por todos aqueles livros que viraram passeata, principalmente em 1968.

Na época, os investimentos na área eram acusados de coisa de norte-americano e outros “adjetivos” do gênero. Mas, se as bolsas de pesquisa tinham acento de bode expiatório, o feitiço não foi bem sucedido. Tanto que os historiadores Carlos Fico e José Roberto de Amaral Lapa<sup>1</sup> apontam a criação desses sistemas de pós-graduação como o marco da profissionalização da área.

De acordo com Fico, “no início dos anos 1970, era generalizada a avaliação, entre os próprios historiadores, da fragilidade da pesquisa histórica brasileira<sup>2</sup>”, coisa que se transformou efetivamente em ações acadêmicas na década seguinte.

---

<sup>1</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 20.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 21.

A nova produção foi pautada por uma outra direção da pesquisa histórica, que em 1972, começou a mudar de gaveta. As teses e dissertações apareceram já em cenário de distensão, no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979). Foram feitas com novo relógio. A Escola de *Annales* coroou uma cartilha menos passadista.

Essa chamada história do tempo presente não busca fazer um inventário das descobertas do passado sobre o hoje; não havia espaço temporal para separar o perdurável do efêmero. Tal proximidade pode fazer dela mais objetiva, além de impor maiores cuidados com a parcialidade e a consideração de várias visões. Por outro lado, a nova metodologia captou relatos que poderiam ter se perdido se o trâmite da regra acadêmica anterior fosse seguido. A entrada do “acontecimento” no ofício do historiador também trouxe satisfações até então inéditas, como a de ter seu objeto de estudo para dialogar<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Bointempo, 2004, p. 57.

Assim, segundo Fico, a produção voltada para o período colonial deu lugar a novo foco: a fase republicana brasileira. Inclui-se aí a então recente novela nacional. Mas o cardápio não incluiu só novas fontes de pesquisa, mas como também novos candidatos a pesquisador. Antropólogos, sociólogos, jornalistas e literatos voltaram os olhos para o estudo da história que agora também olhava para eles.

Além disso, *Annales* foi decisivo para a proeminência da história econômica social - a história política foi classificada como descritiva<sup>4</sup>. Assim, partir de 1940/1950, as respostas provenientes da ótica econômica, e da estrutura social baseada numa sociedade de classes ganhou espaço. Claro que pesquisas acadêmicas com parâmetros marxistas acharam casa dentro desse novo pensar histórico.

A forte influência acadêmica do marxismo (com sua opção preferencial pelo movimento operário como objeto de estudo), verificada a partir dos meados do século XX, também colaboraria para suscitar o interesse, no Brasil, pela história republicana (...). O fato é que, sobretudo no final dos anos 1970, boa parte dos pesquisadores começou a voltar-se para o período republicano, especialmente pela fase conhecida como 'Primeira República', lançando luz sobre temas como o surgimento do movimento operário. Tais estudos foram

---

<sup>4</sup> *Por uma História Política* / [Direção de] René Rémond; tradução Dora Rocha- 2. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 18.

importante não apenas por seu caráter precursor, mas, também, por sua dimensão simbólica: a adoção teórica da temática do marxismo não deixava de ser uma forma de marcar posição contra a ditadura militar<sup>5</sup>.

A abordagem dos historiadores não era direta, mas simbólica. Mesmo após o fim do regime o flerte com ele continuou assim. Mas as razões iam além de receios ligados a truculência dos quartéis. O freio vinha da conduta acadêmica da época. Estudiosos entendiam que não era de “bom tom” falar dos anos de intervenção militar, que ganharam sinônimo de imoralidade.

Mas houve também, principalmente após 85, a persistência de algum preconceito na área acadêmica em relação ao tema, como se estudar internamente aspectos organizacionais ou estruturais da institucionalização envolvesse alguma espécie de poluição moral do pesquisador<sup>6</sup>.

A exceção a tal conduta era a produção de alguns dos brasilianistas. Esse grupo de estudiosos americanos foi responsável por muitas incursões acadêmicas sobre o tema, inclusive pela primeira delas.

---

<sup>5</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 22.

<sup>6</sup> CASTRO, Celso. *A Origem social dos militares*. In RAPOSO, Eduardo (coord.). *1964 – 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994, p. 199.

Thomas Skidmore foi o primeiro a tentar “engarrafar” o assunto. A cruzada foi feita apenas dois anos depois da intervenção militar: em 1966. A proximidade temporal com o presente e a carência de fontes documentais não impediu a publicação de *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco*<sup>7</sup>.

Skidmore fez seu livro de fatos ainda em andamento. O imediato não foi problema para o cientista político, e claro que também não era para os jornalistas da época. Na verdade, a história do tempo presente coroada por *Annales* criou um intercâmbio positivo entre essas escolas. A narrativa jornalística e a reflexão histórica trocaram suas qualidades, e suas farpas. “Jornalistas e Historiadores, lado a lado na construção dessa história do tempo presente, aproximam-se nas temáticas e afastam-se nos métodos<sup>8</sup>”.

---

<sup>7</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

<sup>8</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 58.



Os relatos dos profissionais de imprensa – e de outras áreas - foram, no mínimo, importantes fontes para futuras pesquisas históricas. Desse mesmo mérito sobrevivem as narrativas de fatos feitas por homens que participaram deles. A parcialidade não anula tais publicações, mas as reduz a memória oficial ou de ressentimentos. Suspeitas valem tanto para os militares quanto para a esquerda, que se mostrou já num contexto de abertura.

Do lado da posição, Luís Viana Filho<sup>9</sup>, Chefe da Casa Civil, e Daniel Krieger<sup>10</sup> não fugiram de uma leitura positiva sobre o governo que fizeram parte: o de Castelo Branco (1964-1967). Do outro lado, o *Projeto Brasil Nunca Mais*<sup>11</sup> levantou mais de setecentos processos envolvendo presos políticos. Individualmente, Fernando Gabeira<sup>12</sup> e Alfredo Sirkis<sup>13</sup> não contribuíram para a formação da memória da esquerda. Descreveram a violência das armas da ditadura no intuito de

---

<sup>9</sup> VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1975.

<sup>10</sup> KRIEGER, Daniel. *Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1976.

<sup>11</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais* – 32ª ed. Vozes: 2003.

<sup>12</sup> GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro – 2ª ed.: Companhia das Letras, 1998.

<sup>13</sup> SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da Guerrilha Perdida*. São Paulo; Global, 1980.

justificar a opção que fizeram por fazer o mesmo<sup>14</sup>. Assim se armou a disputa pela memória. Nessa briga por estabelecer a versão correta, os dois lados dividem uma mesma certeza: de que é o outro que está errado.

## 2. 2 Brazilianists

Quando se trata da história do tempo presente, analisar os fatos pode ser pretensão, e não fazê-lo sinônimo de incompletude. Mas nem todas as publicações que se valeram dessa metodologia se enquadram nessa sinuca sem saída. Dificuldades e restrições viram virtudes quando o pesquisador sabe seu tamanho, e as armadilhas da ação histórica ainda em movimento. Thomas Skidmore tentou cumprir essa receita sadia. Seus cuidados tiveram tropeços, mas tal coisa se justifica pela coragem de ser o primeiro a abordar aqueles acontecimentos.

---

<sup>14</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60*. In FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 25.

Segundo Carlos Fico<sup>15</sup>, na época, a obra foi criticada pelos acadêmicos como uma coisa menor que suas próprias limitações. “Foi injustamente tratado como (...) espécie de catálogo de fatos que não empreenderia nenhuma análise”. A recepção hostil se devia a atribuição de uma demasiada importância à lógica da sucessão de governos. O apontamento do autor aos principais problemas da história republicana do pós-30 não foi positiva o bastante para virar tal julgamento. Hoje a classificação de pesquisa empirista foi ultrapassada e a obra é tida como fonte de importância inegável sobre o período. Fico afirma ainda que vem dessa publicação o flerte inicial com uma escolha que pautaria a ação dos brazilianistas nas pesquisas porvir: a determinação de fatores econômicos para a eclosão do 1º de abril<sup>16</sup>.

Uma segunda obra de Skidmore viria em 1988. Aqui o cientista político já apontava por respostas além da narrativa que, embora bem

---

<sup>15</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 28.

<sup>16</sup> Skidmore fez parte do grupo de estudiosos norte-americanos conhecidos como brazilianists. Os trabalhos desse grupo focavam principalmente no período conhecido na história nacional como “milagre econômico”. O grupo não era bem aceito pela intelectualidade brasileira. Além do fator de serem americanos, teriam acesso a documentação privilegiada. É importante destacar que vários desses estudiosos participaram, nos Estados Unidos, de manifestações contra a ditadura militar brasileira.

fundamentada, não elucidaria a ocorrência dos fatos históricos. O peso militar era apontado como o fator de maior significação, mas a força civil também teria sido peça chave no tabuleiro.

É fato que João Goulart acreditava que conseguiria nas ruas o apoio que não tinha no Congresso. A confiança no populismo do presidente tinha passado, tanto pela sua ligação com Vargas, quanto por sua vitória nas urnas no plebiscito de 1963, quando a população optou pelo presidencialismo que ele julgava (ou esperava), afinal, sequer um ano havia se passado. O resultado desse apelo às ruas é ponto crucial para Skidmore. O tabuleiro é o seguinte: a forte força civil a favor de Jango venceria a fraca força civil contra Jango, por isso os militares concluíram que “somente uma intervenção podia salvar o Brasil de uma prolongada guerra civil”<sup>17</sup>.

### **2.3 Brazilianistas**

---

<sup>17</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 44.

O executivo nacional teria que se equilibrar em mais de uma corda bamba para o êxito do antídoto político que ele arquitetava. Naquele mês de março, a jogada presidencialista necessária pode ser resumida em passos que, no papel, parecem seqüenciais, mas que, na prática histórica, se mostraram indispensáveis inconciliáveis. São eles: sem apoio do Congresso, Goulart precisava das multidões e conseguiu algum respaldo nas ruas graças as suas promessas reformistas, mas tais deveriam ser validadas pelo Congresso que, ao mesmo tempo, tinha receio de que a aprovação aumentasse o apoio popular ao presidente. Respalhado pela massa, Goulart teria a força necessária (e a justificativa democrática) para implantar no país uma ditadura do Executivo ou, usando o sinônimo da época, dos comunistas.

Considerando a bibliografia disponível sobre os motivos da intervenção militar no Brasil, seria necessário contemplar outras alternativas, e não só à essa chave de raciocínio rabiscada acima. Os estudiosos já fizeram isso: algumas correntes teóricas defendem o peso das pressões da burguesia internacional, outras chamam a atenção para as razões e ações dos quartéis, ao mesmo tempo em que

alguns privilegiam o arcabouço político e o fator ‘medo-goulart’. Claro que o povo também é o personagem principal de outras abordagens, tal relevância da massa foi puxada pela maré de *Annales*, afinal, não existe classe e Karl Marx sem a sociedade.

Mais à frente, cada uma dessas vertentes serão contempladas. Porém, inicialmente, fiquemos com a prateleira dos que contribuíram para a leitura política dessa matéria. Publicações com esse ponto de vista resistiram à preponderância quase unânime de abandonar os maquiavelismos por outros poderes: os econômicos e sociais. Uma das mais “originais” hipóteses daqueles tempos a partir de Brasília coloca a paralisação da máquina político-institucional brasileira como a gota d’água.

Contudo, na década de sessenta, a incapacidade governamental de Goulart era percebida pelos teóricos. O cientista político americano Alfred Stepan<sup>18</sup> é um dos que levantou essa bandeira menos de seis

---

<sup>18</sup> STEPAN, Alfred C, *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 140.

anos após ela ter sido deposta do mastro<sup>19</sup>. A hipótese é de que as moedas políticas do presidente não conseguiram equilibrar uma torre de babel parlamentar, o que engessou suas chances e abriu caminho para a intervenção militar.

Para explicar-se, Stepan usa de licença didática e nomeia o padrão de relacionamento entre civis e militares ao longo da história nacional de “poder moderador”. A hipótese é de que, até aquele momento, esse poder determinante estaria equilibrado. Ou seja, os militares entravam em cena somente para depor um governo civil e transferi-lo para novas lideranças, também civis. A cordialidade e os receios dessa relação podem ser visualizados em um discurso feito na Escola Superior de Guerra, em 1955, pelo General Castelo Branco:

Há aqueles que recomendam como o melhor caminho para a participação dos militares na recuperação do País, intervir e assumir o controle do Governo. Os mais sinceros dizem que isso é necessário devido a incapacidade das intervenções políticas para resolver só problemas da nação (...). As forças armadas não podem, se forem fieis a sua tradição, fazer do Brasil uma outra “republicueta” sul-

---

<sup>19</sup> A tese de doutorado foi defendida na *Universidade de Colúmbia* em 1969, mas só foi publicada no Brasil em 1975.

americana. Se nos adotarmos esse regime, entraremos nele pela força, haveremos de mantê-lo apenas pela força e sairemos dele pela força<sup>20</sup>.

Em 1964, porém, Castelo e seus colegas de farda tinham outra idéia. Ao identificarem “equivocos” ideológicos e incapacidade administrativa na movimentação presidencial, o acordo de cavalheiros foi desfeito<sup>21</sup>. Não é só isso. Soma-se ao incômodo comunista e de locomoção política do presidente, outro motivo: as mãos dele estavam sujas pela quebra da hierarquia militar que tinham coroadado. Justamente essa “ofensa-pessoal” veio por transbordar o copo já cheio pelos motivos estatais administrativos.

A inabilidade de Goulart em controlar as forças do Legislativo – e até do próprio Executivo –, teria criado o buraco de legitimidade do sistema vigente que foi preenchido pela ação independente das forças armadas<sup>22</sup>. Ou seja, a falta de representatividade fez com que o regime perdesse a capacidade de se autoconcertar. Sendo assim, para salvar a

---

<sup>20</sup> SILVA, Hélio Ribeiro da, *Golpe ou Contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 30.

<sup>21</sup> De acordo com o autor, a auto-percepção dos generais do desequilíbrio do “poder moderador” seria o fator que diferencia o caso Brasileiro da formação das demais ditaduras da América Latina.

<sup>22</sup> Essa independência da percepção e ação militar na intervenção de março de 1964 não é unanimidade. A visão de um subsistema militar como variável dependente do sistema político, e a homogeneidade das lideranças dos quartéis, motivaram amplos debates acadêmicos que serão contemplados mais à frente.



democracia era preciso acabar com ela. É óbvio que o recurso legal para isso seria o impeachment, mas esse mecanismo exigia um apoio do Congresso que ninguém tinha, nem os militares. Como a radicalização dos partidos não sustentava acordos políticos, o resultado foi altamente provável.

Como toda boa obra, essa também tem fragilidades. Críticas são feitas em relação à afirmação de que o “padrão-moderador” estava equilibrado até 1964. O motivo da controvérsia: sabe-se que interferências diretas dos militares na política brasileira existiam desde antes. Na interpretação do historiador Hélio Silva, a deposição de Jango no dia 31 de março de 1964 começou em 29 de outubro de 1965, na deposição de Getúlio Vargas<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> O jornalista Carlos Castello Branco é outro autor que aponta “erros” políticos como motivadores das intervenções militares no Brasil, isso desde a década de quarenta. O colunista também observa que todos esses acontecimentos se deram após o entendimento das forças armadas de que a legalidade e a democracia estavam ameaçadas. Não seria uma questão de razão, seria de honra! Segundo ele: “Quando em 1945, apesar da conspiração longamente desenvolvida, Getúlio Vargas foi deposto por uma decisão militar dos comandos, a nomeação de seu irmão Benjamin Vargas é para a Chefatura da Polícia é que convenceu os chefes do Exército de que o presidente tencionava golpear as instituições e eliminar as candidaturas Dutra e Eduardo Gomes. Em 1954, Getúlio Vargas voltou a cair não por falta de apoio militar, mas por ter seu governo enterrado seu prestígio e sua autoridade no escândalo do atentado contra o governador Carlos Lacerda. Nesse ponto as Forças Armadas decidiram afastá-lo. (...) Em 1955, a demissão do general Teixeira Lott do Ministério da Guerra, por suas implicações e pelo método adotado, é que fez pender a balança em favor da conspiração militar, até então reduzida e localizada, preparada para assegurar a posse do sr. Juscelino Kubitschek”. (CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder: de 1964 ao AI-5*; prefácio de Merval Pereira. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 47).

A origem política do 31 de março decorre da crise institucional já delineada desde os primeiros anos de vigência da Constituição de 1946. Essa crise tem, como traço fundamental, a separação cada vez maior entre nação e sua representação (...). Nesse espaço de tempo registrou-se impedimentos a Café Filho e Carlos Luz, em 1955; a renúncia de Jânio, em 1961; a batalha da posse de Jango; a adoção do parlamentarismo; o plebiscito presidencialista (...). Nesse espaço de tempo apenas dois presidentes concluíram seus mandatos: Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek de Oliveira. (...).<sup>24</sup>

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos também reza que as razões da intervenção de 1964 apontadas por Stepan têm alguns equívocos. Mas, nesse caso, o enfoque diz respeito às raízes da fragmentação de apoio parlamentar. Para Stepan, a origem da instabilidade do Congresso se deve a das coligações eleitorais que o elegeram. Para Santos, não.

(...) as alianças eleitorais nada tinham a ver com o padrão de coalizões no Congresso.<sup>25</sup>

Não é por acaso que Santos coloca seu foco sobre os impasses parlamentares de 64, e não sobre as eleições anteriores. Justamente da matemática do Congresso ele retira as variáveis políticas específicas a

---

<sup>24</sup> SILVA, Hélio Ribeiro da, *Golpe ou Contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 20 - 21.

<sup>25</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo de conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; Iuperj, 2003, p. 173.

que atribui a “crise de paralisia decisória” que provocou a deposição de Goulart. Para tanto, o processo político é entendido como variável independente – essa afirmação se contrapõe à leitura de Stepan, que atribui caráter de autonomia não às ações (ou não ações) dos deputados e presidente civis, mas ao movimento autônomo da caserna. A hipótese de Santos é que “o golpe de 64 foi o resultado do emparedamento do sistema político, antes que uma reação a iniciativas governamentais”<sup>26</sup>. Essas afirmações são trabalhadas com evidências empíricas que demonstram a decrescente capacidade de produção legal do Legislativo com o passar do tempo. Ironicamente, a paralisação do Congresso Nacional foi alimentada pela ação de Jango para revertê-la.

O fato é que as promessas de Goulart exigiam alterações na Constituição de 1946, coisa impossível sem o apoio parlamentar. O problema era que o presidente alimentava duas forças antagônicas. De um lado, para manter o apoio dos líderes esquerdistas da bancada, era obrigado a declarar seu antagonismo ao Congresso. Do outro lado,

---

<sup>26</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 46.

para ganhar espaço nas legendas de direita, o presidente barganhava com os cargos ministeriais e de empresas estatais. Soares defende que o uso desses postos de nomeação como moeda política comprometeu iniciativas de planejamento e, conseqüentemente, foi mais um dos fatores que geraram a imobilidade de ação do Executivo<sup>27</sup>.

Suas esperanças de obter apoio parlamentar pelo prestígio dos homens que reuniu a sua volta, porém, eram minadas pelas concessões que era compelido a fazer à esquerda, as quais seguiam a dinâmica de um leilão de promessas.<sup>28</sup>

Para Soares, a paralisia política do governo Goulart aconteceu quando nenhum dos atores teve força para fazer prevalecer sua bandeira. Claro que isso foi motivado pela radicalização das posições. Com cada grupo defendendo sua proposta, nenhuma delas poderia ter a maioria necessária para superar as demais. Todos os partidos queriam vencer à sua maneira. Todos os partidos perderam da mesma maneira.

---

<sup>27</sup> Segundo Santos, o governo de Jango teve as maiores taxas de rotatividade de ministros desde 1946. Além disso, as presidências da Petrobrás, Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Vale do Rio Doce e Siderúrgica Nacional foram usadas como moeda política.

<sup>28</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O cálculo de conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; Iuperj, 2003, p. 306.

É perfeitamente possível que os diversos subgrupos parlamentares optem por mudar de *status quo*, sem chegar a acordo, contudo, sobre a direção da mudança. O *status quo*, nesses “imobilismos”, não é resultado da escolha de qualquer maioria, mas a segunda opção de todas as maiorias de veto a propostas particulares. O destino de projetos de reforma agrária (...) exemplifica à perfeição a materialização dessa virtualidade. Não obstante, os três principais líderes dos grupos parlamentares – PTB, PSD e UDN – aderiram a bandeira de reforma no campo, cada qual apresentou alternativas ao *status quo* diferentes (...), sendo todas derrotadas e permanecendo o *status quo*, o qual não era a primeira opção de nenhum dos três grupos.<sup>29</sup>

Como se vê, o mecanismo adotado por Santos se baseia em uma república engessada. Contudo existe um problema: a “paralisia de decisão” ocorre quando não há ator com poder para fazer prevalecer sua proposta, e os militares foram atores com poder suficiente para fazer isso naquele momento. O cientista político Fábio Wanderley Reis chama atenção justamente para essa incoerência entre chave conceito e fato histórico. A crítica não discute que o tabuleiro parlamentar a principal avenida dos acontecimentos, mas defende a mão militar como exceção ao gesso de decisões.

(...) a paralisia de decisão entendida como algo que se dará quando não houver ator ou atores com poder suficiente para fazer prevalecer sua proposta, exigiria para sua ocorrência que as próprias Forças

---

<sup>29</sup> *Idem*, p. 206-207.

Armadas não dispusessem desse poder. Mas, 1964, segundo a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos, corresponde à intervenção (eficaz) das Forças Armadas em resposta a paralisia de decisões especialmente no nível parlamentar ou na esteira dela<sup>30</sup>.

Ao ressaltar a força militar, Fábio remota a Alfred Stepan, o primeiro a chamar a atenção para a necessidade de estudar a ação dos quartéis. Contudo o modelo explicativo de Santos não perde seu mérito. Além de escolher uma análise que não enfatizava os empresários ou militares como atores principais na crise dinâmico-funcional, apontou para um papel até então ignorado: a importância do plano parlamentar<sup>31</sup>. A historiadora Maria Celina do Amaral também ressalta o “fator-legislativo” ou, mais precisamente, a importância do diálogo do parlamento com os militares<sup>32</sup>.

Uma descrição peculiar da movimentação dos deputados naqueles dias pode ser encontrada no recém lançado *Os Militares no*

---

<sup>30</sup> REIS, Fábio Wanderley. *O Golpe e o cálculo*. Folha de São Paulo, *Jornal de Resenhas*, 10 de maio 2003, p. 1. In FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 48.

<sup>31</sup> A Casa de Leis se mostrou importante até posteriormente à intervenção de 64. Apesar de fragilizado frente aos generais presidentes, o congresso fantoche foi fator fundamental na simulação de democracia e na legitimação do regime militar.

<sup>32</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. *A ilusão trabalhista: o PTB de 1945 a 1965*. Tese de doutorado apresentada a IUPERJ. Rio de Janeiro, 1989. In FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 47.

*Poder*<sup>33</sup>. O livro reúne a coluna diária do jornalista Carlos Castelo Branco entre 1964 e 1968<sup>34</sup>. Além de citar encontros entre representantes parlamentares da oposição com oficiais do exército, ele aponta que esses diálogos já permitiam visualizar a “idéia do propósito dos comandos militares de se oporem a uma ação subversiva que partisse dos círculos governamentais”<sup>35</sup>. Apesar disso, como o Legislativo não era fiel ao Executivo, tal sugestão de intervenção poderia não ser uma ameaça, mas um convite.

A tentativa brizolista de convencer a câmara a favor de seu cunhado presidente e a ação de Goulart nas ruas também são contempladas com grandes riquezas de detalhes por Castello. Todavia, a maior contribuição do jornalista é a de não descrever só a tentativa militar de se infiltrar no governo, mas também a de Jango de se infiltrar no comando militar. E, como tais apontamentos são preponderantes na interpretação da homogeneidade ou

---

<sup>33</sup> CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder: de 1964 ao AI-5*; prefácio de Merval Pereira. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

<sup>34</sup> Castello foi secretário de Imprensa no curto governo de Jânio Quadros (1961). Com a renúncia de Jânio, assumiu a chefia da sucursal do *Jornal do Brasil*, em Brasília. Ali nascia a mais famosa coluna política do jornalismo brasileiro, que foi publicada diariamente por 31 anos até sua morte, em 1993.

<sup>35</sup> CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder: de 1964 ao AI-5*; prefácio de Merval Pereira. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 27.

heterogeneidade do comando das Forças Armadas, serão discutidos mais à frente.

## **2.4 Fatores da caserna**

As análises históricas que escrevem o golpe pelo cerne militar se deparam com algumas controvérsias chave. Os generais tinham um plano para administrar o país, ou só para tomá-lo? Se o princípio de disciplina não tivesse sido atingido diretamente pelas ações do presidente, as tropas atenderiam o comando de destituí-lo? Além disso, a independência da ação dos generais se contrapõe à possibilidade de influência do capital internacional nos motivos da caserna.

Apesar de haverem interpretações históricas que respondam com propriedade todas essas questões, começemos por um raciocínio feito de fatos. A proximidade do jornalista Carlos Castello Branco com os acontecimentos da época, permitiu que ele traçasse escolhas interpretativas únicas para o março de 64. Sua leitura política-militar



coloca as Forças Armadas como protagonista desse momento nacional, mas, por outro lado, o colunista contempla a relação entre Jango e os generais de forma a exemplificar que não eram só os deputados que estavam divididos, mas os generais também.

O número de oficiais destituídos de comandos e transferidos para a Reserva pela revolução vitoriosa indica que o sr. João Goulart, apesar dos erros sucessivos que cometeu na armação de sua política militar, tinha apoios e dedicações importantes<sup>36</sup>.

Quais foram os erros de Goulart, contudo? Segundo Castello, a rotatividade de ministros-militares de Jango foi uma de suas fragilidades. Para se ter uma idéia, o ministério de guerra teve quatro nomes em menos de dois anos. Com tamanha efemeridade dos mandatos, não havia tempo hábil para que seus postulantes elaborassem um sistema próprio de segurança para proteger as lideranças políticas instituídas. Apesar disso, Jango parecia seguro quanto à segurança de seu governo. Seu Ministro de Guerra, general Jair Dantas, lhe dava garantias de que apenas de dispositivos legais fossem usados, não haveria com o que se preocupar. Foi sob o signo

---

<sup>36</sup> CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder: de 1964 ao AI-5*; prefácio de Merval Pereira. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 47.

desse otimismo militar que o presidente realizou seu comício do dia 13.

O exército manteria a legalidade encarnada nos três poderes e, em especial, no presidente da república. A presença do general Jair e dos Ministros da Marinha e da Aeronáutica no palanque do comício, no dia 13, dava-lhe como a medida da disposição da chefia militar de sua ofensiva de pressão sobre o Congresso para votar as reformas de base e de adoção das medidas no âmbito do Executivo, ainda das que fossem adotadas na faixa contestada das competências das jurisdições<sup>37</sup>.

Depois do comício da Central do Brasil não havia mais dúvida de que o governo se preparava para um desfecho. Os planos do Executivo não eram mais feitos de estratégias defensivas. Estava-se organizando a ação das tropas pró-Jango. Se o dispositivo de luta era ensaiado pelo general Dantas dentro de forma legalista, o mesmo não era defendido por um outro general, Assis Brasil. Esse projeto de “bote ofensivo” foi apresentado ao presidente em Brasília, naquele mesmo mês de março.

Mapas foram estendidos sobre a mesa e o general discorreu sobre a distribuição de tropas e comandos, alinhando a cadeia de fidelidades e

---

<sup>37</sup> CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder: de 1964 ao AI-5*; prefácio de Merval Pereira. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 40.

dedicações e apontando os pontos duvidosos ou hostis, esses devidamente controlados, cercados ou isolados. O esquema era invulnerável. O general exortou o presidente a seguir seu caminho e, segundo depoimentos da época, que não foram contestados, terminou seu *speech* com um incentivo álaque ao sr. João Goulart: “Manda brasa, presidente!”.

Jango mandou. E tropeçou. Segundo Castello, quando a revolta dos marinheiros foi anistiada pelo governo, uma massa de oficiais que o defendiam foi traumatizada. A quebra da hierarquia militar era uma experiência audaciosa onde Goulart poderia testar sua própria força. Foi bem aí que a corda que o unia a parte da caserna se rompeu. O motivo: essa postura era hostil tanto aos generais dissidentes quanto aos aliados. Uma ofensa comum uniu as tropas e os comandos. Não foi o medo do comunismo que desencadeou a intervenção, mas o medo de uma crise de identidade interna que pudesse por fim a própria instituição militar.

Parece fora de dúvida que o episódio que fez pender a balança em favor dos seus adversários foi a crise da Marinha, a desastrosa decisão de prestigiar uma revolta de marinheiros aliciados por agentes sindicais destruindo o princípio da autoridade e da disciplina nas Forças Armadas. Esse erro quebrou a moral dos partidários do governo e deslocou a massa de indecisos de um campo para outro<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder: de 1964 ao AI-5*; prefácio de Merval Pereira. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007, p. 47.

Gláucio Ary Soares é um dos pesquisadores que se preocuparam com as razões militares para o golpe. Além do ataque à disciplina e à hierarquia das forças armadas, ele descreve mais dois blocos de preocupações: o caos administrativo e a desordem política além do perigo comunista e esquerdista em geral<sup>39</sup>. Também aponta os fatores econômicos como atores secundários, e defende que o comportamento militar depende menos dos desejos da sociedade do que a maioria das demais instituições nacionais de poder. Graças a esse isolamento social, os generais tinham uma autonomia “na criação e manutenção de um sistema de valores”.

(...) não é possível entender o comportamento dos militares a partir de teorias baseadas em outras instituições, grupos ou classes. Tampouco é possível estudar eventos nos quais os militares tiveram participação decisiva a partir de teorias e dados sobre a sociedade. Nesses casos, os militares tem que ser pesquisados diretamente<sup>40</sup>.

Soares defende a especificidade militar, mas não atribui homogeneidade a conspiração. Pelo contrário, ele afirma que esse

---

<sup>39</sup> SOARES, Gláucio Ary Dilton. *O Golpe de 64*. In SOARES, Gláucio Arly Dilton, D'ARAUJO, Maria Celina (org.). Op. Cit. P. 27.

<sup>40</sup> SOARES, Gláucio Ary Dilton. *O Golpe de 64*. In SOARES, Gláucio Arly Dilton, D'ARAUJO, Maria Celina (org.). Op. Cit. P. 46.

processo foi disperso e pode até ser caracterizado como “caos conspiratório”. Todavia há quem reze exatamente pelo contrário. O cientista político René Armand Dreifuss, por exemplo, defende que a articulação militar foi centralizada. Entre os aspectos do processo histórico que culminou com o golpe, porém, os autores, quase que exclusivamente, destacam o caráter aparentemente disperso da conspiração<sup>41</sup>.

A visão de forças díspares na caserna na arquitetura do golpe é aceita até por seus membros. Os depoimentos dos generais Jayme Portella de Mello e Hugo de Abreu foram publicados em 1979. Ambos chamaram a atenção para os diferentes grupos que conviviam no interior da tão proclamada quanto falsa unidade militar<sup>42</sup>.

O fogo amigo não pára por aí. Os militares entrevistados pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História

---

<sup>41</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 41.

<sup>42</sup> MELLO, Jayme Portella. *A Revolução e o Governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guariva, 1979. ABREU, Hugo. O outro lado do poder. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979. In FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 25.

Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, reforçam essa percepção de conspiração desarticulada, coisa que se contrapõe a uma das principais interpretações dos analistas: a de que o “golpe teria sido produto de um amplo e bem-elaborado plano conspiratório que envolveu não só o empresariado nacional e os militares, mas também forças econômicas multinacionais”. Na verdade, “todos teriam passado grande parte da conspiração a procura de líderes”.

Segundo os relatos também não haveria um projeto de governo. Os objetivos militares eram apenas tirar Jango do poder e limpar as instituições<sup>43</sup>. Alfred Stepan dizia o contrário, para ele os generais tinham “um nível de confiança relativamente elevado de que (...) contavam com membros possuidores de uma solução relevante para os problemas brasileiros e que estavam tecnicamente preparados para governar<sup>44</sup>”. Para Argelina Figueiredo, “a conspiração foi uma condição necessária, mas não suficiente para o sucesso do golpe de

---

<sup>43</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dilton, CASTRO, Celso. (Int e Org). *Visões do Golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 16 - 17.

<sup>44</sup> STEPAN, Alfred C, *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 137.

1964”<sup>45</sup>. O historiador Carlos Fico tenta suprir essa insuficiência demonstrando que, nesse caso, argumentos adversários podem ser argumentos complementares, ou ainda fatores interdependentes.

É incontestável a atuação dos empresários para a desestabilização do governo Goulart, tanto quanto foi fundamental a atuação propriamente militar que surgiu das conspirações dispersas na caserna. Não são fatores contrapostos. Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média, etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível<sup>46</sup>.

Fico trabalha as forças parlamentares, ações do presidente, o fator povo, a pressão da burguesia e os militares como variáveis dispersas que não devem ser descartadas. Nem todos os teóricos optaram por excluir as posições exclusivistas, um crime que os teóricos militaristas costumeiramente aponta ser cometido pela corrente marxista.

Gláucio Ary Dilton Soares, defende que autonomia dos militares foi subestimada pela tradição Marxista, que usava de explicações

---

<sup>45</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 171. In FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 42.

<sup>46</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 42.

econômicas que davam papel preponderante aos conflitos de burguesia e proletariado. Não se deve esquecer que o golpe foi militar e deu origem a um regime militar.

As interpretações iniciais do golpe militar enfatizaram suas causas econômicas, em parte devido à predisposição genérica de aceitar explicações economistas, em parte pela relativa simultaneidade do fim da etapa fácil da substituição de importações e da eclosão de regimes militares na América Latina. O economicismo do pensamento político social na América latina fez com que fosse buscar nas elites econômicas os responsáveis pelo golpe. O golpe, porém, foi essencialmente militar: não foi dado pela burguesia ou pela classe média, independente do apóio que essas lhe prestaram<sup>47</sup>.

## 2.5 O capital burguês

Duas correntes acadêmicas trocam controvérsias sobre a relação militares burguesia. De um lado, teóricos influenciados pela ciência política norte-americana. De outro, estudiosos influenciados pelo marxismo defendem aspectos políticos institucionais, determinações econômicas e condicionamentos de classe. Os argumentos e contra-argumentos desses grupos se dedicam basicamente em saber se os militares tiveram dinâmica própria ou foram apenas agentes

---

<sup>47</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 27.



institucionais da burguesia. Em outras palavras: a intervenção que depôs Jango foi uma conspiração militar com apoio de grupos econômicos, ou uma conspiração de grupos econômicos com apoio dos militares?

Os trabalhos que adotam análises estruturais sobre o tema predominaram na década de setenta. A ênfase no subdesenvolvimento ou no atraso da industrialização no Brasil são idéias recorrentes entre esses pensadores. O processo de substituição de importações teria acentuado os desconfortos entre o modelo agrário exportador e desenvolvimentista nacionalista brasileiros – com histórica representatividade parlamentar – com a realidade de uma estrutura econômica internacionalizada. O crescimento de parte desse grupo obviamente atravancava a entrada do outro, mas, antes disso, um medo comum unia todos os lados da burguesia: o receio do comunismo. Ou seja, os interesses do empresariado internacional teriam direcionado o futuro do país, forçando mudanças sociais e políticas com fins econômicos. Porém, tais alterações só poderiam ser

conseguidas sob forma autoritária de regulação. Os resultados são conhecidos.

Para João Quartim de Moraes, “o que ocorreu em março-abril [de] 1964 foi um golpe reacionário da direita do qual os militares constituíram o instrumento decisivo”<sup>48</sup>. É importante lembrar, contudo, que esse golpe da direita também agredia parte da própria direita.

Porque se dá o golpe? Devido às restrições da aliança de classes que estava no poder e ao deslocamento que, nessa aliança, algumas sofrem em detrimento de outras. A burguesia brasileira estava sendo deslocada, pelo próprio processo de expansão capitalista, de seu lugar central; ela não era mais a única detentora de um poder de classe dominante, senão que, devido ao crescimento e à reação dos capitais internacionais, aquele lugar estava sendo ocupado por outro ator (...). Evidentemente a burguesia não desapareceu, mas perdeu importância; ou melhor, a exclusividade; compete, então, com a burguesia internacional no comando da economia brasileira<sup>49</sup>.

Jacob Gorender foi outro marxista a estudar o golpe. Segundo ele, o esgotamento do modelo de substituição de importações

---

<sup>48</sup> MORAES, João Quartim de, *O colapso da resistência militar no golpe de 1964*. In FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 32.

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *Dilemas e perspectivas na economia brasileira no pré-64*. In FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 33.

minimiza o processo econômico como simples fruto de políticas econômicas. Na verdade, além de ser palco de uma crise econômica, o período entre 1962 e 1965 marca a primeira crise cíclica nascida do processo interno do capitalismo brasileiro. Enfrentar essa etapa de transição seria atividade de amadurecimento do sistema do país, que ultrapassava a fronteira da legalidade impulsionado pelas necessidades da burguesia industrial. A nova realidade perseguida nesses passos históricos era colocar o país na estabilidade financeira, coisa almejada por todos os variados interesses do empresariado. Contudo, para fazer bem aos negócios era um governo capaz de negar aos trabalhadores. Medidas recessivas eram necessárias, assim como um novo presidente para tomá-las<sup>50</sup>. O governo populista deveria ser substituído por outro decididamente coercivo.

Esses fatos correlacionados, porém, não são um dominó facilmente posto abaixo. Essa não é uma história sem inimigos, Gorender sabia disso. A tenção da luta de classes trabalhadoras nesse período é medida por ele pelo tamanho de sua ameaça. As tensões

---

<sup>50</sup> GORENDER, Jacob. Op. Cit. Pp. 41-42. In FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 34.

eram tamanhas que a própria propriedade privada foi posta em xeque. A ordem burguesa foi ameaçada pelos brasileiros e pelo presidente do Brasil, e isso deveria ser uma ofensa ao próprio Estado Brasileiro. Nessas circunstâncias, um golpe foi dado para evitar outro.

Nos primeiros meses de 196, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse<sup>51</sup>.

A verdade é que independente do lado, nenhum dos lados que disputavam o Brasil tinham objetivos democráticos. O medo do outro era plausível para todas as forças envolvidas, tão plausível a ponto de acabar com a democracia para mantê-la. As razões eram maiores que a razão e isso, segundo o cientista político René Armand Dreifuss, foi fruto de uma assimetria de poder. A configuração era essa: a força econômica do “bloco multinacional e associado, que se consolidara durante os períodos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros”, não tinha liderança política. Esse foi o motivo para uma conspiração preventiva que se efetivou em golpe preventivo.

---

<sup>51</sup> *Idem*, p 66-67.

De acordo com o autor, essa falta de representação forçou a burguesia a organizar “grupos de pressão e federações profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais<sup>52</sup>”. As pressões capitalistas se institucionalizavam e Dreifuss se foca nelas. Para ser mais preciso, ele estuda as organizações empresariais Ipês (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Palestras, publicações, filmes teriam sido feitos à mercê, sina dessas duas siglas. O destino a que se prestavam: a desestabilização do Estado do qual não participavam.

(..) embora o bloco modernizante-conservador fosse incapaz de se impor pelo consenso da sociedade brasileira, ele, no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de esvaziar uma boa parte do apóio ao Executivo existente e reunir classes médias ontra o governo<sup>53</sup>.

Para que apenas duas associações fossem capazes de mover o processo histórico, todavia, se fez necessária a presença do apoio militar. Por isso, oficiais das Forças Armadas titulavam em cadeiras

---

<sup>52</sup> GORENDER, Jacob. Op. Cit. Pp. 41-42. In FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p 104.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 259.

dessas duas frentes – Castelo Branco era um deles. Para Dreifuss, aqui nasceu a associação civil-militar capaz de tomar o poder – após a intervenção de 64, cargos do governo Castelo Branco foram dados a “homens-chave de grandes empreendimentos industriais e financeiros<sup>54</sup>”.

A importância da aliança burguês-militar nos Institutos também é confirmada por outro estudioso: Daniel Araújo Reis Filho. Mas há discordâncias, afinal, ele aponta a maior fragilidade da hipótese de Dreifuss: a superestimamão de que a peça Ipês/Iband conseguiria mover e derrubar todas as outras<sup>55</sup>. Ainda uma segunda superestimação é atribuída a esse mesmo autor: a convergência das forças vitoriosas nesses dois órgãos seriam a razão que faz do golpe um resultado de vontades centralizadas e (agora sim falando com razão) também preventivas. Ainda falando de Dreifuss, ele afirma que golpe da direita foi um preventivo. A mesma bandeira desse embate

---

<sup>54</sup> GORENDER, Jacob. Op. Cit. Pp. 41-42. In FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 455.

<sup>55</sup> REIS, Filho. Daniel Araújo. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo; Brasília: Braziliense; CNPq, 1990, p. 22.

de revoluções, vencido pelo lado que se antecipou, também é hasteada pelo sociólogo Florestam Fernandes<sup>56</sup>.

Centralizada ou não, contra golpe ou não, burguesa ou militar, econômica ou política, incapacidade janguista ou capacidade dos generais, o historiador Carlos Fico lembra (novamente) da importância de não excluir nenhuma das perguntas em torno do golpe de 1964.

Não há nenhuma fragilidade lógica ou teórica em considerarmos como dados casuais necessários à explicação do golpe aspectos macroestruturais (as demandas do capital internacional), decorrências sociopolíticas de tais demandas (luta política organizada dos empresários), padrões de funcionamento das instituições (impasses do sistema político) ou os comportamentos ou leituras de agentes históricos singulares (percepção de “caos” e quebra de disciplina/hierarquia pelos militares). A dificuldade de estabelecimento de nexos casuais entre elementos tão diferentes é problema antigo tanto nas ciências sociais quanto da história, mas importa dizer que todos esses aspectos devem ser considerados. (...) Descartar a importância das imposições decorrentes dos rearranjos do capital internacional seria um erro tão flagrante quanto não considerar o papel específico militares<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> FERNANDES, Florestam. *Brasil em Compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

<sup>57</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 43.

### 3.1 Estado, indivíduo e representação

O aprendizado humano é resultado da troca histórica do indivíduo com seu ambiente. A experiência evolutiva é um acumular de significados ordenados conforme a personalidade de significação de cada um. Mas essa sensibilidade (preferência) sigmática do indivíduo não vem dele, mas do ambiente que o cerca. O valor de uma comunidade corresponde à média espiritual e moral dos nela inseridos. Portanto, não se pode esperar dessa qualquer efeito que ultrapasse a sugestão do meio. “Nessas circunstâncias, se compreende que o juízo individual seja cada vez mais inseguro de si mesmo e que a responsabilidade seja coletivizada ao máximo: o indivíduo renuncia a julgar confiando o julgamento a uma corporação”.<sup>58</sup>

O homem não pode formular sistemas mentais sem recorrer à orientação de modelos de emoção públicos e simbólicos, pois esses modelos são os elementos essenciais com que ele percebe o mundo [...]. Para compor nossas mentes devemos saber como nos sentimos a respeito das coisas, e para sabermos como nos sentimos a respeito das coisas precisamos das imagens públicas do sentimento que apenas o ritual, o mito e a arte podem proporcionar<sup>59</sup>.

Para Jung, a responsabilidade moral do indivíduo é substituída pela razão do Estado. Sendo assim, o homem recorre aos modelos de emoção públicos e símbolos do sistema dominante. A individualidade é perdida para duas instituições externas: o governo e religião. O Estado

---

<sup>58</sup> JUNG, C. G. Presente e Futuro. Petrópolis:Vozes, 2008, p. 08.

<sup>59</sup> FÁBRICIO, Branca Falabella, e LOPES, Luiz Paulo da Moita in *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação* / organizadoras Ana Paula Goulart Ribeiro, Lúcia Maria Alves Ferreira – Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p 145.



regula o corpo social por meio das leis, bem como da propaganda. Assim como a imprensa, Leis são elos de ligação entre poder e sociedade. Elas podem ser elaboradas em duas direções: formalizar padrões sociais que já são costume; ou forçá-los. Estabelecem condutas. Baseiam-se no o que Jung chama de média de racionalidade – coisa que pode ser inventada conforme interesses de um parlamento para formalizar posturas ou mesmo esconder autoritarismos.

A Igreja interfere na ação humana por ser detentora de dados irracionais, um mecanismo de força exemplificado com ironia numa entrevista feita por Vinicius de Moraes nos anos cinqüenta. O texto foi publicado no extinto jornaleco carioca *Flan*. O entrevistado era o católico Jayme Ovalle, definido pelo poetinha como “o escritor que não escrevia”.

“- Ovalle, se o Papa ficasse louco, ainda assim os católicos lhe deveriam obediência diante do fato de sua infalibilidade?

- Claro. Se o Papa ficasse louco isso seria a plenitude de sua infalibilidade<sup>60</sup>.”

Mas o fator religioso não foi impedimento aos atos do Regime Militar Brasileiro em seus primeiros anos de atuação. Claro que posições individuais de alguns cléricos devem ser levadas em conta, mas, a instituição Igreja apoiou o governo militar. O movimento intitulado Marcha da Família com Deus Pela Liberdade é manifestação disso. “Nesse sentido, as marchas militares, as bandeiras, faixas, paradas e comícios não diferem muito das procissões, tiros e fogos de artifício usados para expulsar os demônios”<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> WERNECK, Humberto, Carlos. *O Santo Sujo. A vida de Jayme Ovalle*. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p. 323.

<sup>61</sup> JUNG. C. G. *Presente e Futuro*. Petrópolis:Vozes, 2008, p. 12.

O cruzamento de crença religiosa e moral perpassam a história da sociedade. Controlam a conduta humana por meio das leis de Estado e de Moisés. O problema é quando essa prática priva a consciência humana de liberdade, interferindo no que Stuart Mill chama de “domínio interno da consciência”: o direito de pensar, sentir e se expressar independentemente do sistema vigente. Para o teórico inglês, quando o poder coletivo passa por essa fronteira individual, esse perde sua justificação. “O único propósito para qual o poder pode ser legitimamente exercido sobre qualquer membro da comunidade civilizada é contra a sua vontade e o de evitar danos aos demais”, pontua Mill, referindo-se à origem da construção do Estado, teoricamente feita para defender essa instituição social organizadora da tirania do povo, e também dos governantes (Estado autoritário). O sociólogo Luciano Martins classifica os regimes autoritários conforme algumas características. São elas: a usurpação do poder, o arbítrio no exercício dele, e o uso da repressão como forma de mantê-lo.

Assim, é pela utilização da força que o regime autoritário, primeiro, se constituiu pela ocupação do poder e, em seguida, o mantém pelo uso do arbítrio e da repressão. Despossuído, em decorrência, os indivíduos em sociedade de sua capacidade de escolha e de sua capacidade de ação política. Isso se realiza, concretamente, na medida em que essas duas capacidades do indivíduo – que integra o domínio da liberdade – são circunscritas ao âmbito de esferas arbitrariamente traçadas pelo poder autoritário e na medida em que a transgressão dessas esferas é punida pela repressão. Que essas esferas do permissível não se reduzem apenas à prática política, demonstram à sociedade em diferentes formas de censura que incide sobre o cotidiano de cada um: sobre o que se pode ler ou não se pode ler, sobre o que se pode ver ou não se pode ver, sobre o que se pode cantar ou não se pode cantar, sobre as convicções que se pode ter ou não se pode ter. E mais do que

tudo isso pela autocensura que a própria existência do poder autoritário induz<sup>62</sup>.

O indivíduo inserido nesse contexto também se enquadra em um traço. A supressão da prática política o impede de participar da história de seu país. O homem perde seus principais elos de ligação com o mundo: o da sua liberdade, da sua consciência crítica e da sua capacidade de ação política. Na verdade, encontra-se numa dupla privação. Além de privado de seus direitos, é privado do conhecimento da lógica de tal privação. Não tem acesso aos processos que dão origem aos acontecimentos, o que não permite que ele reúna elementos para definir posições face a tais fatos. Assim, o indivíduo tende à alienação, “processo através do qual a coisa criada pelo homem se torna estrangeira a ele e o domina”<sup>63</sup>.

Tendo os elos democráticos apagados, o Estado precisa criar outros de significação. Durante o Regime Militar esse esforço de legitimação foi feito. A propaganda ideológica permite disseminar de forma persuasiva as idéias de determinado grupo. Não busca vender produtos, ou serviços. O objetivo é estimular comportamentos. Periódicos são um referencial imagético de uma época em que o Estado usa da mídia para realizar trabalhos de memória.

Uma constituição, por exemplo, define os princípios políticos fundamentais, além de estabelecer a estrutura, procedimentos, deveres e o poder de um governo. Também garante direitos à população. Tudo isso a torna importante elemento de significação, um indicio de

---

<sup>62</sup> MILL, Stuart, in *Os Clássicos da Política*, 2. FRANCISCO C. Weffort, organizador.. São Paulo: Ática, 2006, p 208.

<sup>63</sup> MARTINS, Luciano. *A Geração AI-5 e o Maio de 68. Duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro:Argumento, 2004, p 28.

legalidade que influencia na maneira de perceber o poder instituído, mesmo que de maneira equivocada. A máquina censória também trabalhava no intuito de garantir o teatro. Mídia censurada é controle da principal plataforma de multiplicação de significados do tempo. Claro que pessoas percebem sua época pelo que vivem, mas boa parte dessa construção se deve a livros, filmes, discos e jornais. Os meios de comunicação são agentes na percepção que um povo tem de seu momento histórico, governo, certo, errado... O jornal tornou-se “o palco da difusão da consciência do mundo histórico”.

“Os meios de comunicação realizam trabalhos de memória classificando o mundo para o público, selecionando e ordenando a realidade social, tornando-se, dessa forma, senhores da memória da sociedade. A primeira operação é selecionar o que será narrado. Produzem, assim, escolhas, classificando o mundo retendo assuntos com os quais, em princípio, o público se identifica”<sup>64</sup>.

O jornalismo orienta a forma de percebermos o tempo. Essa experiência temporal é formada por crenças e representações que são vistas pelo estado instituído como mecanismos de poder. “O jornalismo, particularmente, está situado em uma tensão permanente entre o mundo e o tempo. Os acontecimentos ganham sentido pela apropriação e interpretação dos grandes sistemas de mediação, movimento obrigatório para chegar ao público que, assim, forma opinião e uma representação do mundo”<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> BARBOSA. Marialva, Carlos. *Percursos do Olhar. Comunicação, narrativa e memória*. BARBOSA Niterói: EdUFF. 2007, p 133.

<sup>65</sup> BARBOSA. Marialva, Carlos. *Percursos do Olhar. Comunicação, narrativa e memória*. BARBOSA Niterói: EdUFF. 2007, p 79.

Uma das premissas básicas contidas na obra de Pierre Bourdieu é a que considera as relações de comunicação como relações de poder. Um poder feito por símbolos que o autor classifica como “instrumentos de integração social e enquanto instrumentos de conhecimentos e comunicação tornam possível o consenso a cerca do sentido do mundo social, contribuindo para reprodução da ordem social.

Claro que os sistemas simbólicos – arte, língua, religião e ciência – são instrumentos de construção do mundo, mas também influenciam diretamente nas relações de poder. Atuam em todos os níveis da vida social. Ao se manifestarem no sistemas simbólicos, constroem a realidade, estabelecem sentidos. Sendo assim, além da função comunicativa, exercem função e força política, de comunicação e de denominação. Um grupo assegura sua dominação através da violência simbólica.

Como toda forma de discurso performativo, o poder simbólico deve estar fundado na posse de um capital simbólico. O poder de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova das divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores. O capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído aqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o conhecimento: assim, poder de constituição, poder de fazer um novo grupo, através da mobilização ou de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta-voz autorizado, só pode ser obtido ao termino de um longo processo de institucionalização, ao termino do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> BARBOSA. Marialva, Carlos. *Percursos do Olhar. Comunicação, narrativa e memória*. BARBOSA Niterói: EdUFF. 2007, p 28.

“O pensamento de Michael Foucault também joga luz na relação do poder e seu caráter produtor de realidades e discursos. Defende que o entendimento do mundo social perpassa a análise das atividades lingüísticas que o produzem. O Estado produz representações e exerce o que ele chama de bipoder”. Tem postura de vigilância em relação ao indivíduo. O objetivo é evitar comportamentos desviantes. Em relação ao corpo social se apresenta como instituição com função organizadora. Defende o papel político de gerir populações e maximizar a vida da população. Para tanto insiste na construção de uma filosofia de risco social, o que reforça seu papel do Estado como apaziguador de acidentes sociais<sup>67</sup>.

No Brasil ou no Espírito Santo, o Regime Autoritário instituído em março de 1964, realizou ações de memória por meio de sua força constitucional (produção de leis), bem como em condutas de gestão pública (programas sociais). Para tanto, controlou os meios de comunicação, fazendo desses catalisadores de argumentos desejados. A ação do poder instituído influenciou na maneira com que os indivíduos se apropriaram de uma época e, conseqüentemente, no modo como essa foi contada pelos mais de trinta depoentes que, somados, contabilizam o documento oral do terceiro capítulo dessa dissertação.

---

<sup>67</sup> FÁBRICIO, Branca Falabella, e LOPES, Luiz Paulo da Moita in *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação* / organizadoras Ana Paula Goulart Ribeiro, Lúcia Maria Alves Ferreira – Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p 238.

## 3.2 Memória

A reconstituição dos quatro primeiros anos do período Militar no Espírito Santo precisa contar com a lembrança de quem viu. Tornar esse problema metodológico um impedimento para validade da pesquisa é o mesmo que pedir às laranjas que não nasçam amarelas. É impossível registrar totalmente um acontecimento, por isso é impossível lembrar totalmente dele. Nossa capacidade (orgânica e psíquica) de percepção é muito inferior ao que pode ser percebido. Além disso, o mecanismo da lembrança perpassa o de escolha. Soma-se a isso a imensa imprecisão que esquecimento acarreta ao processo de memória. O ponto é que a percepção do tempo depende de como o significamos.

A memória conserva fragmentos do passado e conserva informações que passam por um processo de organização e reconstituição. “À autonarrativa, e por conseqüência a identidade, são apoiadas por essas informações e – mais do que isso – pelo uso que o grupo ou individuo faz dessas informações”<sup>68</sup>.

Em relação a memória, ressalta-se que ela é sempre constituída pelo par lembrança esquecimento, motivada por interesses do presente, o

---

<sup>68</sup> FÁBRICIO, Branca Falabella, e LOPES, Luiz Paulo da Moita in *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação* / organizadoras Ana Paula Goulart Ribeiro, Lúcia Maria Alves Ferreira – Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p 147.

que faz com que um grupo esteja constantemente reconfigurando aquilo que ele acha mais importante sustentar como lembrança<sup>69</sup>.

O caminho traçado segue o seguinte: um depoimento é feito de lembranças, que dependem da memória, que é o resultado do embate de trabalhos de significações do Estado, da sociedade e do próprio indivíduo. É justamente essa força de governo, do ambiente e da personalidade os indutores das representações criadas pelo homem e que interferem diretamente na maneira com que ele se apropria de seu tempo, interage com ele, o conta. Mas tudo isso depende do processo de memorização dos indivíduos. Um mecanismo que, segundo Freud, tem ligação direta com o trauma. O pai da psicanálise defende que o trauma aumenta o poder de fixação de ações ou fenômenos da existência, ou seja, é catalizador de memorização. Freud define a experiência traumática como aquela que o indivíduo não consegue assimilar totalmente quando ela ocorre. Sendo assim, o testemunho não é uma narração de fatos violentos, “mas da resistência aos mesmos”.

A psicanálise vê a história ligada ao trauma<sup>70</sup>. Primo Levi trabalha com o conceito de memória da catástrofe. Defende que o processo de memorização é uma leitura de cicatrizes. O acontecimento real se transforma em estrutura imagética, que consiste na imagem fixada somada ao conhecimento que o indivíduo possui sobre ela. Freud sugere que essa estrutura está no centro do aparelho psíquico humano. Coisa que se maximizou com o advento do

---

<sup>69</sup> FÁBRICIO, Branca Falabella, e LOPES, Luiz Paulo da Moita in *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação* / organizadoras Ana Paula Goulart Ribeiro, Lúcia Maria Alves Ferreira – Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p 146.

<sup>70</sup> SILVA, Márcio Seligmann in *História Memória, Literatura* / SILVA, Márcio Seligmann, organizador – Campinas, SP: Unicamp, 2003. p 48.



cinema e da fotografia, que povoaram com mais imagens o inconsciente ótico humano, acostumado a conectar idéias junto de imagens para lembrar de fatos<sup>71</sup>.

Por si só, o homem é um ser de linguagem. O ato de contar histórias é uma tradição da existência humana, como tem por objetivo se fazer entender, deve ser guiado por uma lógica narrativa: a língua: justamente o elo que liga o inconsciente ao consciente do indivíduo. De acordo com Walter Benjamin, a narrativa é elo de ligação do passado com o presente. Só entendemos o processo temporal porque ele é narrado. Mais que isso, ele é um ato provido de consciência reflexiva que busca construir identidades, ou seja, produzir uma história que faça sentido para quem a conta, e não só para quem escuta. Sendo assim, a maneira como narramos um acontecimento tem ligação direta com o modo como significamos o mesmo. Tudo depende “dos processos, ferramentas e atores sociais que dão sentido aos dispositivos”<sup>72</sup>.

A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é um instrumento para exploração do passado; é, antes, o médium onde se deu a vivência assim como o solo é o médium no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha terra, revolve-lo como se revolve o solo, pois fatos nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação, ou seja, as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam

---

<sup>71</sup> SILVA, Márcio Seligmann in *História Memória, Literatura* / SILVA, Márcio Seligmann, organizador – Campinas, SP: Unicamp, 2003. p 51, 76, 373, 394, 399.

<sup>72</sup> BARBOSA. Marialva, Carlos. *Percursos do Olhar. Comunicação, narrativa e memória*. Niterói: EdUFF. 2007, p 147.

como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torços na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxadada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. Assim, verdadeiras lembranças devem proceder muito menos informativamente e [antes] indicar o lugar exato onde o investigador se apoderou delas. A rigor, [...] uma verdadeira lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo fornecer a imagem daquele que se lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam sés achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente.

Cabe ao micro historiador, e também ao jornalista, desvendar nas contradições e na pluralidade de pontos de vista vestígios de contextos sólidos que somem a rememoração total do acontecimento. O trabalho da micro-historia é uma cultura da busca infinita de informação, “tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua a vida e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral”<sup>73</sup>. A própria expressão história vista de baixo, aplicada ao proceder da micro-história, implica que existe algo acima que também deve ser considerado. Pessoas comuns não podem ser desvinculadas de seu contexto social.

---

<sup>73</sup> LEVI, Giovanni. A Escrita da História, novas perspectivas / Peter Burke (org) – São Paulo: UNESP: 1992. p,158.

O ruído do tempo é inerente ao trabalho alocado na plataforma oral. Na verdade, toda lembrança é uma construção que tem certo imprevisível. Fica a mercê do mentiras, enganos, esquecimentos. Existe risco dela não corresponder a um fato. Sendo assim, cabe ao pesquisador lembrar que o tempo faz esquecer. É preciso atenção para separar o fato narrado do que realmente aconteceu, ou da interpretação de quem o contou. Uma declaração tem muito de discurso. Pessoas podem sinceramente dizer imprecisões. Isso pode ser propositado, ou não.

### **3.3 Metodologia de trabalho:**

O campo de ação da história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico. Um de seus principais alicerces é a narrativa. Afinal, um acontecimento ou situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido ao outro sem que seja narrado. Claro que nem tudo em um testemunho é certeza demonstrável, mas boa parte é. Este é um trabalho de pessoas que falam de um tempo específico de suas vidas. São lembranças que chegam a quarenta anos desde sua ocasião. Justamente pela ação do tempo na memória, e a inseparável subjetivação da fala de qualquer testemunho, que a atividade de coleta de dados desta pesquisa constitui um documento coletado com metodologias de otimização. O corpo oral conseguido foi confirmado com verificação bibliográfica, coisa que permitiu formatar uma narrativa (jornalística) das narrativas colhidas nos testemunhos. Os depoentes são vistos como portadores de valor histórico. Seus relatos como capazes de produzir literalidade do real, ou Jornalismo Literário.

#### 3.3. Narrativa: metodologia e produção

História oral é a história com testemunhas, contemporânea, do tempo presente. Seu uso permite esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que não podem ser elucidados em outras abordagens de apuração. A principal característica do documento de

história oral não está no preenchimento dessas lacunas. Sua peculiaridade decorre de toda uma postura com relação a história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu<sup>74</sup>.

O trabalho consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e ou testemunhas de acontecimentos, movimentos, instituições e modo de vida. Tal processo coloca frente-a-frente sujeito e objeto de estudo na produção de um documento pautado na narrativa do depoente. Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Sendo assim, o objeto de estudo o historiador é criado pela memória dos informantes. Fontes orais são fontes narrativas, e esse discurso é portador de literalidade.

**A história do tempo presente manifesta com peculiar pertinência a aspiração a verdade que é inerente a todo trabalho histórico, nesses últimos anos, as atenções se voltaram justamente para o parentesco existente entre a escrita histórica e a escrita ficcional. Ambos pertencem a categoria das narrativas, e toda história, inclusive a menos factual, a mais estrutural, constrói suas entidades, suas temporalidades, e suas causalidades da mesma forma que a narrativa de ficção. A partir dessa constatação, totalmente justificada, ao risco de chegar-se a outra, que dissolve o status de conhecimento da história e a identifica as obras de imaginação. Ora, a história do tempo presente, mais do que todas as outras, mostra que há entre a ficção e a história uma diferença fundamental, que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu. Essa vocação da história, que é ao mesmo tempo narrativa e saber, adquire especial importância quando se insurge contra os falsificadores e falsários de toda sorte que, manipulando o conhecimento do passado, pretendem deformar as memórias<sup>75</sup>.**

O dever de memória é uma premissa que está presente nos projetos testemunhais. O testemunho é um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos, e termina na prova documental. As entrevistas foram feitas com o objetivo de construir um corpus, isto é, recolher o maior número possível de depoimentos sobre o período estudado. A escolha das fontes obedeceu critérios qualitativos, como a posição dos entrevistados na época e o significado de sua experiência. Tendo-se buscar as chamadas grandes testemunhas, pessoas que tem sentimento de que de algum modo fizeram parte da história. Sua trajetória individual se cruza com fatos históricos. Era preciso buscar fontes de conhecimento geral dos fatos. Em todos os casos, era gente que falava política. A decisão de parar seguiu um processo de maturação normal aos testemunhos. Quando esses começam a se repetir é sinal de que novas conversas não vão acrescentar tanto na construção da narrativa final.

**Um dos aspectos centrais do trabalho da narrativa histórica, voltado para um controle, uma ordenação e uma domesticação de experiências vividas, que como tal são afetadas e movidas pelos sentimentos, afetos e paixões cuja natureza, muitas vezes pode demonstrar disruptiva, e mesmo desorganizadora. O trabalho da narrativa é, por isso mesmo, o de ordenar, de formar e tornar significativo um conjunto disperso de experiências e vivências segundo certos padrões e dispositivos capazes de serem apreendidas por uma comunidade de leitores/interpretes. Mas, ao fazê-lo, opera necessariamente a partir de um trabalho de domesticação desse passado segundo**

---

<sup>74</sup> ALBERTI, Vereda. (org.). *Ouvir e contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. P 16.

<sup>75</sup> AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. P 217.

necessidade e demandas que são evidentemente do próprio passado<sup>76</sup>.

A preferência foi por perguntas abertas. Temas. Um caderno de campo auxiliou no mapeamento dos assuntos já pautados previamente. Imagens e visitas a locais importantes no contexto foram alternativas utilizadas para auxiliar a fonte em seu processo de rememoração. Os depoimentos foram, em maioria, tomados na casa dos depoentes. A residência, por si só, já revela muito sobre seus donos. Em uma visita de memória isso se acentua. Para esse trabalho foram feitas 20 entrevistas.

**O entrevistado está submetido a três condicionamentos na narrativas de suas histórias. Em primeiro lugar, ele deve formar um todo dos diversos acontecimentos, que seja capaz de abrigar o ponto culminante de sua história. Em seguida para conduzir a atenção do ouvinte para o apogeu de sua história, ele precisa condensar os demais elementos importantes. Por último, ele necessita encaixar em sua narrativa informações que são requisitos para a compreensão da história, as quais ele imagina serem desconhecidas por parte do seu interlocutor. Da combinação dos três condicionamentos resulta, para estética de tais histórias, de um lado a possibilidade de se visualizar sua unidade de sentido – isto é, o fato de elas serem citáveis e, de outro, a construção de relações complexas a partir de percepções concretas<sup>77</sup>.**

O processo de edição foi iniciado somente após todo o trabalho ter sido apurado. A visão do todo é importante para se ter idéia da importância das partes. A audição das entrevistas permeou sua edição, bem como sua utilização como material narrativo (em formato jornalístico). O documento oral poderia ter sido transcrito em sua integridade, configurando um outro tipo de registro, mas a opção pelo formato reportagem revelou-se mais adequado ao objetivo de buscar uma unidade. O texto jornalístico permite organizar diferentes narrativas com naturalidade. O motivo? Ela é uma linguagem feita para ser uma narrativa, ou seja, próxima da fala da testemunha. Foi acrescentados ainda nessa construção, o diálogo do documento oral com outros tipos de documentação reunidas – bibliografia disponível, discursos proferidos, e registros diversos de ações do Legislativo e Executivo locais no período, incluindo o diário pessoal do então governador deposto, Francisco Lacerda de Aguiar

---

<sup>76</sup> **História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações / organizadores. Antonio Erculano Lopes, Mônica Pimenta Velloso e Sandra Jatayh Pesavento. – Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. P 47.**

<sup>77</sup> ALBERTI, Vereda. (org.). *Ouvir e contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. P 72.











## 4 O CASO ESPÍRITO SANTO

### 4.1 1º de abril

“Tive participação direta na revolução, como governador ajudei integralmente o movimento revolucionário de 1964, tendo participado ao lado do coronel Newton Reis, então chefe militar da guarnição de Vitória e comandante do Batalhão Tibúrcio. Mantive entendimentos com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e com os chefes militares de Minas Gerais visando à vitória da revolução, isto aproximadamente seis meses antes da revolução.” (LACERDA, Francisco. Diário Pessoal)

O telefone ofendeu o silêncio. – Alô! Tô indo – e mais nenhuma palavra. Desligou, levantou e escolheu a roupa com o tato. Blusa, botão, calça, cinto, sapato, cadarço, blazer e rua. A quarta-feira nem havia amadurecido em dia quando Setembrino Pelissari saiu de casa. Pela janela do carro passavam centenas de portas fechadas, o comércio e os prédios dormiam sem se incomodar com a luz da rua, que ainda estava acesa. O clichê da madrugada só era deixado de lado em um pedaço daquela noite: o salão nobre do Palácio Anchieta.

Lá, gente de gravata tentava prever o futuro e convocava o resto dos aliados e do secretariado do governo para fazer o mesmo. Setembrino era deputado estadual, logo que chegou foi procurar o resto das palavras que não pode trocar pelo telefone, mas era difícil achar alguma certeza em meio a tantos boatos. Uns falavam que o exército de São Paulo<sup>78</sup> iria encontrar as tropas de Minas e haveria um embate, outros que Jango tinha fugido, mas a verdade era que ninguém sabia exatamente o que estava acontecendo, apesar das inúmeras ligações feitas em busca de notícias.

---

<sup>78</sup> Na última hora, o golpe ficou dependendo da adesão do general Amaury Kruel, comandante do 2.º Exército, baseado em São Paulo, e amigo pessoal de Goulart. No dia 31 de março, pressionado pelos outros golpistas, Kruel ligou para Goulart e lhe pediu que recuasse. Goulart disse não e Kruel escolheu um lado.

As poucas respostas sobre a temperatura do resto do país aumentavam o volume dos pontos de vista (opostos) que circulavam os ouvidos de um sujeito chamado pelo povo de Dr. Chiquinho, e pela história de Francisco Lacerda de Aguiar, governador do Espírito Santo. De um lado o presidente da CGT<sup>79</sup> do estado, Manoel Santana, pedia o apoio para Jango, do outro, as notícias que vinham dos demais estados e do 3º BC<sup>80</sup> apontavam que a “revolução democrática” ia ganhar a briga. Como Chiquinho tinha boas relações com os dois lados daquela disputa, era melhor esperar a poeira baixar antes de qualquer decisão. Se o presidente se mantivesse no poder, ele sobreviveria, e se a provável vitória dos militares acontecesse, ele possuía uma carta secreta na manga já fazia algum tempo.

Cerca de seis meses antes do golpe, o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, esteve no Espírito Santo. O objetivo oficial da visita era a inauguração de uma agência do *Banco Crédito Real de Minas Gerais*<sup>81</sup>, mas ele aproveitou para fazer um acordo<sup>82</sup> com Chiquinho. Ficou acertado que o Espírito Santo apoiaria o movimento revolucionário e que os portos e ferrovias capixabas viabilizariam a entrada de mantimentos e armas que alimentariam as tropas mineiras num possível embate com forças janguistas<sup>83</sup>.

A preferência de Chiquinho pelo lado militar da trincheira tem uma explicação simples, ele acreditava que a bandeira que Jango defendia lhe roubaria o governo do estado cedo ou tarde. Adivinha quem o convenceu disso? Magalhães Pinto! “O objetivo de Jango ele

---

<sup>79</sup> Confederação Geral dos Trabalhadores do Espírito Santo.

<sup>80</sup> O nome Batalhão Tibúrcio é uma homenagem ao tenente coronel Antonio Tibúrcio Ferreira Souza, que foi comandante na Guerra do Paraguai (1865-1872). Com mais de 150 anos de existência, o Batalhão se chamou 3º BC (Batalhão de Caçadores) de 11 de maio de 1964 a 1º de janeiro de 1973, quando passou a ser chamado de 38º BI (Batalhão de Infantaria), denominação que conserva até hoje. Na época da Ditadura o local foi palco de muitas prisões e torturas, principalmente após o AI-5, na chamada Oban (Operação Bandeirantes), que passou pelo Espírito Santo em 1973, prendendo militantes do PC do B.

<sup>81</sup> Foi incorporado pelo Bradesco em março de 1988.

<sup>82</sup> Em 1963, os dois governadores já haviam feito um acordo que dividiu a região do Contestado entre os dois estados, o “Acordo Bananal”.

<sup>83</sup> Esse acordo foi acertado verbalmente seis meses antes do golpe, mas foi assinado no dia 1º de março de 1964.

nunca me falou, mas eles me falaram: era fazer aqui uma república sindicalista, até disseram que o Espírito Santo era o primeiro estado e Sergipe o segundo. Então ia chegar aqui um sindicato e assumir o governo e eu, naturalmente, ia procurar apoio, não tinha, e ficava por isso mesmo. Aí faziam em Sergipe, em um outro estado pequeno até chegar nos grandes. Isso quem me falou foi o Magalhães Pinto”, conta Chiquinho numa entrevista de 1981<sup>84</sup>.

Antes de ter medo de Jango, Chiquinho era muito íntimo do presidente, que costumeiramente vinha descansar nos fins de semana e feriados prolongados na residência oficial do governo, na Praia da Costa<sup>85</sup>. No dia 12 de fevereiro, o presidente voltou ao estado para pescar e buscar sua esposa e filhos, que veraneavam em Vila Velha. No dia 15, aproveitou para fazer uma reunião com um grupo de 40 lideranças<sup>86</sup> que coordenavam o movimento contra a Central Brasileira de Energia, atual Escelsa. Jango apoiava a estatização das concessionárias elétricas<sup>87</sup> controladas por empresas estrangeiras, e não seria diferente no caso do Espírito Santo. O presidente deixou a privatização a cargo de Chiquinho, que a essa altura já confabulava com Magalhães Pinto, e se propôs a colaborar financeiramente para a compra da Companhia.

---

<sup>84</sup> Instituto Jones dos Santos Neves. Depoimento de Francisco Lacerda de Aguiar (Fita 3).

<sup>85</sup> A família Goulart passou o carnaval de 1964 no Espírito Santo

<sup>86</sup> Deputado José Parente Frota (presidente da Comissão), Américo Bernardes (prefeito de Vila Velha), Augusto Calmon Nogueira da Gama (presidente da Frente de Mobilização Popular), Manoel Santana (presidente do Conselho Sindical), Bianor Ribeiro (Delegado do Trabalho), Celso Mério (industrial), Guilherme Brender (delegado da Supra) Marien Calixte (jornalista de *O Diário*), Jorge Miranda (estudante), Rubens Gomes (o pai), Benjamim de Carvalho Campos, José Cupertino Leite de Almeida, Cristiano Passarela, José Carlos Pereira de Souza, Raulino Gonçalves e José Antônio Costa (vereadores de Vila Velha), José Maria Cláudio, Hugo Ranconi, Hélio Nogueira Gama, Walter Regis Barbosa, Ednard de Souza Rebouças e outros.

<sup>87</sup> Em 1962, a Eletrobrás, inicialmente proposta por Getúlio, em 1954, foi organizada por João Goulart, com as características de uma *holding* estatal. O objetivo de Jango era fazer do estado brasileiro o maior produtor de energia elétrica do país, mas os militares o derrubaram antes disso. O projeto de Jango só viraria realidade em 1965, quando o governo militar adquiriu – a um preço exorbitante – as onze empresas do grupo americano *Amforp* (*American and Foreign Power Company*), que centralizava quase todo o setor elétrico em funcionamento no Brasil. No Espírito Santo, essa onda de privatização colocou a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica sob o controle da Eletrobrás.

Na ocasião, Jango também falou sobre os novos níveis do salário mínimo, anunciou a empréstimo de Cr\$ 100 milhões de cruzeiros para a prefeitura de Vitória e solicitou ao prefeito de Vila Velha, Américo Bernardes, que tomasse as providencias para medida semelhante – Américo foi um dos poucos presentes nessa reunião que não foi preso pelos militares logo após o golpe. O presidente também divulgou que a assinatura do decreto de desapropriação dos eixos rodoviários se daria no meio de um comício monstro dali a um mês: o comício da Central do Brasil.

Lacerda de Aguiar foi convidado por Jango para o comício do dia 13 de março, mas não compareceu. Além de ter medo de perder o governo, o fazendeiro Chiquinho decididamente não jogava no time da reforma agrária. “Eu estava no Rio de Janeiro quando Jango fez aquele comício da Central do Brasil, ele me telefonou para eu ir e eu não fui ao comício dele. Todos que foram acabaram cassados, eu fui o único que não fui porque eu não concordava com aquilo. Dividir meu suor, meu trabalho, um absurdo!”, conta na mesma entrevista. Provavelmente essas divergências e até o acordo com Magalhães Pinto iriam por água abaixo se Jango sobrevivesse ao golpe. Mas não foi isso que aconteceu.

Até hoje, as opiniões sobre a amizade de Chiquinho e Jango são conflitantes, há quem acredite que era apenas uma conveniência política, mas existe quem defenda uma certa semelhança de personalidade. Pode até ser, ambos eram populistas, mas cada um para um tipo de povo. O fato é que a última manifestação material dessa relação estacionou na frente das escadarias do Palácio Anchieta horas antes daquela madrugada nervosa de 1º de abril. Os dois caminhões cheios de problemas traziam uma encomenda do governador: 50 mil exemplares

de um Dicionário de Darcy Ribeiro<sup>88</sup>, com uma dedicatória de Chiquinho em louvor ao então presidente João Goulart. Os livros considerados “subversivos” chegaram no começo da manhã do dia 31 de março, na véspera do golpe, e precisavam sumir antes que a “revolução chegasse”.

A missão de desaparecer com aqueles livros chegou via telefone na redação do jornal *O Diário*, na época de propriedade de Chiquinho. Foi José Carlos Monjardin Cavalcante, um dos diretores do jornal, quem atendeu a ligação bomba que transformou o seu começo do dia em corre-corre. “Tocou o telefone na redação, era do gabinete do governador pedindo para tirarmos dois caminhões Mercedes, que estavam em frente ao Palácio com dicionários de Darcy Ribeiro que iam ser entregues na Secretária de Educação. Naquele tempo, alguns governadores de estado patrocinaram uma edição desse dicionário e o Chiquinho, para não ficar mal com o governo de Jango, fez o mesmo”. Cacau, como era conhecido, seguiu imediatamente para o Palácio junto com Fernando Jakes (Jakaré), outro diretor do jornal.

Na pressa de sair da redação, o *Ford Galaxie* de Jakaré ainda teve que levar um contratempo na bagagem, eram mais alguns livros, que também precisavam sumir. “O Dálton<sup>89</sup> era um elemento de esquerda, redator de política do jornal, esse rapaz era medroso. No dia da revolução ele tinha aqueles livros de Lênin e pegou aquela porra toda e queria tocar fogo na minha granja, mas eu não deixei. Aí ele me deu os livros para levar e depois sumiu

---

<sup>88</sup> Sua produção no setor de ensino e cultural deixou marcas no país: criou universidades (como a da Brasília), centros culturais, novas proposta educativas, além de deixar inúmeras obras escritas em várias línguas. Dedicou seus primeiros anos de vida profissional ao estudo dos índios, mas sua trajetória sempre esteve próxima às lideranças dos governos. Aos 30 anos foi Ministro da Educação, no Gabinete Hermes Lima e, mais tarde, Ministro-Chefe da Casa Civil de João Goulart, onde coordenava a implantação das reformas estruturais quando sucedeu o golpe militar de 64, que o lançou no exílio. A intensa produção de livros o transformou num dos imortais da Academia Brasileira de Letras (ABL).

<sup>89</sup> Dálton Martins da Costa, secretário de redação de *O Diário*.

por uns três dias. Os livros do Daltom foram também com o caminhão. Pouquíssima gente sabe disso”, conta Jakaré.

No Palácio, a primeira coisa que fizeram foi pegar as notas fiscais da mão dos motoristas, não podiam deixar rastro. Desceram as escadarias, entraram no *Galaxie* e deram o sinal para que os dois caminhões os seguissem. Assim foi feito. O pequeno comboio foi pela Av. Florentino Ávidos e andou cerca de duas horas até Araçatiba, onde Chiquinho tinha uma fazenda.

Chegando lá, desembarcaram os livros com a ajuda dos funcionários da fazenda. Tentaram queimar, não deu, a capa do Dicionário era muito dura. Tentaram rasgar a primeira página com o oferecimento de Chiquinho, mas eram muitos livros. Sem tempo e sem alternativa, a solução encontrada foi colocar tudo num galpão, tapar com folhas de milho e ir embora. “Ficou tudo lá e a revolução passou tranqüila, sem saber de nada, e Chiquinho saiu honrosamente sem ter nenhum comprometimento, sendo que uma semana antes ele vivia com João Goulart na Praia da Costa e no Palácio Anchieta”, lembra Cacau.

Setembrino Pelissari também sabia da ligação do governador com o (ainda) presidente, por isso caçava o paradeiro de Jango fazendo interurbanos desde que havia chegado ao Palácio Anchieta naquela madrugada. “Foi quando eu liguei para o Palácio das Laranjeiras e consegui saber que Jango tinha dado no pé”. Após desligar o telefone, Setembrino foi dizer a Chiquinho o que havia

descoberto. Logo depois dos comandos do Exército de São Paulo e Recife aderirem ao golpe, João Goulart saiu de Brasília, fez uma rápida parada no Rio (onde ainda estavam à maioria dos ministérios) e seguiu para Porto Alegre. O objetivo era instalar um governo no Rio Grande do Sul com a ajuda de seu cunhado e deputado, Leonel Brizola, e do general Ladário Telles, que um dia antes havia assumido o comando do III Exército.

A essa altura Chiquinho já sofria pressões para dar sua posição em relação à “revolução”. O comandante do 3º BC, coronel Newton Freitas, ligou para o governador para saber qual lado ele iria apoiar, ele havia recebido uma orientação superior de informar se o Espírito Santo estava, ou não, com os militares. “Havia necessidade de pronunciamento, e até as dez horas da manhã. O Chiquinho não falava nada, mas ficou de se definir”, lembra Setembrino.

Para se precaver da decisão do governador e de qualquer outro imprevisto, o coronel Newton Freitas colocou seus homens em regime de prontidão. Naqueles dias de virada de mesa, nem os soldados que dormiam em casa saíram do batalhão, como lembra José Alcantra, na época soldado do 3º BC. “Participei de toda a revolução. No dia 30, começou a ter movimentação no Rio. No dia 31, de manhã, eu soube que tinha havido o golpe. O nosso comandante aderiu ao movimento democrático de 31 de março. Aí eles fizeram uma reunião,



falando que estavam aguardando as ordens do Rio. O dia correu normal, mas ficamos de prontidão, aquartelados, foram uns três dias assim, mas não houve distúrbio”.

Mas não foram só os militares e o secretariado do governo que passaram a noite em alerta. No Sindicato dos Arrumadores e na sede da União Estadual dos Estudantes (UEE), os trabalhadores e estudantes não dormiram a fim de preparar a resistência em favor de Jango. A CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), órgão máximo do sindicalismo no Estado, assumiu a liderança do movimento, ao lado da Frente de Mobilização Popular e da UEE. “Eu era estudante secundarista e fomos para UEE, viramos a noite organizando a passeata e buscando notícias. Fui ao sindicato dos estivadores, onde os trabalhadores estavam reunidos para saber o que estava acontecendo. Acreditávamos que os trabalhadores estavam organizados o suficiente para resistir ao golpe, que o povo iria para a rua, e ainda tinha a resistência do Brizola”, conta Antônio Caldas Brito.

A resistência que estava sendo preparada na madrugada iria desembocar em passeata na manhã que já estava chegando. O objetivo era reivindicar a adesão do governador ao movimento pró-Jango, o que aumentava ainda mais a necessidade do tal pronunciamento. No final da madrugada, Chiquinho mandou chamar Setembrino. Ele ia apoiar os militares. “O Chiquinho me chamou ainda de madrugada, antes dos estudantes chegarem. Ele me pediu para fazer uma manifestação e apoiar o movimento revolucionário. Se o Chiquinho não apóia seria deposto, como foram outros governadores. Eu fui para a Secretaria do Governo, ao lado do Salão Nobre, e escrevi o manifesto rapidamente, infelizmente não o guardei”.

Manifesto escrito, um emissário foi enviado ao 3º BC para entregá-lo ao coronel Newton Freitas, agora Chiquinho só precisava esperar o dia e a passeata chegarem às escadarias do Palácio.

\*\*\*\*\*

A manhã de 1º de abril chegou com sol, e Rubinho Gomes sentou num desses bancos de cimento que existem em todo o lugar. Levou como companhia um rádio de pilha, e nada mais. Ficou ali, imóvel, como se morasse dentro de um lugar longe dali, longe da Praia da Costa (Vila Velha) e dos seus 13 anos de idade. Naquele dia ninguém foi à aula, era perigoso demais. Por isso nada o impedia de ter ido com seu pai para a passeata, mas ele não deixou, e quando o velho Rubens Gomes dizia não, era não! Tudo bem, ele era apenas um garoto, mas se acompanhou o pai no Comício da Central do Brasil por que agora iria ficar em casa? Na verdade Rubinho tinha mais que curiosidade naquilo tudo, o rádio e o país estavam falando de alguém que ele conhecia: o tio Jango.

Em fevereiro de 1964, Rubinho começou a brincar com um garoto chamado João Vicente, que tinha uns jogos e brinquedos eletrônicos muito legais. A mãe de João foi mais legal que os brinquedos, e convidou Rubinho e outras crianças para passar alguns dias na sua casa. Nada demais se a mãe do João não fosse Maria Tereza Goulart, esposa de Jango. E lá foram Rubinho e seus amigos, Minervino, Rubens e Marcos Bonfim, para três semanas de férias presidenciais, primeiro no Palácio das Laranjeiras (RJ) e depois em Brasília, na Granja do Torto.

A recordação mais marcante dessa viagem foi uma ocasião em que Jango pegou o carro e foi pessoalmente levar a garotada para o cinema. Nesse dia chovia muito em Brasília e o carro acabou derrapando em uma poça d água, rodou duas vezes e parou na contramão. Por sorte, não havia movimento na estrada, e tudo não passou de um susto. Mas dessa vez Jango não teria a mesma sorte, pelo menos era o que diziam as notícias que Rubinho ouvia no rádio. O locutor anunciava que a passeata estava caminhando para o Palácio Anchieta, com certeza seu pai estava lá.

Rubens Gomes saiu de casa armado naquela manhã, com disposição para mudar o mundo, ou melhor, lutar para que ele continuasse pelo menos como estava. Escondeu o 38 debaixo do banco da sua Kombi, mandou Rubinho ficar em casa e foi direto para o Sindicato dos Estivadores, onde as lideranças acertavam os últimos detalhes antes da manifestação. A Kombi ainda recebeu duas cornetas para depois sair para rua mobilizando a população.

Além da CGT e da UEE, estavam na passeata membros da Frente de Mobilização Popular, Frente de União dos Lavradores, Movimento Pela Encampação da Companhia Central Brasileira de Energia Elétrica e a Juventude Universitária Católica (JUC). Apesar de tantas siglas, a manifestação não tinha faixas, apenas a bandeira do Brasil e do Espírito Santo e um modesto quadro negro conduzido por um raquítico estudante chamado Perly Cipriano contendo a seguinte frase: "Em defesa de Jango, contra o golpe".

Um público que não ia além de mil pessoas chegou cantando o Hino Nacional e estacionou na Praça João Climaco, que fica entre o Palácio e a antiga Assembléia Legislativa,

para aguardar a posição do governador pacificamente<sup>90</sup>. Perly Cipriano, em depoimento prestado a Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Espírito Santo<sup>91</sup>, relatou a chegada da passeata a sede do governo. “Quando chegamos em frente ao Palácio fizemos inúmeras pregações para os soldados [...]: ‘Soldado é filho do povo, soldado ganha pouco. Soldado é filho do povo e nem ele e nem seu filho podem entrar na Universidade’, fazíamos discursos exortativos. Lembro-me até hoje de que um soldado com uma calça no joelho um pouco puída, disse que tínhamos razão, mas, se o mandassem atirar ele o faria. Sentimos um frio e tivemos até vontade de sair”.

Nesse meio tempo, um manifestante notou que havia apenas um único deputado entre eles e gritou: "Deputado Mário Gurgel<sup>92</sup>! Onde estão os deputados da Frente Nacionalista?" Gurgel respondeu: "Deputado Mário Gurgel! Presente!". A maioria dos outros deputados estavam escondidos na Assembléia Legislativa escutando as notícias pelo rádio. Como as atenções se voltavam principalmente para a resistência do Sul, o plenário estava ouvindo a Rádio Farroupilha de Porto Alegre quando Brizola convocava os aliados de Goulart a reagirem contra o golpe, foi aí que todos tomaram um susto quando ouviram a seguinte frase: “General Frota, assumo o comando de nossas forças no Espírito Santo!”. Frota era um deputado do Partido Social Democrático (PSD), talvez Brizola tenha feito isso devido à formação militar de Frota ou porque, vez ou outra, ele votasse junto com a bancada do PTB, mas isso nem de longe o tornava janguista, e muito menos brizolista.

---

<sup>90</sup> Não houve violência naquele dia de passeata, apenas agitação. O maior problema aconteceu depois do pronunciamento, quando alguns operários interromperam a Avenida Jerônimo Monteiro com madeiras e troncos, bem na frente do Palácio Anchieta. “Chiquinho desceu pessoalmente, acompanhado por Elcio Cordeiro, que era deputado, e mandou desobstruir, e o pessoal tirou. Chiquinho era um homem de grande coragem pessoal”, lembra Setembrino.

<sup>91</sup> O projeto de lei 5751/98 fixou indenizações das vítimas da repressão patrocinada pelo movimento militar no Espírito Santo. Em 1998, uma Comissão Especial se reuniu na Assembléia Legislativa para ouvir os depoimentos e tipificar os casos com o intuito de fichar as indenizações. Esses depoimentos foram colhidos durante sete meses e foram transformados no livro “Ditaduras não são eternas”, que é distribuído gratuitamente na Assembléia Legislativa do Espírito Santo. As indenizações variam entre R\$ 5.000 e R\$ 30.000, até hoje ninguém foi indenizado.

<sup>92</sup> Mário Gurgel líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na Assembléia.

De qualquer forma, o pedido era muito comprometedor para Frota. Para diminuir o embaraço e apagar as dúvidas que poderiam lhe custar o pescoço, o deputado-general propôs um voto de louvor as Forças Armadas por “terem livrado o Brasil da Corrupção e da Subversão Comunista”. O requerimento seria votado no dia seguinte.

Enquanto isso, a “passeata da legalidade”, como era chamada, continuava esperando a posição do governador. Os manifestantes estavam chamando Chiquinho quando ele chegou à sacada lateral do Palácio, onde havia auto falantes. A leitura do manifesto não passou de três minutos, nele o governador se dizia a favor da democracia e da legalidade, acabou muito aplaudido. O texto propositalmente não dizia claramente a que veio, o que fez com que o comandante do 3º BC ligasse para Chiquinho a fim de ouvir a adesão aos militares que não tinha lido no manifesto que recebeu. “Os militares estavam instaurando a legalidade, e os manifestantes queriam a legalidade, então o governador estava com a legalidade”, diz Setembrino, o autor do manifesto que em suas últimas linhas rogava à padroeira do Estado, Nossa Senhora da Penha, que protegesse o povo capixaba.

\*\*\*\*\*

Com a vitória assegurada e sem maiores esforços, alguns oficiais do 3º BC chegaram a planejar um desfile de tropas para marcar a conquista, mas o comandante Newton Fontoura Reis não gostou da idéia e preferiu continuar com as tropas aquarteladas. Outro assunto discutido, foi quando começar a prender os subversivos. Para tanto, o coronel e chefe de

Polícia, Macedo Andrade, participou de uma reunião no Batalhão onde ficou decidido que a tarefa das prisões ficaria a cargo da polícia.

A lista de procurados incluía 40 pessoas<sup>93</sup>, entre elas toda a direção do Partido Comunista, intelectuais de esquerda, dirigentes sindicais e estudantes. Todos foram presos no dia seguinte quando o golpe amanheceu oficializado<sup>94</sup>. A maioria dos procurados foram convidados a se apresentar no Corpo de Bombeiros, um pavilhão havia sido reservado para recolher os presos políticos. Poucos foram os que chegaram no camburão da polícia. “Papai foi uma das pessoas presas, ele tinha uma ação muito grande. Vieram buscar ele em casa. Nos interrogatórios ele dizia que não era aliado de Jango, que era dissidente de Jango, aí diziam: como você não é amigo dele se o seu filho foi hospede em Brasília? Ele ficou uns três meses na cadeia e mais uns dois meses preso em regime domiciliar”, conta Rubinho Gomes, filho de Rubens Gomes, um dos presos naquele dia.

Enquanto os militares mostravam seu cartão de visita prendendo os primeiros de muitos “subversivos”, os deputados estaduais da Assembléia Legislativa do Espírito Santo colocavam em votação um voto de louvor às Forças Armadas. A idéia surgiu no dia 1º, depois que o rádio deixou o deputado-general Frota na corda bamba. Porém, foi o deputado Jamil Zouain (PRP) que transformou a iniciativa num requerimento que continha os seguintes

---

<sup>93</sup> Foram presos apenas três estudantes: Cláudio Lachini, Jaime Lanna Marinho e Roberto Pinheiro Cortês. Já a lista dos líderes de esquerda recolhidos incluía o médico Aldemar de Oliveira Neves, o folclorista Hermógenes Lima Fonseca, o ex-deputado Benjamim Campos, Clementino Santiago, o músico Maurício de Oliveira, Rubens Gomes (o pai), Vespasiano Meireles, o delegado do Trabalho Bianor Ribeiro, Wantuil Siqueira, Antônio Flores, Carlito Osório. Os líderes sindicais da lista foram: Alcy Correia da Silva (presidente do Sindicato dos Ferroviários), Augusto Calmon (presidente da Frente de Mobilização Popular), Manoel Olímpio Santana (presidente da CGT), Enéias Pinheiro (da Frente de União dos Lavradores), Oswaldo Mármore (do Sindicato dos Portuários) e Telmo Sodré (do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria). O jornalista Vitor Costa, também estava na lista, mas já havia fugido quando foram procurá-lo.

<sup>94</sup> Na madrugada de 2 de abril, às 2h40 da manhã a “revolução” ganhava ares de legalidade numa sessão do Congresso. Nela, o senador e presidente da Casa, Auro Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República e, conforme a Constituição, passou o cargo para o presidente da Câmara dos Deputados, Rainieri Mazzilli.

termos: “os deputados infra-assinados”<sup>95</sup>, face os últimos acontecimentos que culminaram com a vitória das gloriosas Forças Armadas e das forças civis democráticas sobre a infiltração comunista que se vinha verificando no Governo Federal, colocando em perigo a unidade nacional e o regime democrático, requerem, ouvido o plenário em registro, nos anais da Casa, um voto de congratulações com o povo brasileiro, significando este ato uma manifestação vibrante do registro estadual contra todas as tentativas de comunização do Brasil e da destruição dos seus principais regimes cristãos”.

Mas essa sessão da Assembléia não foi só de flores e congratulações. Mário Gurgel, líder do PTB e da maioria, que dava sustentação ao governador Lacerda de Aguiar, subiu ao plenário para manifestar o que ninguém esperava naqueles dias: apoio a João Goulart. “Sinto, lamento e lastimo a posição a que foi levado o presidente João Goulart. Tenho que ser solidário a esse homem que nos momentos mais difíceis de minha vida pública sempre me prestigiou, sempre me destacou, sempre me considerou”<sup>96</sup>. Mário continuou. “Mas este humilde parlamentar da província, que o presidente Constitucional deste país honrou com sua amizade e sua confiança, não permitirá mais essa ofensa a um homem que já não pode se defender. A maioria não aprova esse voto de louvor”<sup>97</sup>.

O plenário ouvia tudo em silêncio constrangedor, todos os deputados se assustaram com a ousadia de Mário, com exceção dele. O discurso seguiu, mas agora além de defender o ex-presidente, atacou os golpistas em tom de ameaça. “Se a revolução cometer erros, eu os denunciarei enquanto não for proibido. Só a força me impedirá, mas assim mesmo não impedirá para sempre, porque a força da revolução tem limites”.

---

<sup>95</sup> Tuty Nader, Fued Rosa, Setembrino Pelissari, Oscar de Almeida Gama, Henrique Del Caro, Lúcio Merçon, Hélcio Pinheiro Cordeiro, Pedro Leal e Roberto Vivacqua.

<sup>96</sup> *A Gazeta*. 03/04/1964. 3ª. p. Parlamentares capixabas fizeram pronunciamentos: momento nacional.

<sup>97</sup> GURGEL Antonio de Padua. *Menino da Ilha*. Vitória, 1998.

O general Frota foi um dos primeiros a se recuperar do que acabara de ouvir, ele pediu a palavra para contra atacar com sua forte voz rouca. “Vossa Excelência acaba de pronunciar um discurso que honraria qualquer Parlamento do mundo. Todos nós estamos mais uma vez diante do seu inquestionável talento como orador. Mas, Vossa Excelência precisa saber que jamais chegará a ser o Rui Barbosa dessa Assembléia”.

Gurgel rebateu: “Mas eu tenho um consolo, Vossa Excelência também nunca será o Duque de Caxias do Exército”<sup>98</sup>.

O requerimento foi rejeitado pela maioria. Poucos minutos depois, Gurgel foi conduzido de jipe para o 3º BC. Lá, a primeira coisa que fez foi pedir uma xícara de café ao comandante, Newton Reis:

- O senhor pode me dar um pouco de café?
- Deputado, eu não vou fazer isso com o senhor, esse café aqui do quartel é horrível, ninguém consegue beber.
- Pode servir assim mesmo!

Café servido e bebido, Gurgel acendeu um Continental sem filtro e disse:

- Coronel, eu não sei o que vai me acontecer. Peço ao senhor que diga uma coisa ao meu filho: não se deve abandonar os amigos quando eles estão em situação difícil.

---

<sup>98</sup> Idem.



- Deputado, o senhor poderá dizer isso ao seu filho, não vai lhe acontecer nada. Depois de ter bebido esse café sem fazer cara feia, não é justo que o senhor receba qualquer outra punição. Só peço que em seguida vá para seu sítio e não saia de lá para nada<sup>99</sup>.

Assim foi feito, e os dois saíram da sala com destinos opostos. Gurgel seguiu para seu sítio, em Santa Tereza, e o comandante Newton para a Catedral de Metropolitana de Vitória, onde o arcebispo Metropolitano, Dom João Batista da Motta e Albuquerque, celebrou uma missa em ação de graças pela vitória dos militares. Os homens de farda lotaram a igreja, mas Dom João recheou sua homilia com algumas frases que torceram alguns narizes e quase lhe renderam um convite para um cafezinho no 3º BC.<sup>100</sup>

No Sul, na tarde desse mesmo dia, Jango disse que não queria “sangue nem sacrifício” e pediu que seus aliados desistissem de “resistência armada”. Rumou para sua fazenda em São Borja e, no dia 4, chegou a Montevideú (Uruguai) onde se asilou.

\*\*\*\*\*

Logo que Jango foi deposto e saiu do país, Chiquinho foi visitar Castelo Branco, que seria eleito presidente no dia seguinte, 11 de abril. O governador foi acompanhado pelo

---

<sup>99</sup> Diálogo baseado no relato do livro *Menino da Ilha*, de Antonio de Padua Gurgel.

<sup>100</sup> Além das prisões de subversivos, havia a recomendação e conter a ação dos padres Franz Vitor e Waldir de Almeida. O padre Waldir tinha um programa radiofônico na Rádio Capixaba (nessa época propriedade da Cúria Metropolitana) e ainda rezava a missa universitária todos os sábados na igreja São Gonçalo, que era vista como comunista pelos militares.

deputado Hélsio Pinheiro Cordeiro. Os dois chegaram à casa do Casa Grande (apelido de Castelo) antes da hora prevista e ele não gostou. Durante a conversa, foram encaminhados para Costa e Silva, no Ministério da Guerra.

Lá eles assistiram Costa e Silva depor – pelo rádio – o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Depois ele virou para Hélsio Pinheiro, que já era seu conhecido, e disse: “Você vai a São Paulo entregar um papel a Adhemar de Barros. O recado é o seguinte: diz a ele que ontem nós tivemos uma reunião e decidimos cassar muita gente, mas não podemos cassar o Lacerda porque Castelo Branco tomou a defesa dele e não deixou. Quanto ao Juscelino, o general José Lindenberg e uns outros ficaram a favor. Diz ao Adhemar que ele só não será cassado porque eu não quero. Eu gosto daquele sem-vergonha. Diga isso ao Ademar, mas entrega a ele o Diário Oficial que vai circular amanhã com a lista das primeiras cassações”<sup>101</sup>.

No dia 9 de abril, o Comando Supremo da Revolução decretou o Ato Institucional nº 1, que anulou as eleições diretas para presidente e suspendeu por seis meses as garantias constitucionais a fim de “limpar” o país. No dia seguinte<sup>102</sup>, 102 pessoas tiveram seus direitos políticos cassados, entre elas o presidente João Goulart e o deputado federal do Espírito Santo, Ramon de Oliveira Netto, que era uma das lideranças do Bloco Nacionalista na Câmara dos Deputados, autor do substitutivo da reforma agrária e relator da lei de remessa de lucro para o exterior. O deputado do PTB foi décimo-terceiro dessa lista publicada no jornal a Gazeta no dia 12 e que esteve nas mãos de Hélsio Pinheiro Cordeiro dois dias antes, na missão que recebeu de Costa e Silva.

---

<sup>101</sup> Depoimento de Hélsio Pinheiro Cordeiro para o livro *Memória Política do Espírito Santo*, que reúne memórias de ex-presidentes da Assembléia Legislativa do Espírito Santo desde 1947.

<sup>102</sup> As cassações aconteceram um dia antes do Congresso eleger o novo presidente. No dia 11 de abril, o jornal *A Gazeta* trazia a seguinte manchete: “Congresso (sem comunistas) elegerá hoje Castelo Branco”.

Castelo Branco tomou posse numa terça-feira, 14 de abril, Chiquinho estava lá, juntamente com todos os outros governadores que não foram depostos. Em Vitória, as igrejas badalaram seus sinos, as repartições públicas e os bancos não abriram e o comércio fechou as portas ao meio dia, tudo em comemoração à chegada do novo-presidente. O jornal *A Gazeta*<sup>103</sup>, noticiou assim a posse de “Casa Grande”:

A capital do Espírito Santo viveu momentos de intenso entusiasmo com a posse do novo Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Todas as igrejas e capelas tocaram festivamente os seus sinos, os automóveis pelas ruas tocavam suas buzinas minutos seguidos, no momento em que o novo Presidente assinava o termo de posse no Congresso Nacional, o mesmo fazendo todos os navios de bandeira nacional e estrangeira que se encontravam no Porto.

*Foguetes espoucaram no ar a tarde toda, anunciando os novos rumos democráticos implantados com o advento da eleição que levou ao poder máximo o Marechal Castelo Branco.*

No domingo seguinte, dia 19, *A Gazeta* publicou um Caderno Especial homenageando a revolução, mas não foi a única. Além da Assembléia Legislativa, a Câmara Municipal de Vitória, o Governo do Estado, a Federação das Industrias do Espírito Santo, a Cúria Metropolitana de Vitória e a reitoria da UFES também saudaram a “revolução” com notas de jornal, cartas abertas, votos de louvor, placas comemorativas, missas, sessões solenes e apertos de mão. A ditadura foi recebida como democracia por políticos, jornais, famílias abastadas e grandes industriais. Os militares nem precisaram pedir licença, as portas já estavam abertas.

---

<sup>103</sup> Juntamente com a matéria da posse, *A Gazeta* noticiava que o próximo presidente seria eleito democraticamente por voto direto no dia 3 de outubro de 1965, e receberia a faixa de Castelo Branco no dia 31 de janeiro de 1966.

## 4.2 Renúncia do governador

“O processo de Impeachment do governador estava sendo feito fora dos parâmetros legais, queriam que votássemos aquilo ali na hora, não teria defesa e nem nada. Eu não sei como eu não saí preso naquele dia da Assembléia.” (PELISSARI, Setembrino. 21/10/2005)

O ritmo dos passos não diminuiu nem na escada do Palácio Anchieta, a pressa era maior que os degraus. O comandante do 3º BC, coronel Alberto Bandeira de Queiroz<sup>104</sup>, andava em velocidade de combate, e estava vestido para tal. Alguns oficiais o acompanhavam no mesmo compasso. As botas engraxadas e de longos cadarços faziam barulho quando pisavam o chão. Só depois da subida, já dentro do Palácio, é que as pernas reclamaram da correria e o cansaço abateu os pulmões. Mas Bandeira escondeu a fadiga na farda logo que viu Adam Emil Czartoryski, assessor de imprensa do governo Lacerda de Aguiar.

- Adam, onde está o governador?

Adam não sabia. Ninguém sabia.

Chiquinho tinha dessas coisas de desaparecer. Saía sem segurança, com alguns trocados no bolso e com muita conversa para jogar fora. Sentava em bares, ia ao cinema ver um filme de Faroeste ou perambulava pelo centro da cidade conforme o bate papo o fosse levando. Aos sábados. Depois do almoço. O governador deixava a cesta de lado, abria o porta

---

<sup>104</sup> O coronel Bandeira foi comandante do 3º BC entre julho de 1964 e agosto de 1966. Logo que assumiu o comando, Bandeira convidou os deputados estaduais Alcino Santos, Antônio Jacques Soares, Jehovah Miranda Ferreira e Manoel Monteiro Lobato para uma reunião a fim de conseguir apoio para tirar Chiquinho do poder. Essa reunião é citada pelo deputado Alcino Santos no livro *Memória Política do Espírito Santo* e confirmada pelo ex-governador Christiano Dias Lopes. “Os deputados foram chamados no 3º BC depois do golpe, agora, se o assunto era o Chiquinho ou a revolução eu não sei. Eu não fui chamado, porque eles sabiam que eu era contra ao Chiquinho”, disse Christiano em entrevista no dia 10/10/05.

malas do carro, enchia de balas, lápis, borracha e doces. Depois subia os morros de Vitória para distribuir os mimos.

Ele também costumava aplicar alguma das suas mil anedotas em algum garçom desavisado. Não foi uma, nem duas vezes que Chiquinho sentou numa mesa de botequim para tomar um “aperitivo” e ser paparicado pelo garçom, que a essa altura já sonhava com a gorda gorjeta do governador. Na hora de pagar a conta, ele chamava a sua vítima e dizia: “Meu filho, isso aqui é para você tomar um uísque”, e colocava uma pedra de gelo na mão do garçom.

- Onde está o governador?

Ninguém sabia.

E não havia também como prever a hora que ele iria chegar. Conhecia muita gente, o que aumentava a possibilidade da demora. Além de ver os eleitores na rua, Chiquinho recebia mais de 100 pessoas por dia no seu gabinete e, uma vez por semana, no dia de audiência pública, esse número passava dos 300. O atendimento ao povo tinha início às 14hs, mas a fila começava antes. Essa gente toda levava receita de remédio, mostrava a perna machucada, a conta atrasada, queria um prato de comida ou um emprego. As mães carregavam os filhos e Chiquinho mandava comprar picolés para as crianças. As funcionárias do gabinete tinham trabalho.

Essa receptividade junto às camadas populares era uma retribuição ao apoio recebido nas eleições de 1954 e 1962. A convite da “Coligação Democrática”<sup>105</sup>, que lhe concedeu legenda para concorrer ao Governo do Estado, Chiquinho foi o único a vencer o PSD<sup>106</sup> (seu ex-partido) nas urnas. A estratégia para elegê-lo foi fazer dele um homem do povo. Deu certo, apesar de ser membro da elite – fazendeiro da cidade de Guaçuí, no sul do Estado – ele se tornou um líder carismático, que seduziu a massa ganhando sua admiração e fidelidade cega traduzida em votos. Francisco Lacerda de Aguiar é a versão espírito-santense do fenômeno político chamado de populismo.

- Onde está o governador?
- O Dr. Chiquinho está conversando lá na Praça Oito – disse o ajudante de ordem Willis Junquilha, hoje coronel reformado da Polícia Militar.
- Mande chamar – ordenou Bandeira.

O assunto era urgente, e nada de Chiquinho chegar. Os bancários estavam em greve e uma manifestação poderia acontecer a qualquer momento, e nada de Chiquinho chegar. O comandante estava vestido para ação e havia o risco de um confronto entre as tropas e os manifestantes, cadê o governador?

Depois de uns 10 minutos lá vem Chiquinho, trazido por passos calmos, o que aumentou a temperatura do comandante. Aquela calma displicente realmente incomodava, ainda mais na iminência daquela situação. Enquanto o governador se aproximava, Bandeira foi arrumando as palavras na sua cabeça para falar tudo na ordem mais direta possível, o tempo era primordial, a ação deveria ser imediata!

---

<sup>105</sup> A “Coligação Democrática” era formada por seis partidos: PSP, PR, PRP, PTB, UDN, PDC.

<sup>106</sup> Partido Social Democrático, liderado pelos ex-governadores Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves.

- Governador nós...

- Como vai comandante! Lembra daquela vaquinha malhada que eu mostrei para o senhor na minha fazenda? Pois é, ela deu cria!

Esse era o Chiquinho.

Com esse jeito matuto de ser, Lacerda de Aguiar se livrava de muitas situações difíceis. Era quase impossível tirar dele uma definição positiva, sempre escorregava pela tangente. Foi se equilibrando em cordas bambas e em cima de muros que Chiquinho não criava os atritos que poderiam lhe roubar o governo. Ele era amigo de todos até quando não era. Se dava bem com Jango, com Magalhães Pinto e com Castello Branco. Em um trecho de seu diário pessoal<sup>107</sup>, Chiquinho lembra da visita do primeiro presidente militar ao Espírito Santo:

No governo Castelo Branco, no princípio, fui bem recebido pelo presidente, inclusive deu-me dinheiro para o meu plano de industrialização rural. Visitou o estado, fez um discurso elogiando o meu governo, dizendo que aqui sentiu que se trabalhava para engrandecer o Estado e o Brasil. Até hoje tenho o disco com seu discurso gravado.

Mas a lua de mel com o presidente e a “revolução” não duraria muito tempo. No dia 23 de setembro de 1965, os militares prendem no aeroporto Eurico Salles, em Goiabeiras, Fernando Ferreira do Amaral<sup>108</sup> (conhecido como Ferrinho), empreiteiro e administrador de obras do estado feitas pela Secretária de Viação e Obras Públicas. Segundo disse na época o

---

<sup>107</sup> Cedido por Paulo Aguiar, filho de Chiquinho.

<sup>108</sup> Francisco Ferreira do Amaral foi Chefe do Distrito Rodoviário de Fronteiras (região do Contestado) e depois Inspetor de cargas do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) na administração de Carlos Lindenberg e chefe de gabinete de Asdrúbal Soares. Após as eleições de 1962, Chiquinho recebeu a orientação de convidá-lo a permanecer no mesmo cargo, devido ao seu conhecimento. Após alguns meses Ferrinho passou a executar obras para a Secretária de Viação e Obras Públicas e, posteriormente, também na fazenda de Chiquinho.

3º BC, a prisão teve o intuito de averiguar o envolvimento de Ferrinho com financiamento de atividades estudantis subversivas durante o governo de João Goulart, mas o jornal *A Gazeta* do dia seguinte dizia que “os motivos que teriam propiciado a prisão são os mais descontraídos”.

Durante o interrogatório no Batalhão de Caçadores, Ferrinho se livrou da acusação que o levou até ali, mas acabou revelando algo maior. De acordo com os militares, ele teria confessado ter favorecido o governador Francisco Lacerda de Aguiar com presentes que haviam sido pagos com recursos dos cofres estaduais. Entre os bens recebidos por Chiquinho estariam um trator, um carro, duas casas, obras na sua fazenda e doações que chegam a mais de Cr\$ 42 milhões de cruzeiros.

Tendo como base essas declarações, o comandante do 3º BC, coronel Alberto Bandeira de Queiroz, instalou o Inquérito da Policial Militar (IPM) nº 535 e enviou um ofício ao comandante do I Exército, o general Otacílio Terra Ururahy. Em seguida a documentação chegou às mãos do general Arthur da Costa e Silva, na época Ministro de Guerra, e no dia 12 de outubro ao presidente Castelo Branco. Castelo encaminhou o inquérito com o subtítulo “Corrupção no Estado do Espírito Santo” para o Ministro da Justiça, Juracy Magalhães.

Depois desse longo passeio, precisamente às 14hs do dia 9 de novembro, o IPM chegou acompanhado de escolta as portas do Palácio Domingos Martins<sup>109</sup>. Ele foi entregue ao presidente da Casa, Adalberto Simão Nader, pelo major José Maia Viegas, do Quartel General do Exército. Quando Simão Nader voltou ao plenário a fim de encerrar a sessão do dia, não conseguiu. Os deputados cercaram a mesa de trabalhos e Christiano Dias Lopes

---

<sup>109</sup> Sede da antiga Assembléia do Espírito Santo.



solicitou a leitura da documentação que acabara de chegar. Resultado: todos participaram de uma reunião secreta no gabinete do presidente, a leitura das acusações se prolongou até às 19hs.

No dia seguinte o Plenário estava cheio de homens de farda que haviam vindo prestigiar a leitura do IPM. Setembrino Pelissari, líder do governo na Assembléia, se recorda de que os homens de farda queriam cassar o governador sem direito a defesa. “O processo foi lido, como toda matéria tem que ser lida na Assembléia. Então eu comecei a obstruir para a leitura atrasar. Eu, como líder do governo e advogado, não podia concordar com aquilo, não se pode condenar ninguém sem uma defesa. Eu era a favor da revolução, mas reagi contra, fiz um discurso contra. O processo de Impeachment do governador estava sendo feito fora dos parâmetros legais, queriam que votássemos aquilo ali na hora, não teria defesa e nem nada. Eu não sei como eu não sai preso naquele dia da Assembléia”.

Setembrino levantou a necessidade de se formar uma Comissão de Inquérito para apurar os fatos. Adalberto Simão Nader pediu 48 horas para analisar a questão e encerrou a sessão. Os oficiais não gostaram e recorreram ao “plano B” chamado coronel Dilermando Gomes Monteiro<sup>110</sup>. O sub-chefe da Casa Militar da Presidência da República desembarcou no estado dias depois da sessão tumultuada com o objetivo de arrumar a casa. Para tanto, marcou dois encontros, um com cada ponta de confusão: com líder da minoria – Christiano Dias Lopes<sup>111</sup> – e com o da maioria – Setembrino Pelissari.

---

<sup>110</sup> O general Dilermando Gomes Monteiro substituiu o general Eduardo d'Ávila Mello no comando do II Exército no dia 20 de Janeiro de 1976. O general Eduardo d'Ávila foi afastado em consequência das mortes do jornalista Wladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em 17 de janeiro de 1976, no interior do DOI- Codi, órgão de repressão vinculado ao Exército. Quando de suas mortes, a nota do governo alegava que eles haviam se suicidado.

<sup>111</sup> “O Castelo Branco mandou para cá o Coronel Dilermando. Em todas às vezes ele me falou que o Chiquinho estava por baixo. Ele era um cara reservado, nunca falou nada conosco, mas sabíamos que ele não queria dar trégua a Chiquinho”, afirma Christiano na mesma entrevista do dia 10/10/05.

Mas, um dia antes do encontro, Setembrino teve uma surpresa desagradável. Seu irmão, o jornalista Everaldo Pelissari, estava sendo procurado pela cidade por soldados armados. Ele era acusado de espalhar o boato de que dois agentes do Serviço Nacional de Informação (SNI)<sup>112</sup> estavam no estado investigando as ações do Exército<sup>113</sup>. Às seis horas da tarde Setembrino e seu irmão se apresentaram no 3º BC. Quem os recebeu foi o coronel Queiroz.

- Pronto Coronel, o sujeito que você mandou uma patrulha armada prender é esse rapaz aqui.
- Ah sim, nós vamos ouvi-lo. Mas ele não vai poder ser ouvido agora não, ele vai ter que ficar aqui hoje.

Setembrino disfarçou a raiva, mas Everaldo não. Ele se virou para o irmão que o havia levado até lá e disse em voz alta: “Eu não disse pra você que isso era safadeza, que eles fizeram você me trazer aqui para me prender. Não se pode confiar nessa gente, eu servi aqui e sei como é isso!”.

Everaldo foi levado preso em caráter comunicável.

---

<sup>112</sup> O Serviço Nacional de Informação (SNI) foi criado pelo General Golbery do Couto e Silva em 1964. Cabia ao SNI direcionar todas as informações recebidas para o Poder Executivo e para organizações que encabeçavam as ações repressivas em nível local – como a Divisão Municipal de Polícia, coordenada pela DOPS – e também para instâncias das Forças Armadas, como o Centro de Informação do Exército (CIEX), da Marinha (CENIMAR) e da aeronáutica (CISA). Esse aparato repressivo estatal agia de forma integrada e tinha autonomia para realizar suas atividades.

<sup>113</sup> No dia 13/11/65 o jornal A Gazeta publicava uma matéria com o seguinte título: “Diziam-se agentes secretos e foram presos dentro do carro do Governador”. Segundo a matéria os agentes eram falsos, e haviam procurado o presidente da Assembléia pela manha pedindo o prolongamento do IPM contra o governador.

No dia seguinte, Setembrino chegou cedo ao Batalhão, antes da hora marcada com o coronel Dilermando. Quis visitar seu irmão, mas não conseguiu. Com a recusa, o jeito foi matar o tempo no pátio. Foi andando de um lado para o outro que viu alguém fazendo sinal numa das muitas janelas do BC. Era Everaldo, que jogou um pedaço de papel pela janela. “Ele escreveu num maço de cigarro um bilhete pra mim. Ele jogou, caiu no canteiro e eu peguei. Ele dizia que nem água tinha tomado, não tinha jantado e que de vez em quando o levavam para depor. Falava que eles queriam que ele dissesse quem tinha dito a ele que o pessoal do SNI estava lá, mas ele não denunciou a fonte. Ele concluía o bilhete assim: como eles não podem te prender, eles querem te coagir para você ceder na Assembléia. Não ceda!”

Setembrino não cedeu. Depois de ter sido apresentado rapidamente a Dilermando ainda pela manhã, o líder da maioria chegou à Casa do Comando do Batalhão para a reunião, marcada para as 14h, disposto a colocar todas as cartas que tinha na manga na mesa.

- Deputado, eu estou aqui para encontrar uma solução para esse problema.
- Olha Coronel, eu só converso com o senhor sobre o assunto depois que o senhor mandar soltar o meu irmão.
- Seu irmão está preso?

Setembrino explicou.

- O senhor confia na minha palavra?
- Acho que vou confiar sim.
- Então vamos conversar que até a noite o seu irmão estará em casa.
- Até a noite?

- Até a noite!
- Tudo bem.

Às 16 horas daquele dia, Dilermando reuniu todos os deputados para dizer que a Comissão deveria ser feita, às 17 horas Everaldo estava solto.

Claro que a bancada do PSD<sup>114</sup> não gostou nada da decisão, ela prolongava o processo e dava margem para uma virada de mesa dos governistas. Para se precaver disso, os deputados estaduais Roberto Vivacqua, Mikeil Chequer, Alcino Santos, Jehovah Miranda Ferreira, Tuffy Nader, José Parente Frota<sup>115</sup> prepararam uma nova denúncia, dessa vez baseada em acusações feitas por Christiano Dias Lopes<sup>116</sup>. O objetivo era anexar essas novas acusações ao IPM e engrossar a munição contra o governador. Os delitos envolvendo transações de terras, compra de máquinas e nomeações ilegais incriminavam não só Chiquinho, mas também Virgilio Euclides Miranda de Sá Antunes, Secretário da Agricultura, Terras e Colonização, e Gentil Barreto Paiva, Secretário de Saúde e Assistência.

A denúncia da oposição foi entregue ao presidente da Assembléia, Adalberto Simão Nader, numa sexta-feira, 18 de novembro, dois dias depois de a Comissão de Inquérito ter sido formada por cinco deputados escolhidos por voto direto pelos demais membros da Casa. O plenário estava cheio quando José Moraes, Lúcio Merçon e Mário Gurgel foram eleitos pela bancada do governo. Já a oposição escolheu Francisco Schwartz e Christiano Dias Lopes Filho. Com a instauração da Comissão e o processo de impeachment regular, Setembrino foi ao plenário e disse:

---

<sup>114</sup> Em outubro de 1965 o Ato nº 2 extinguiu os partidos políticos, porém, os depoimentos recolhidos sobre esse período ainda trazem o peso das filiações partidárias que antecedem o bipartidarismo imposto pelos militares.

<sup>115</sup> Todos ex-PSD, com exceção de Roberto Vivacqua, que antes de se filiar a Arena junto com os demais colegas que fizeram à denúncia, era filiado a um partido ligado ao PSP, o Partido Social Progressista (PSP).

<sup>116</sup> As denúncias feitas por Christiano, também ex-PSD, foram publicadas no Diário Oficial do dia 24/08/65.

- A partir de agora, cabe ao governador provar a sua inocência.

\*\*\*\*\*

A defesa de Chiquinho<sup>117</sup> possuía mais de 44 documentos anexos e um parecer do jurista Francisco Campos, autor da Constituição de 1937. Entre as cópias de contracheques, duplicatas<sup>118</sup>, recibos e escrituras que embasaram o parecer dos advogados do governador, duas cartas escritas nos dias 12 e 18 de novembro de 1965 merecem atenção especial. O remetente de ambas era Ferrinho.

Após ser solto, no dia 8 de outubro, Ferrinho fugiu do estado e foi se esconder no Rio de Janeiro, na casa do presidente da Assembléia Legislativa, Hélsio Pinheiro Cordeiro. Foi de lá que ele escreveu para Chiquinho. A primeira das duas cartas dizia o seguinte:

“Depois de estar preso a mais de 10 (dez) dias incomunicável sofrendo terrivelmente da minha doença e sem saber o que estava acontecendo lá fora percebi que os oficiais queriam que eu acusasse o senhor o Renato<sup>119</sup> e vários elementos da política e então na dúvida se suportava ficar preso sem saber quando eu ia sair resolvi fazer o que eles queriam deixando entender que nossos negócios

---

<sup>117</sup> A defesa de Francisco Lacerda de Aguiar pode ser encontrada no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

118

“Entre outras acusações está a de eu ter recebido de presente um automóvel *Sinca*, provei o pagamento (...).

Que também havia recebido de presente um trator, provei que ainda não havia pago o mesmo, apenas uma prestação e as outras duplicatas assinadas por mim, ainda sem vencer, estavam com o vendedor”, diz Francisco Lacerda de Aguiar num trecho de seu diário.

<sup>119</sup> Filho mais novo de Chiquinho, que mais tarde foi conselheiro do Tribunal de Contas do ES.

eram aquilo que desejavam ouvir e assinei o que me deram sem ler nada tão perturbado que estava. Pelo o Jornal de hoje é que vi o que assinei só faltando o que falei no primeiro depoimento que recebia dinheiro do senhor para pagar as obras da fazenda e outros negócios.

Ao contrario do que falam eu sim é que lhe devo dinheiro por não ter terminado as obras do curral restando uns 5 milhões seus em meu poder descontando o que o senhor pagou para mim no Banco do Estado de São Paulo e que com a ajuda de Deus e da Virgem da Penha ainda lhe pagarei pois apesar de doente tenho disposição para o trabalho.

Esta é a verdade e pode contar que estou disposto a repetir se for preciso para desmentir os que tanto caluniam contar o senhor que só tem feito bem a tanta gente pobre e governando o estado melhor do que qualquer outro. Pedindo desculpa pela minha fraqueza não suportando a prisão (...).”

A segunda carta foi escrita seis dias depois. Nela Ferrinho comenta que sofreu pressão psicológica<sup>120</sup>, novamente afirma que não leu o depoimento que assinou e expressa sua vontade de depor a favor do governador na Comissão da Assembléia.

---

<sup>120</sup> No dia 11 de dezembro, o jornal *A Gazeta* publicou uma carta atribuída a Ferrinho, que afirmaria não ter recebido qualquer coação moral ou física durante sua prisão. A carta era endereçada ao comandante do 3º BC, coronel Bandeira, mas foi escrita numa linguagem e com uma pontuação bem diferentes do estilo de texto das cartas recebidas por Chiquinho semanas antes. A carta foi publicada com a seguinte manchete “Ferrinho ao Cel. Queiroz: não sofri qualquer coação” e dizia o seguinte: “Senhor Coronel. Ao redigir, escrever e assinar esta carta, eu, Francisco Ferreira do Amaral, brasileiro, comerciante, casado, encontro-me na residência do deputado estadual Hélsio Pinheiro Cordeiro, em companhia da minha esposa (...). Fui interrogado exaustivamente e procurando a Comissão averiguar todos os passos de minha vida particular e comercial (...). A bem çverdade e em razão da realidade dos fatos desejo declarar, autorizando V.s. a fazer uso que desejar, que recebi durante o tempo de minha detenção, o mais correto tratamento, não tendo sofrido qualquer coação moral ou física por parte dos oficiais ou outro elemento da corporação (...).”

“Fico envergonhado de ter cedido a pressão psicológica, porém hoje alegro-me em saber pelos jornais que o Senhor vai ser julgado por deputados perante os quais irei depor sem constrangimento e receio, podendo então contar a verdade e dizer que sua honestidade como homem e Governador não pode sofrer dúvidas por declarações que prestei para ser solto e poder rever minha mulher e minhas filhas além de me tratar como é preciso. Em princípio desminto categoricamente o que dizem contar as minhas declarações que assinei sem ler. Oportunamente poderei provar que nada daquilo é verdade. Agora reafirmo que existem declarações minhas contra a honra e honestidade do Senhor eu desminto.”

Setembrino Pelissari e Christiano Dias Lopes não se recordam de Ferrinho ter deposto na Comissão de Inquérito da Assembléia. Se isso for verdade, a única declaração da principal testemunha do processo foi obtida dentro do 3º BC em um depoimento que o próprio Ferrinho afirma ter assinado sem ler. “Ferrinho não prestou depoimento na Comissão da Assembléia”, diz Christiano Dias Lopes. O que Christiano não diz foi que ele não permitiu que Ferrinho depusesse no dia 27 de dezembro, alegando que o depoente chegou atrasado<sup>121</sup>.

A Comissão investigou durante mais de dois meses as denúncias do Exército e da oposição. No dia 30 de janeiro, o coronel Dilermando estava (de novo) no estado e se reuniu com o grupo de cinco deputados que dali a algumas horas daria seu parecer sobre as acusações. A reunião, de portas fechadas, aconteceu no Palácio Domingos Martins e durou toda a manhã.

À tarde o plenário estava lotado de gente e expectativa. O assunto comentado não se referia só ao veredicto que seria lido, mas também a existência de uma carta-renúncia de Chiquinho em poder do presidente da Comissão, o deputado José Moraes. Era verdade,

---

<sup>121</sup> Segundo o jornal *A Gazeta* do dia 30/12/65, Ferrinho e seu advogado deveriam chegar a Assembléia às 20hs, mas só chegaram às 22hs. O depoimento ficou de acontecer nos dias que se seguiram, mas *A Gazeta* não noticiou nada a respeito.

Lacerda de Aguiar desistiria do cargo para se livrar das acusações caso fosse considerado culpado<sup>122</sup>. Mas não foi isso que aconteceu.

Por três votos a dois<sup>123</sup>, as acusações contra Chiquinho foram consideradas improcedentes e as contra os ex-secretários Virgílio Euclides Miranda de Sá Antunes (Agricultura) e Élio de Almeida Viana (Viação e Obras) procedentes. Mas o governador ainda não estava livre. Na semana seguinte o parecer teria que passar pelo Plenário da Assembléia, que se colocaria a favor ou contra a decisão. Sendo assim, agora a pressão dos militares se estendia a todos os deputados, e não mais somente sobre os membros da Comissão. “Fizemos o processo, concluímos com um relatório inocentando Chiquinho. Aí veio o julgamento, mas a pressão dos militares continuou em cima dos deputados. Eu tinha a maioria dos deputados ao lado do governo, mas a cada dia um debandava com medo da ameaça de cassação”, conta Setembrino Pelissari.

A pressão também chegou ao governador. Paulo Aguiar, filho de Chiquinho, afirma que as ameaças não vinham só dos militares. “Meu pai sofreu muita pressão de algumas pessoas do Exército e também de políticos rivais. A coisa era feia, as ameaças chegaram até a esfera familiar”. Lacerda de Aguiar até tentou acalmar os ânimos, pediu um pedido de licença, deixou o estado nas mãos de seu vice, Rubens Rangel, mas não deu certo. Os problemas o seguiram até o Rio de Janeiro, onde ele disse ter sofrido inúmeras tentativas de suborno por parte de militares:

---

<sup>122</sup> “Se precavendo da derrota, Chiquinho já havia deixado uma carta de renúncia com o presidente da Comissão, José Moraes, para o caso de cassação. Absolvido, essa carta ficou em poder de José Moraes. Depois de um tempo Chiquinho fez uma interpelação judicial tornando sem efeito aquela carta. Pois, pela lei, a renúncia é uma to individual e você pode desistir dela. Essa carta foi uma condicionante do exército, que só aceitava a comissão se houvesse essa carta de renúncia, ou seja, eles iriam cassar de qualquer maneira”, conta Setembrino Pelissari em entrevista concedida no dia 21/10/05.

<sup>123</sup> José Morães (presidente da Comissão), Lúcio Merçon e Mário Gurgel (relator) votaram a favor de Chiquinho e Francisco Schwarz e Christiano Dias Lopes Filho contra.



“Um camarada que se dizia coronel queria 50 mil para acertar tudo, inclusive telefonou ao meu lado para o coronel Dilermando (disse ele) dizendo que estava comigo e estava acertando o caso. Outro foi na casa do ex-deputado Paranhos de Oliveira –, que também queria me ajudar – dizia-se general e que estava encarregado de diversos IPMs (...). Outro que se dizia coronel, foi ao meu apartamento e queriam 20 mil, eu entrava com dez no momento e o restante no final (arquivamento do processo). Outros dois, num apartamento do Hotel Senador, que se diziam oficiais da marinha, mas não sabiam nem conversar (analfabetos). Outro convidou-me por intermédio de um repórter (Última Hora). Dizia ele para um encontro num apartamento de um corretor aposentado em Copacabana, ali me apresentou um coronel (dizia ele) que me disse haver feito o inquérito contra o presidente Jânio Quadros, queria 60 mil para acertar tudo, a metade e metade. Assim, tive diversos convites para acertar a situação, talvez uns vinte. É desnecessário dizer que recusei todos.”<sup>124</sup>

Outro militar que, a principio, se mostrou disposto a ajudar o governador foi o coronel Dilermando Gomes Monteiro. Chiquinho narra em no seu diário como Dilermando foi de cordeiro a lobo em apenas três encontros.

Quando fui apresentado ao coronel Dilermando, na Praia da Costa – presentes Asdrúbal Soares e Setembrino Pelissari – ele disse que se fosse ele a receber aquelas acusações não tomaria conhecimento porque eram assinadas apenas por políticos, e eu como político tinha amigos e inimigos. Na segunda viagem a Vitória, ele me disse que havia prendido um capitão do terceiro BC em nome do presidente da República, porque (...) estava me protegendo. No final, ele estava completamente mudado.

---

<sup>124</sup> Diário de Francisco Lacerda de Aguiar.

- Como é Dilermando, eu estou numa situação difícil com essas denúncias. Eu não tenho nada a ver com essa gente vagabunda.

- Mas eu tenho que estar solidário com os meus companheiros de farda.

- Mas mesmo se o seu companheiro de farda for vagabundo e ordinário o senhor fica solidário com ele?

- Mesmo que ele seja vagabundo e ordinário eu fico solidário com ele!<sup>125</sup>

A votação decisiva na Assembléia aconteceu na tarde de 4 de fevereiro de 1966<sup>126</sup>. A sessão começou agitada desde a porta do Palácio Domingos Martins, onde cinco homens foram desarmados. A sessão seria encerrada às cinco horas e os líderes da maioria e da minoria poderiam falar por 15 minutos antes do voto aberto de cada deputados. Christiano Dias Lopes sugeriu que Setembrino Pelissari fosse o primeiro a ir à tribuna, mas foi vencido pelo argumento de que, como em todo julgamento, a acusação deveria ser a primeira a se pronunciar. Christiano começou a falar às 16h15min e esgotou todo o tempo que tinha. Ele desce do plenário. Setembrino olha para o relógio, são 16h30min. Adalberto Simão Nader, presidente da Casa, anuncia seu nome. Ele levanta, olha novamente para o relógio, são 16h31min. Anda até a frente da mesa de trabalhos, são 16h31min, e para desespero de Christiano diz:

- Declino da palavra.

- Em votação – disse Adalberto.

---

<sup>125</sup> Instituto Jones dos Santos Neves. Depoimento de Francisco Lacerda de Aguiar (Fita 3).

<sup>126</sup> Dois dias antes da votação o jornal *A Gazeta* publicava um Caderno Especial de sete páginas intitulado “Livro Branco da corrupção no Governo Lacerda de Aguiar”.

Algumas pessoas não entenderam o que havia acontecido. Mas se houvesse mais um discurso não haveria tempo para a votação, o que daria a oposição mais tempo de conseguir a maioria. “E eu sabia que ganharíamos na votação, então não precisava eu falar”, lembra Setembrino. Apesar da vitória do governo<sup>127</sup>, Chiquinho não teve o que comemorar. A previsão de que os militares não o deixariam voltar ao Palácio Anchieta foi confirmada no mesmo dia com um telegrama do presidente Castelo Branco para o governador em exercício, Rubens Rangel. “Agradeço a comunicação de que foi tomada sua posse no cargo de Governador em virtude do licenciamento do Dr. Lacerda de Aguiar. Portanto, desejo que sua ação traga benefícios para o Espírito Santo, pelo rigor do processo político e administrativo. É necessário se implantar a revolução definitivamente no Espírito Santo. Saudações”<sup>128</sup>.

Chiquinho atribui à perseguição que sofreu a seus inimigos políticos, leia-se Carlos Lindenberg. Mas um coronel que o abordou as vésperas da votação alegou outra coisa.

- Vim lhe aconselhar a deixar o governo, o senhor está atrapalhando a revolução.
- Mas eu estou atrapalhando a revolução por quê?
- Por uma coisa muito simples, o senhor é muito ligado ao povo<sup>129</sup>.

A queda de Chiquinho foi formalizada na tarde de 5 de abril de 1966<sup>130</sup>. A sessão da Assembléia Legislativa que declarava vago o cargo de Governador do Estado acabou

---

<sup>127</sup> O governo venceu por 21 votos contra 17. Votaram a favor do relatório e pela absolvição de Chiquinho os deputados Antônio Alves Duarte, Antônio Carvalho, Antônio José Miguel Feu Rosa, Darcy de Paula Gaigher, Ely Junqueira, Emir de Macedo Gomes, Geraldo Vargas Nogueira, Hélsio Cordeiro, Isaac Rubim, José Moraes, Teixeira, Lúcio Merçon, Mário Gurgel, Moacir Dala, Manoel Lobato, Pedro Ramos, Sebastião Cipriano (Tótó), Setembrino Pelissari, Verdeval Ferreira, Vicente Silveira e Valter Bersan. Votaram contra o relatório e pela condenação os deputados Alcino Santos, Antônio Jacques Soares, Celso Borges, Cristiano Dias Lopes Filho, Francisco Schwarz, Harry Barcelos, Hélio Manhães, Jamil Zouain, Parente Frotta, Mário Bicalho, Mikheil Chequer, Oscar Gama, Pedro Leal, Roberto Vivacqua, Tuffy Nader, Hilario Toniato, Tolentino Xavier.

<sup>128</sup> *A Gazeta*. 05/02/1966. 1ª. p. Castelo a Rangel: Que se implante definitivamente a Revolução no ES.

<sup>129</sup> Instituto Jones dos Santos Neves. Depoimento de Francisco Lacerda de Aguiar (Fita 3).

exatamente às 15h55min. Menos de duas horas depois, uma sessão extraordinária empossava Rubens Rangel, que governou menos de um ano. No dia 31 de janeiro de 1967 Christiano Dias Lopes assumiu o Palácio Anchieta como primeiro governador escolhido pelos militares.

No Espírito Santo, a ditadura dominou o campo político já em 1966, com a posse de Rangel, que governou ao gosto do 3º BC. Mas os generais ainda teriam que suar a farda para controlar todas as peças do tabuleiro. A arte engajada e o movimento estudantil estavam vivos, muito vivos.

### 4.3 Teatro

“O teatro lotava toda a noite.”

(GOMES, Rubinho. 21/08/2005)

---

<sup>130</sup> A carta renúncia de Chiquinho não se encontra no Arquivo da Assembléia Legislativa ou no Diário Oficial correspondente a data em que foi lida (05/04/66). O ex-deputado e ex-presidente da Assembléia Legislativa, Hélsio Pinheiro Cordeiro, relata como essa carta foi escrita no livro *Memória Política do Espírito Santo*. p. 64. Hélsio afirma ter ido com Chiquinho até o Palácio das Laranjeiras falar com Castelo Branco, lá também se encontrava o coronel Dilermando. O governador ouviu do presidente que devia renunciar, não adiantando mais resistir. Então Chiquinho pediu uma máquina de escrever e Hélsio redigiu a carta de renúncia ali mesmo. “Para nossa surpresa, na hora que ele [Chiquinho] acabou de assinar e entregar a carta, José Moraes (que era o presidente da Assembléia na época) saiu de traz de uma porta. Ele estava esperando a renúncia lá no Palácio das Laranjeiras, escondido, e correu para dar a notícia aqui no Estado”, conta o ex-deputado.

Era uma história muito engraçada, não tinha palco nem muita explicação. A narração era fragmentada, fatos importantes eram misturados com coisa pouca sem aviso prévio, e tudo mudava num simples apagar e acender de luzes. O enredo da peça passava pelo interior de um navio negreiro e também por casas grandes, senzalas, igrejas, pelourinhos e até por uma floresta, mas não havia cenários, isso ficava a cargo da imaginação do espectador. Sem dúvida era um teatro diferente, onde os atores não mudavam de roupa e não eram vinculados aos personagens, todos faziam papel de homem e mulher sem muita cerimônia. A única constante na apresentação daqueles sete atores cercados de público por todos os lados era a vontade de ser livre e de falar de liberdade através de um formato jovem de encenação: o Teatro de Arena, que fez sua estréia em “palcos” capixabas na montagem do *Grupo Geração* para o musical *Arena Conta Zumbi*.

A principal característica do Teatro de Arena, fundado em São Paulo em 1953, foi a de nacionalizar a dramaturgia brasileira já a partir da estréia de *Eles Não Usam Black-tie*<sup>131</sup>, de Gianfrancesco Guarnieri, em 1958. Até o surgimento do Arena, a tendência dominante era a do rigor formal, quase solene, da mesma forma que a política era coisa de adultos. Com o golpe de 1964, o teatro se afirmou como forma de resistência contra a ditadura e as peças ganharam conotação política a fim de provocar questionamentos sobre a realidade, mostrando as contradições da sociedade para o espectador. Essa arte engajada criou uma espécie de trincheira que fazia do teatro uma ferramenta capaz de mudar o homem e o espaço. Claro que os militares não gostavam nada disso.

Foi nesse contexto que nasceu a peça *Arena Conta Zumbi*, que se utiliza da luta pela liberdade do maior herói negro da história do país como metáfora contra a opressão do

---

<sup>131</sup> A peça fala de uma greve operária, de reivindicação por melhores salários, que acaba por separar pai e filho, uma temática realista nunca antes apresentada. A estréia aconteceu no dia 22 de fevereiro de 1958 e o sucesso alcançado no Brasil e no exterior revigorou o Teatro de Arena, na época quase falido.

momento. A primeira montagem do musical foi em São Paulo, com direção de Augusto Boal, que assinava o texto juntamente com Gianfrancesco Guarnieri. As músicas também nasceram de quatro mãos: Edu Lobo e Guarnieri. A estréia aconteceu no dia 1º de maio 1965 e a peça lançou atores como Paulo José e Dina Staf. O sucesso foi tanto que rompeu fronteiras e no ano seguinte a história de Zumbi<sup>132</sup> chegou ao Espírito Santo, com elenco e direção locais. A idéia de montar a peça no estado foi de Antonio Carlos Neves (Toninho Neves), que após ter dois textos seus vetados pela censura resolveu usar algum já encenado e, portanto, liberado.

Os ensaios começaram no dia 15 de agosto de 1966 e menos de dois meses depois Leila Del Caro, Sheila Bandeira, Zélia Stein, Rogério M. da Silva, Milson Henriques, Cláudio Lachini e Alcides Vasconcelos Filho estreavam junto com o Espírito Santo no Teatro de Arena. “Em março mais ou menos nós pretendíamos levar uma peça de José da Silva – *Inconfidência Agora* – e fomos reunir um grupo de amigos. Esse grupo era muito grande, mas como o trabalho era puxado – pois nós ensaiávamos todos os dias, inclusive sábados e domingos – o grupo foi diminuindo e no final os atores não eram mais do que sete (...). Então reunimos um grupo e demos o nome de Grupo Geração, depois escolhemos uma nova peça, que foi *Arena Conta Zumbi*, e a partir de agosto começamos a ensaiar<sup>133</sup>”, conta Antonio Carlos, que além de diretor foi cenógrafo do musical que estreou no dia sete de outubro daquele ano.

---

<sup>132</sup> O Quilombo dos Palmares foi fundado no ano de 1597 e chegou a ter 30 mil habitantes. Com a morte de Ganga Zumba, o primeiro rei de Palmares, um negro criado por padres que falava português e latim assume a liderança. Seu nome de batismo era Francisco, mas a história o chamaria de Zumbi, Zumbi dos Palmares, que foi capturado e morto em novembro de 1695, após ser delatado por um de seus comandantes que recebeu em troca da traição o que Palmares sempre quis: liberdade.

<sup>133</sup> **O Diário**. 18/09/1966. 1ª. p. Arena Conta Zumbi continuará em cartaz por uma semana.

A arena foi montada no antigo restaurante do extinto *Hotel Majestic*<sup>134</sup>, que até hoje pertence à família de Câmara Gomes e nos seus áureos tempos chegou a hospedar figuras ilustres como o Marechal Candido Rondon, Getúlio Vargas e Cartola. Naquela sexta-feira de estréia, somente jornalistas e convidados assistiram a história cantada da liberdade sonhada pelos negros da República dos Palmares. O espaço não era dos maiores, as cerca de 150 pessoas ficavam muito próximas dos atores o que acabava por transformar os expectadores em participantes, coisa muito diferente do teatro de procena, onde existe um palco em nível elevado que separa a peça do público. “Meu pai cedeu o local e foram feitas arquibancadas de madeira para montagem de um Teatro de Arena. Eu era muito novo, mas ia aos ensaios e era uma espécie de assistente, um contra-regra. O teatro lotava toda a noite, eu achava aquilo fantástico!”, afirma Rubens Câmara Gomes (Rubinho), que na época tinha (só) 15 anos.

Aquele formato era novo tanto para quem via quanto para quem fazia teatro, mas o espírito inovador não estava só na encenação e na dramaturgia crua e realista. A originalidade podia ser vista já na entrada do *Majestic*, onde o programa da peça custava *o que o comprador achar que vale, contanto que seja mais do que Cr\$ 100 mil*. A entrada era mais barata, Cr\$ 2 mil, mas o visual que se encontrava logo ao entrar não tinha preço definido. A atitude e a peça começavam na parede do teatro improvisado, onde cores claras eram interrompidas por formas escuras sem a mínima simetria e cartazes das mais diversas naturezas destacavam-se nesse emaranhado de tintas. Neles, frases de passagens do espetáculo e citações escritas em letras garrafais como *Chegará o tempo em que os homens trabalharão em paz e não haverá velhice*. As paredes também lembravam: *Não viver das coisas já vividas*. Além disso, as caricaturas dos componentes do grupo disputavam espaço com jornais abertos em suas páginas de política. “Fizemos a Arena como se fosse um circo mesmo. A parede era cheia de

---

<sup>134</sup> Rua Dionísio Rosendo, Centro.

grafite contra a revolução”, lembra Milson Henriques, que por incrível que pareça era o ator mais velho da peça com seus 27 anos.

As 20:30hs o duplo apagar das luzes anuncia o início da apresentação. Os jovens Tião e Raul já estão a postos no violão e na bateria enquanto Toninho Neves pode ser visto em todo o lugar inspecionando os últimos detalhes e desejando “merda” a todos. O acompanhamento musical funcionava como marcador cenográfico e dava mais vida ao texto. Algumas das canções de Edu Lobo e Gianfrancesco Guarnieri, compostas especialmente para a peça, já eram conhecidas por terem sido gravadas por Elis Regina – *Upa Neguinho* e *Zumbi* – e Maria Bethânia – *É um tempo de Guerra*.

Toninho Neves era quem entrava primeiro na arena. Cercado pelas arquibancadas de madeira nada convencionais ele fazia uma pequena introdução do espetáculo e apresentava o *Grupo Geração*. A fala era breve e acabava com uma frase que inaugura o primeiro dos muitos aplausos da noite: “Que os desconhecidos saiam daqui nossos amigos e os amigos mais amigos”.

Então as luzes se apagam, os atores entram rapidamente como se já houvessem decorado o espaço mesmo no escuro, em segundos todos já estão a postos. Beth Cabral, na iluminação, dá início ao espetáculo ligando os refletores sem libertar muita luz. O que se vê são sete jovens com calça branca e blusa preta sem o abrigo de maiores adereços. São eles, o chão e mais nada. Tião e Raul marcam a primeira melodia e a coisa começa com palavras fortes saindo da boca dos sete. “Nada se faz sem razão/ contar histórias já é/ da luta pela razão /que se parece ao presente/ pela verdade em questão/ pois se trata de uma luta/ muito linda na verdade/ É luta que vence os tempos/ luta pela liberdade”. E começa a cantoria:



A Arena conta história pra você ouvir gostoso

Quem quiser me de a mão

E quem não tenha outro gozo

A história que o Arena conta é a epopéia do Zumbi

Tanto pró e tanto contra

Juro em Deus eu nunca vi (bis)

Há lenda e há mais lenda, há verdade e há mentira

De tudo usamo um pouco

Mas de forma que servirá

Entender no dia de hoje, quem está com a verdade

Quem está com a verdade

Quem está com a mentira

A troca de cenas era feita rapidamente, num apagar e acender de luzes que duravam apenas alguns segundos. Porém, o público complicava o tempo do apagão, já que por diversas vezes a escuridão tinha que ser prolongada devido aos aplausos prolongados da platéia. Quando a luz era reacesa, dando início ao novo quadro, os atores já eram outros personagens e a cena não necessariamente se passava no mesmo lugar. Dali para frente era preciso descobrir tudo de novo com a ajuda do figurino e do cenário que cada espectador ia construindo na sua cabeça com as pistas que catava do espetáculo.

No segundo ato os atores formavam um círculo para cantar *Upa Neguinho*. Assim como a maioria das músicas da peça, a composição não é escrita na linguagem culta a fim de representar o dialeto meio africano meio brasileiro usado pelos escravos trazidos para o Brasil

e também por seus descendentes. A canção é aparentemente jocosa e a interjeição "upa", tantas vezes repetida ao longo da música, dá um ar brincalhão a essa fala de alguém que vê uma criança ensaiando os primeiros passos e as primeiras decepções. “Nós fazíamos de tudo, eu fiz o escravo, o feitor e um capitão bicha, que ninguém queria fazer. Numa das melhores cenas nos fazíamos um círculo em volta de um neguinho imaginário e cantávamos *Upa Neguinho na estrada/ Upa pra lá e pra cá...*”, canta Milson, que ainda lembra toda a letra da canção.

Upa, neguinho na estrada  
Upa, pra lá e pra cá  
Virge que coisa mais linda  
Upa neguinho começando a andar

Upa, neguinho na estrada  
Upa, pra lá e pra cá  
Virge que coisa mais linda  
Upa neguinho começando a andar  
começando a andar  
começando a andar  
E já começa a apanhar

Cresce neguinho me abraça  
Cresce e me ensina a cantar  
Eu vim de tanta desgraça  
Mas muito te posso ensinar  
Mas muito te posso ensinar

Capoeira, posso ensinar  
Ziquizira, posso tirar

Valentia, posso emprestar

Mas liberdade só posso esperar

O que sobrava ao final do espetáculo era a sensação de que aquelas arquibancadas de madeira não eram assim tão desconfortáveis. Depois de ver a luz acender e apagar várias vezes, a cena final trazia uma mensagem que poderia ser perfeitamente lida num daqueles livros vermelhos tão proibidos na época. “Todo mundo me diz/ que devo comer e beber/ mas como é que eu posso comer/ mas como é que eu posso beber/ de um irmão que está com fome/ de um irmão que está com sede/ de um irmão”.

*Arena Conta Zumbi* ficou três meses em cartaz e excursionou até pelo interior do estado. Logo depois o *Grupo Geração* juntou textos de protesto e liberdade de Toninho Neves e montou *Juventude de Raiva e Muito Amor*. Com a direção de Paulo Torre, um outro grupo chamado *Equipe* também montou duas peças no Teatro: *Entre Quatro Paredes*, de *Huis Clós*, e *O Colecionador*, de *John Fowles*. Em 1967 o prédio do antigo *Majestic* foi transformado no Colégio Brasileiro, do professor Rubens Vervloet Gomes<sup>135</sup>, e o Teatro de Arena virou auditório da escola.

---

<sup>135</sup> Ex-preso político, pai de Rubinho e tio de Toninho Neves.

## 4.4 Movimento estudantil

“Eu pedi que eles pensassem nisso antes de apertar o gatilho contra nós, porque iríamos sair em passeata. Quando terminei de falar, já avançamos na direção deles.” (RONALD. *Revista Capixaba Agora*, em fevereiro de 1998)

Não era domingo, mas a Catedral Metropolitana de Vitória estava lotada quando o padre Quintiliano de Souza Borges deu início à celebração. Ele estava substituindo o arcebispo Dom João Batista de Mota Albuquerque, que havia viajando naquela quarta feira. A missa começou às 17h30min e acabou uma hora depois, quando a noite já apagava o Sol e aparentemente decretava o fim daquele 3 de abril de 1968. Apesar disso, a movimentação dos estudantes parecia que não ia deixar o dia acabar junto com a benção final. Do lado de fora os postes começavam a acender, permitindo que se visse nitidamente o que já se podia ouvir. A sonoplastia de guerra dos carros e dos homens da polícia virava pavor quando entrava pelas portas da Catedral. A igreja estava cercada.

O objetivo era apenas fazer uma missa de sétimo dia pela morte do estudante Edson Luiz Lima Souto, morto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Mas a disposição da PM apontava que ninguém estava ali esperando escoltar apenas o luto. Eles tinham razão. A princípio a bandeira do dia era a negra, mas os jovens que ainda se escondiam dentro da Igreja

não iriam perder a chance de transformar a tristeza em passeata, ainda mais agora que tinham ao seu lado uma nova arma: a opinião pública.

A morte de Edson aconteceu no dia 28 de março e foi o primeiro incidente que sensibilizou a sociedade para a luta estudantil, milhares de pais e alunos se comoveram com a fatalidade sofrida por um jovem simples, vindo do interior, que podia ser filho ou colega de classe de qualquer um. Ele não era um líder e tampouco tinha os componentes místicos para virar um mártir que inspirou missas de sétimo dia<sup>136</sup> por todo o país, mas virou. Sua morte foi apontada pela direita como “o cadáver que faltava”, isso porque reacendeu o movimento estudantil dando início a uma série de manifestações que tiveram seu ápice na lendária Passeata dos 100 mil, que parou o Rio de Janeiro três meses depois.

Na sua última noite, Edson encarava a comida barata do restaurante do governo porque precisavam economizar para continuar estudando. Como era de praxe, depois do jantar a turma do Calabouço se preparava para mais uma passeata relâmpago sem maiores conseqüências contra a ditadura e a comida fria. O problema foi que a polícia pensou que eles iriam apedrejar a embaixada americana (ali perto) e chegou disposta ao confronto. O saldo foram alguns tiros e a morte de Edson, atingido no coração por um único disparo da arma de um aspirante a oficial da PM chamado Aloísio Raposo.

Edson foi morto no maior palco da resistência estudantil da sua época, os restaurantes universitários, o que aumentou ainda mais a identificação com os jovens. Os RUs eram o ponto preferencial para se reivindicar liberdade, organizar passeatas e, no caso de Vitória,

---

<sup>136</sup> No dia 4 de abril foi celebrada uma missa de sétimo dia na Igreja da Candelária, no centro do Rio. Na ocasião a igreja foi cercada e os estudantes espancados.

lutar pelo barateamento das refeições. “Uma das coisas que a gente propôs em 67 nos conselhos estaduais de União Nacional dos Estudantes (UNE), era que assim que começassem as aulas iríamos começar a fazer movimento nos restaurantes. Foi uma coisa articulada mesmo, uma coisa montada. Uma das questões era o preço do Restaurante Universitário da UFES. Eles queriam o preço de custo e nós um preço menor. Além disso, queríamos uma comida boa e que os estudantes de escola particular pudessem comer lá”, lembra Jussara Martins, na época líder estudantil e hoje professora da UFES.

A arma utilizada pelos estudantes para reduzir o preço das refeições foi uma “greve de fome” que, segundo alguns, isolou o Restaurante Universitário durante longos três meses. Nesse período o reitor Alaor Queiroz de Araújo<sup>137</sup> chegou a oferecer até comida de graça tentando vencer o cerco e a polícia reprimiu algumas das manifestações que desfilaram pelas ruas e foram manchete dos jornais da cidade. No dia 16 de março daquele ano o *Caderno Jovem* do Jornal *A Gazeta* trazia uma matéria intitulada *A Crise na UFES*, em que apoiava a greve, mas criticava a evasão escolar provocada pelo movimento.

A queda de braço pelo valor das refeições acabou chegando a um preço intermediário entre os desejados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e pela Reitoria, mas isso não foi o mais importante. O maior legado da “operação bandeja” foi ter solidificado o movimento estudantil de Vitória. Naquela época a UFES era composta por unidades de autonomia bastante acentuada, o que não permitia que os movimentos estudantis ultrapassassem os

---

<sup>137</sup> Alaor Queiroz de Araújo foi reitor da Ufes em dois mandatos (1965-1971). No primeiro deles assumiu o lugar de Fernando Rabelo, que por problemas de saúde teve que deixar o cargo. Fernando Rabelo foi um reitor imposto pelos militares, que afastaram da reitoria da universidade Manoel Chavier Paes Barreto. Paes Barreto foi obrigado a renunciar. “Num determinado dia ele foi chamado no 3º BC. O que tinha havido era o seguinte: a Ufes tinha comprado máquinas de escrever. Essas máquinas chegaram de noite e as caixas foram para o almoxarifado, que era embaixo do Colégio do Carmo, ao lado do Palácio. Então alguém ligou para o BC dizendo que estavam desembarcando metralhadoras e munição no almoxarifado com a presença do Padre Franz Vitor, diretor de cultura da Universidade e que era considerado “subversivo”. Paes Barreto disse que não sabia de nada mas o comandante Bandeira o forçou a assinar a renúncia ou seria preso”, afirma um ex-reitor da Ufes.

limites da Universidade em que surgiram. Isso mudou a partir da greve, que promoveu o intercâmbio e o entendimento das lideranças.

Foi nesse contexto que surgiu César Ronald Pereira Gomes, um estudante de medicina que aparentemente apareceu do nada para se tornar um dos maiores líderes do movimento estudantil capixaba. Em 1964 César era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Campos (RJ), no mesmo ano fugiu para Vitória para estudar e se esconder da repressão, mas não ficou quieto por muito tempo e logo começou a participar das atividades do diretório. Seu discurso inflamado foi peça fundamental na greve e também nas passeatas pela morte de Edson Luiz, e acabou lhe rendendo a vitória nas primeiras eleições diretas para presidente do DCE da UFES, realizadas maio de 68. Numa entrevista publicada na revista *Capixaba Agora*, em fevereiro de 1998, César se recorda desses primeiros protestos:

“Nas primeiras manifestações a polícia se fazia presente, mas a nossa disciplina não deixava pretexto para que os policiais agissem. As palavras de ordem não estavam incomodando ainda, porque elas eram praticamente contra o aumento do preço da comida no RU, e contra o pagamento de taxas. Posteriormente à morte de Edson Luiz, já na missa de sétimo dia, é que a polícia veio disposta a recolher. Foi na Catedral Metropolitana. Quando terminou a missa já havia uma tensão no ar. Lembro que procurei algumas pessoas que estavam ao meu lado para tomar uma decisão. Dois colegas consultados acharam que eu não devia recuar. Então, eu fiz um discurso que fez com que a repressão tomasse ódio mortal por mim”.

O discurso foi feito na porta da Catedral e era dirigido aos policiais ali presentes. Nele César dizia que o movimento dos estudantes interessava a civis e militares porque também lutava contra o acordo MEC-USAID. Os convênios realizados entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID) foram feitos a partir de 1964. Esse acordo tinha o objetivo de implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras através de uma grande reforma universitária. Os estudantes eram

contra, pois acreditavam que isso significava a privatização do ensino no Brasil<sup>138</sup>. “Eu disse que os filhos deles jamais poderiam ser chamados de doutores, que os filhos deles jamais entrariam nos tribunais como advogados, só como réus; jamais entrariam nos hospitais como médicos, só como doentes. Eu disse que estávamos lutando para que as faculdades se mantivessem abertas aos filhos dos ricos e aos dos pobres. Eu pedi que eles pensassem nisso antes de apertar o gatilho contra nós, porque iríamos sair em passeata. Quando terminei de falar, já avançamos na direção deles”.

A polícia não reagiu até a chegada do Segurança do Espírito Santo, José Dias Lopes (aquele do elevador). “Até a chegada de Dias Lopes eles permitiram que a passeata seguisse. E nós passamos por eles sem que eles nos agredissem. Com a chegada de Dias Lopes eles se sentiram obrigados a nos agredir”, conta César. Nessa hora os estudantes gritavam: ‘O povo unido, jamais será vencido’, quando os policiais partiram para a ação a palavra de ordem mudou para. ‘A polícia também é povo!’”, mas isso não atenuou os socos e pontapés distribuídos. Não houve tiros e a manifestação continuou.

Os estudantes seguiram exibindo uma faixa preta com o nome de Edson Luiz de Lima Souto escrito em grandes letras brancas, muitos amarraram fitas pretas no braço e outros caminhavam de braços dados. Em outros cartazes era possível ler frases como: “Do luto começa a luta”, “Edson poderia ser seu filho”, “Será que as autoridades não têm filhos?” e “Liberdade antes de tudo”. Cada um desfilava com seu ideal, e isso tem lá seu romantismo. Muitos lembram das manifestações até com doce nostalgia.

---

<sup>138</sup>A discordância com os acordos MEC/USAID se tornaria uma das principais reivindicações do movimento estudantil da época. Diante da oposição, o governo criou, em 1968, um Grupo de Trabalho para estudar a reforma e propor um outro modelo.



A verdade é que, quando a polícia deixava, os perigos daquela aventura ficavam de lado e o resultado era o que havia de melhor naquela geração: a capacidade de se anular como indivíduo e se transformar em massa para lutar por um objetivo comum. Segundo alguns relatos de participantes, a manifestação reuniu 10 mil pessoas, mas a primeira página do jornal *A Gazeta* do dia seguinte trazia um número mais modesto, “superior a três mil pessoas”. Toda essa gente caminhava entoando palavras de ordem como “O povo organizado, derruba a ditadura”. Enquanto os moradores dos prédios batiam palmas e jogavam papel picado, um fotógrafo tirava fotos de cima de um outro edifício.

Mas, além de sonhos e frases de efeito, as passeatas também precisavam de estratégia e até esquema de segurança para os líderes. Era preciso trabalhar para que tudo desse certo ou, no mínimo, o menos errado possível. Rubinho Gomes, na época estudante secundarista, se lembra das reuniões na União Estadual dos Estudantes (UEE), na Rua do Vintém, que entravam noite a dentro. Já Jussara conta que nem tudo saiu como planejado. “Fizemos panfletos nos mimeógrafos da Faculdade de Filosofia (FAFI) e assembléias gerais com os estudantes de várias faculdades. Todo mundo fechou no mesmo dia e nós combinamos o trajeto no Diretório Central dos Estudantes (DCE), que ficava no sétimo andar do Edifício Sarkis, esquina da Jerônimo Monteiro. Depois acho que nós não seguimos exatamente o percurso estabelecido porque a polícia estava por perto com o objetivo de prender as lideranças”.

Os estudantes seguiram pela Av. Pedro Palácios, desceram a ladeira Nestor Gomes e subiram pela contramão da Av. Florentino Ávidos. Da praça Roosevelt, em frente ao Palácio Anchieta, passaram pela Av. Getúlio Vargas, indo até a Praça Oito, onde foi feito um minuto de silêncio e cantado o hino nacional. Quando os estudantes iam deixar a Praça em direção ao

Restaurante Universitário, César Ronald teve que abandonar o barco. “Fomos liderados pelo César até a Praça Oito, aí veio a notícia de que a polícia estava toda ali com a missão de prendê-lo. Então, a recomendação foi que o César saísse e eu assumi o comando da passeata, indo até o restaurante, no final da Capixaba. Chegando lá fiz um discurso em cima da base de um poste e batizei o RU de Restaurante Universitário Edson Luiz, nós abrimos uma faixa dando o nome ao restaurante e colocamos lá. Houve várias prisões nessa passeata, mas dessa vez eu não fui preso”, recorda Antonio Caldas Brito<sup>139</sup>, outro líder estudantil da época.

As prisões não foram muitas, oficialmente apenas três. O interessante é que elas começaram no dia anterior. Segundo o jornal *A Gazeta*, dois jovens foram presos quando desembarcavam no Aeroporto de Goiabeiras. Eles estavam vindo do Rio e a polícia suspeitava que chegaram no estado com o objetivo de ajudar na organização da Missa e da Passeata. A movimentação daquela noite terminou com uma caminhada que saiu do RU em direção a Praça Oito, onde foram colados vários cartazes no relógio decretando o fim da noite, mas não dos protestos.

No Rio de Janeiro, os hospitais da cidade colhiam o saldo de manifestações desde o dia 1º de abril. Os confrontos deixaram feridas 65 pessoas: 35 estudantes e 30 policiais. Desse total, cinco estudantes foram feridos a bala e um deles morreu. Já em São Paulo, onde a polícia permitiu a manifestação, o povo foi às ruas sem nenhum problema. O jornalista Zuenir Ventura, em seu livro *1968, O ano que não terminou*, relata alguns dos acontecimentos fora do eixo Rio-São Paulo que agitaram o país logo após a morte de Edson Luiz:

---

<sup>139</sup> Formou-se em Economia em 1968, foi torturado na Operação Bandeirantes (Oban), em 1971. Depois, no governo Max Mauro, foi presidente do Bandes e hoje é secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Vila Velha.

“As agitações estudantis se alastravam por quase todo o país. Em Fortaleza o Serviço de Informações dos Estados Unidos, o USIS, era destruído por manifestantes; em Recife 2 mil universitários realizavam uma passeata proibida; em Belém estudantes eram retirados à força da universidade, fechada pelo reitor; em Natal, uma greve paralisava todas as faculdades; em Maceió, protestos; na Bahia, um estudante ferido por um policial revoltava a população; em Brasília a Universidade permanecia ocupada pelos estudantes; em Minas três estudantes eram baleados, um policial gravemente ferido por um paralelepípedo e um carro oficial incendiado; em São Luiz, os muros amanheciam pichados: “O Brasil é o novo Vietnam”; em Goiânia, um policial civil invadiu a Catedral Metropolitana, onde se reuniam estudantes, e feriu à bala dois deles: Telmo de Farias e Maria Lúcia Jaime”.

Zuenir deve ter se esquecido do “barulho” dos estudantes capixabas, que no dia 6 de abril (sábado) voltaram às ruas de Vitória para protestar. O motivo dessa vez não era só a morte de Edson Luiz, que três dias antes havia parado o centro da cidade. Dessa vez o estopim da movimentação foi a repressão policial sofrida pelos jovens nas cidades listadas acima, principalmente pelos colegas cariocas, que no dia anterior haviam sido massacrados por cerca de 1.200 soldados. A batalha campal durou 10 horas com direito a barricadas nas principais avenidas cariocas, 23 pessoas foram baleadas, quatro mortas e o DOPS do Rio aglomerava mais de mil presos no começo da noite daquela sexta-feira que ficou conhecida pela história como *Sexta-feira sangrenta*.

Vitória não teve uma *Sexta-feira sangrenta*, mas aquele sábado teve um pouco de vermelho. Assim como no Rio, a guarnição do Exército no Espírito Santo estava preparado para atuar contra os chamados subversivos. Entre as missões do 3º Batalhão de Caçadores<sup>140</sup> (atual 38º BI) listadas em um documento da época da Ditadura, está um tópico relacionado à segurança interna do estado que diz o seguinte: “Preparar diuturnamente seus homens para o emprego em operações contra GUERRILHA-URBANA e RURAL”. Uma matéria da *Revista Capixaba*, publicada em junho de 1968, intitulada *Um dia no quartel*, narra um dos treinamentos realizados no Batalhão como parte da rotina dos soldados da seguinte forma:

---

<sup>140</sup> Atual 38º BI (Batalhão de Infantaria).

“Controle de tumulto é uma instrução particularmente atual: uma parte dos soldados, sem camisa, começa a promover uma espécie de comício simulado, com faixas e cartazes. Enquanto os agitadores promovem esse tumulto, uma equipe de fuzileiros desce dos caminhões, cerca toda a rua e, baionetas caladas, se aproximam, a passos de ganso e soltando urros, enquanto os subversivos fogem por todos os lados”.

Em Vitória o exército não foi às ruas, mas os estudantes sim, e o que se viu na manifestação daquele sábado de manhã se assemelha à “instrutiva” simulação anticomunista do 3º BC. A diferença é que as baionetas dos soldados foram substituídas pelos cassetetes, socos e pontapés da Polícia Civil e da Polícia Federal; e a ordem de ataque que botou os estudantes para correr não foi dada pelo Comandante Coronel Armando Roseweigh, mas por José Dias Lopes.

Os estudantes não estavam preparados para o confronto com a PM, mas tinham de sobra a coragem necessária para cometer a irresponsabilidade. Alguns tiveram medo, mas esconderam gritando ainda mais alto. Outros haviam lido algum dos manuais da esquerda que orientavam a melhor conduta nas manifestações, era preciso se precaver, porque a polícia não brincava em serviço. As medidas preventivas do manual incluíam dicas de como se vestir, o que comer e como se comportar em caso de choque com a polícia. As sugestões para combater o gás lacrimogêneo chegavam a detalhes assim:

- a) ir em jejum, só bebendo líquidos ou leite em pequena quantidade;
- b) pastilhas de Redoxon efervescente na boca para anular o efeito do gás;
- c) lenço tapando o nariz;
- d) bicarbonato ou Leite de Magnésia em torno dos olhos;

*e)* atirar contra a bomba um vidrinho de amônia.

A concentração para a passeata começou em frente ao Restaurante Universitário, na extinta Praça do Trabalho. Dali os estudantes ganharam as ruas. A primeira delas foi a Av. Jerônimo Monteiro. Durante o trajeto muitos discursos eram feitos pelas lideranças que, tendo a arquitetura da rua como única via de comunicação, improvisavam o palco e o microfone, que dependiam unicamente da criatividade e do tamanho do pulmão de quem dizia. Geralmente não se ouvia quase nada, mas todos aplaudiam. Quem não escutava alguma coisa perguntava para o colega ao lado, e nem sempre conseguia descobrir o que estava apoiando, mas isso não fazia muita diferença. Para chegar mais facilmente aos ouvidos e olhos da multidão, os líderes trepavam nos postes (aqueles postes antigos que tinham uma espécie de base onde se podia botar o pé), em cima de carros, de bancas de jornais e nas costas dos próprios companheiros. A fala podia demorar ou não, dependia do orador e do humor da polícia. As mãos de quem discursava geralmente socavam o ar desenhando gestos invisíveis que se pudessem ser vistos revelariam uma pintura da veemência de tudo o que estava sendo gritado.

Ainda na Jerônimo Monteiro, as lideranças começaram a apressar o passo para chegar na frente da passeata e fazer mais uma das muitas falas relâmpagos daquele dia. Em meio à aglomeração em movimento alguns examinavam as condições de segurança do local enquanto César se concentrava para encher a boca das palavras certas mesmo antes de começar a dizê-las. O local escolhido para a fala improvisada (era sempre improvisada) foi a base de uma espécie de elevador de concreto. Rubinho Gomes lembra desse acontecimento como se tudo tivesse se passado ontem. “Nós percorremos toda a Jerônimo Monteiro, quando chegou na frente do Santa Cecília tinha um pirulito ali, que tinha base de concreto. César Ronald subiu

ali, fez um discurso inflamado, no grito, falando do Edson, contra a opressão e contra a ditadura. Nos íamos dispersar ali, mas quando ele desceu dois agentes pegaram ele”, recordou.

“Eu fui preso, mas quando a viatura dava a volta no Parque Moscoso, havia mais de 200 estudantes e eles cercaram o carro, Os policiais não reagiram. Os estudantes então abriram a porta e eu saí. Os policiais não atiraram (...). Eles se comportaram de forma que depois se tornaria incomum. Eles sabiam que estavam lidando com estudantes, com jovens”, relata César, que foi colocado às pressas num fusca pelos colegas para desaparecer.

A essa altura alguns dos cerca de 2 mil estudantes já haviam sido vencidos pelo pavor do que poderia acontecer, e deixado a manifestação. Os que sobraram, queimaram uma bandeira americana e abriram uma faixa escrita *Abaixo o imperialismo yanque* em frente ao Palácio Anchieta. Daí em diante a passeata se dispersou, agora era cada um por si e José Dias Lopes procurando todos. César Ronald não foi encontrado, mas outros sim. “Eu escrevi no *Jornaleco da Tribuna* uma matéria intitulada *Carta para a mãe de menino morto*. Muita gente levou esse jornal para a passeata. Quando a passeata estava terminando eles me pararam e perguntaram: Foi você que escreveu isso daqui? Eu disse sim e fui preso”, lembra Milson Henriques.

No outro dia, a manifestação era o principal assunto de *A Gazeta*, que trazia como manchete: *Estudantes Capixabas Voltam ao Protesto*. A maior foto da capa do jornal era de César Ronald discursando em meio aos estudantes e policiais. Porém, no canto da primeira página uma pequena nota revelava que a Ditadura não estava reprimindo só as ruas. As

poucas linhas e o pequeno título - *Portaria Permite Apreender Jornais* – revelava uma outra frente de combate que acabou com a chamada *Frente Ampla*<sup>141</sup>

A nota comunicava que o Ministério da Justiça proibia qualquer atividade ou publicação da *Frente Ampla* no território nacional e determinava prisão para quem fizesse o contrário. A atitude do governo de Costa e Silva contra o movimento liderado por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart revoltou os meios políticos e mostrou que ali se iniciava uma nova fase de endurecimento. A verdade é que essa decisão serviu para acalmar os ânimos dos generais de linha dura que, devido à agitação estudantil, queriam antecipar a edição do AI-5 para aquela semana.

## 4.5 Imprensa

*“Havia violenta censura, por isso levei aquela porcariada toda pra casa.”* (MONJARDIM, Cacau. 17/08/2005)

Cabelo para traz, gravata a postos e lá ia Cacau Monjardim vestido de José Carlos Monjardim Cavalcanti para mais um fim de semana de trabalho. Festas, festas e festas faziam parte do expediente. Dureza. Fazer o que se sua coluna social *Coquetel da Cidade* lhe rendia muitos convites interesseiros em troca de um lugarzinho no jornal. O evento da vez era no

---

<sup>141</sup> Mesmo com a proibição, dia 25 de setembro de 1968 os três mais importantes líderes do país selavam o *Pacto de Montevideú*, em que procuravam deixar de lado suas divergências e revanchismos para reconduzir o Brasil ao caminho democrático. O então deputado federal do Espírito Santo, Mário Gurgel, teve seu mandato cassado no ano seguinte por ler uma carta da *Frente Ampla* no Congresso Nacional.

Clube Vitória, lugar bacana para o diretor comercial de *O Diário*<sup>142</sup> mostrar seu lado Hélio Dórea<sup>143</sup>.

Era uma sexta à noite quando entrou em seu *vemaguete vermelho* e saiu para a noite, mas já era outro dia quando retornou da festa. Nessa época, Cacau morava bem em frente à sede do Diário, porém não parou na garagem do *Edifício Katuya*. Desceu do carro, agora sem se preocupar se amassava o paletó, para dar uma corujada na sede do jornal atraído pelo cheiro de tinta fresca, que se espalhava pelas proximidades do número 450 da Rua Sete de Setembro e anunciava o nascimento da edição daquele sábado: 30 de julho de 1968.

Subiu as estreitas escadas que davam acesso à redação e não seria nenhuma novidade se encontrasse logo ao entrar alguém trabalhando de cueca para fugir do calor, naquele tempo o jornal era feito a quente. As matérias produzidas pelos repórteres eram copiadas nos linotipos, linhas de chumbo derretido que eram amarradas com barbante fazendo os blocos de texto. Depois os linotipos eram dispostos na rama, uma placa de ferro que acabava de emoldurar tudo. O próximo passo era colocar o jornal na rotoplana e finalmente começar a imprimir. Foi justamente nessa parte do processo que Cacau encontrou Dequinha no salão de impressão.

O local não era limpo ou sujo, era encardido. Poucos eram os espaços onde se podia achar a cor original da parede, tudo estava manchado de velho ou das marcas de tinta que

---

<sup>142</sup> Fundado a 7 de julho de 1955, O Diário formou uma geração de jornalistas e reuniu em seus 25 anos de história um punhado de casos pitorescos e promissórias atrasadas. Inicialmente o número 450 da Rua Sete de Setembro era ligado a uma ala do Partido Social Democrata (PSD), seis meses mais tarde mudou de mãos e passou a defender o maior adversário dos pessedistas: Francisco Lacerda de Aguiar, o Dr. Chiquinho. No final da década de 60 Edgard dos Anjos e Fernando Jakes assumiram o comando do jornal, que ainda passou por diversas mãos antes de no começo dos anos 80 publicar sua última manchete.

<sup>143</sup> O mais famoso colunista capixaba, manteve sua coluna social na Gazeta por 39 anos, de 1963 a 2002.



borravam digitais pelos quatro cantos. Os clichês<sup>144</sup> se espalhavam pelas mesas e, logo em cima, podia-se ver uma frase: *O trabalho afasta de nós três grandes males: o tédio, o vício e a necessidade*. Em meio a isso tudo Dequinha, uma figura ímpar que se confundia com a mobília, e que não esboçava cara de sono ou desânimo naquelas 4 horas da manhã.

Dequinha era um dos paginadores que fazia de tudo, se ele não fosse trabalhar o jornal não sai redondo. Além disso, ele tinha dotes culinários bastante peculiares. Sua especialidade era gato. Para conseguir a iguaria o pessoal da redação atraia os bichanos da vizinhança com pedaços de carne e acertava a cabeça deles com o breque da impressora, um cano de ferro bem grosso. A carne (exótica) era feita no calor do chumbo derretido. O negócio de gato só terminou quando numa madrugada comeram o lindo angorá da vizinha da frente do jornal e, como sempre faziam com todos os gatos, penduraram a cabeça no poste em frente. O resultado foi à polícia na porta do *Diário* e o fim da gatada do Dequinha. Além do pessoal da redação, quem saiu perdendo foi a Escola de Samba *Unidos da Piedade*, que não tinha mais seu maior fornecedor de couro de tamborins. Mas isso é uma outra história.

De volta às 4 da manhã. Cacau conferia a edição que dali a poucas horas estaria nas bancas. Olha, olha, vira a página tomando cuidado para não sujar o terno em algum clichê perdido por ali. Logo depois do golpe de 64 a ordem na redação era de “se equilibrar em cima do muro”. Ou seja, não agredir nem os militares nem Jango, amigo de Lacerda de Aguiar (Chiquinho), ex-dono do jornal e ex-governador. Foi assim que O Diário começou a recheiar suas páginas com violência, morte e outras coisas tristes. As manchetes passaram a ser de polícia: “Cadáver aparece boiando na praia”. Naquela época um cadáver chocava. Outras mudanças aconteceram com a escolinha de jornalismo, que trouxe para a redação jovens

---

<sup>144</sup> Matriz de fotografia feita sobre chapa de zinco que servia como base de impressão da imagem no papel jornal.

colaboradores, inovações gráficas e, para o desespero de Cacau, também uma surpresa que mudaria toda aquela madrugada.

- Dequinha o que é isso aí, é o Caderno da Semana?
- É sim seu Cacau.
- Dequinha pelo amor de Deus, faz o seguinte, me dá esses jornais todinhos.
- Mas o jornal de domingo vai sair sem o Caderno?
- Raspa tudo, tira tudo que ta aí que nos fazemos uma nota no jornal dizendo que o Caderno não vai sair por problemas na nossa impressora.

Pegou todos os Cadernos que já estavam prontos, pediu a ajuda de Dequinha, e colocou tudo no seu carro, o porta malas ficou cheio com os 3 mil e seiscentos exemplares. Depois voltou para casa, parou o carro na garagem e finalmente foi dormir quando o dia já estava claro e a edição de sábado chegava às ruas com uma nota adiantando que o jornal de domingo circularia sem o Caderno da Semana. Na verdade, Cacau já estava preocupado com esse suplemento desde o começo da semana, mas só naquela madrugada, quando o mesmo estava sendo impresso para adiantar o trabalho da edição de domingo, foi que viu tudo pronto.

Passou o sábado, domingo e na manhã de segunda-feira<sup>145</sup> Cacau recebe um telefonema, do outro lado da linha o comandante do 3º BC<sup>146</sup>, coronel Armando Rosenzweig Menezes. O assunto era um tal suplemento de domingo.

- Cacau, eu precisava que você me cedesse um desses exemplares que circularam no

*Diário* no domingo, ontem.

---

<sup>145</sup> Nessa época as redações não abriam no domingo.

<sup>146</sup> Atual 3º BI.

- Comandante, *O Diário* ontem não circulou com suplemento nenhum.
- Mas eu tenho certeza, minhas fontes me relataram que era um Caderno subversivo.
- O Sr me desculpe, mas não foi publicado nenhum suplemento.
- Mas eu tenho certeza!
- Olha comandante, o que houve foi uma tentativa de fazer um Caderno, mas nós vetamos. Não chegou nem a ser impresso, portanto não houve sequer crime.

Ficou por isso mesmo.

Depois do almoço, quando chegou na sala da diretoria do jornal, encontrou dois papéis sobre a sua mesa. O primeiro era um bilhete de José Carlos Correa, secretário de redação, dizendo o seguinte:

Cacau,

Rubinho e Paulo Torre resolveram deixar o jornal por causa da censura que foi feita ao Caderno da Semana de domingo. E não ficaram só nisso, tendo reunido alguns repórteres na redação, e no meio da grande balbúrdia – de portas fechadas – tentaram atrair os demais para o mesmo caminho. Até agora apenas a Maura<sup>147</sup> veio me dizer que não mais trabalhará.

Tive até algumas discussões com eles e tenho minha opinião formada de que se eles não saírem é melhor botá-los para fora, pois eles não foram corretos com nenhum de nós.

---

<sup>147</sup> Maura Fraga era repórter.

Eu e Alaerte<sup>148</sup> já estamos resolvendo o problema dos repórteres e não haverá perigo de queda de produção.

Depois explico melhor.

Ass: José Carlos (01/07/1968)

O papel ao lado do bilhete era a carta de demissão assinada pelos editores do Caderno da Semana, Rubinho Gomes e Paulo Eduardo Torre, e também pelos repórteres Maura Fraga, José Cola e mais algumas assinaturas indecifráveis. “Toda semana nós fazíamos um caderno com temáticas diferentes e tínhamos liberdade para isso. Quando soubemos que o Caderno havia sido censurado resolvi pedir demissão! Foi puro cagaço do Cacau, ele ficou com medo!”, afirma Rubinho, que com 16 anos era um dos autores da carta feita no próprio *Diário* e transcrita abaixo:

*A Direção*

*Vimos por intermédio desta solicitar a demissão de nossos cargos no jornal, por nos sentirmos desprestigiados com a proibição do “Caderno da Semana” circular junto com a edição de domingo último. Achamos que foi uma medida injusta da direção pelos seguintes motivos:*

*1 – O sr. Edgard dos Anjos ao entregar o “Caderno da Semana” ao sr. Rubens Manoel Gomes, declarou que haveria total liberdade de expressão.*

---

<sup>148</sup> Antonio Alaerte era repórter.

2 – Ao sabermos que o sr. Monjardin Cavalcante achava que o suplemento estava com tendências esquerdistas e que impediria a próxima edição se continuássemos mantendo a mesma linha, procuramos o Sr. Edgard dos Anjos, que disse que “quem mandava no suplemento era ele”, e que dava total liberdade de expressar as suas idéias ao editor e sua equipe.

3 – Fizemos então, após essa declaração do editor geral, um caderno sobre juventude, baseado na opinião média dos jovens, uma visão realista dos problemas e aspirações da juventude, abordando Universidade, Arte, liderança política e assuntos culturais já abordados várias vezes em outras oportunidades.

Após uma semana de trabalho com dois repórteres entrevistando os estudantes sobre o acordo MEC/USAID e dois repórteres escrevendo cerca de doze laudas e consultando mais de dez revistas para a impressão de originais para clichê, na sexta-feira, 29/6/1968, editamos o suplemento até as duas hora da manhã (desde as 7 da noite) sob a vista e aprovação do Sr, digníssimo Fernando Jaques Tauber, gerente deste jornal e do digníssimo Edgard dos Anjos, editor de suplementos dominicais.

Impressos 3.600 exemplares e separados para circulação junto com a edição de domingo, eis que o jornal do dia seguinte, sábado, pedia desculpa com a notícia de que o suplemento havia sido descartado do Caderno Imobiliário e levado para a sala da Direção. Foi adiantado que ele não circularia porque era subversivo.

*Além disso todas as pessoas consultadas declararam que o Caderno estava magnífico e que nunca se fez nada melhor no gênero que, até em matéria de paginação merecia elogios, como afirmou o Sr. Monjardim Cavalcanti.*

*Tentamos ponderar, declarando que até politicamente o Caderno não tinha nada demais, mas, não fomos ouvidos, replicando-se que o Caderno comprometia o dono do jornal e os clientes de publicidade não iriam gostar do conteúdo.*

*Concordamos com o Sr. Monjardim Cavalcanti, sabido que o jornal vive disso. Achamos certa e justa a atitude do Diretor responsável e colocamos a decisão nas mãos dele.*

*Só não concordamos e achamos injusto, é como nos autorizaram a fazer, editar, compor e imprimir um Caderno e depois dizerem que ele não pode circular. Então dissolvemos a equipe, dizendo que nos não poderíamos continuar fazendo o Caderno e não estávamos dispostos a perder nosso precioso tempo.*

*O que houve e o que há em nosso querido jornal é que todo mundo manda, mas ninguém se entende. Por isso, senhores Diretores, pedimos a nossa demissão.*

*Queremos dizer que não temos nada contra o Sr. J. C. Monjardim, figura amiga, pessoa muito ponderada e que sempre nos incentivou e estimulou na nossa carreira jornalística. O Sr. Edgard dos Anjos, outro amigo que nunca deixou de ser figura alegre, jovial e liberal também muito nos incentivou. Lamentamos apenas que nada fizesse quanto a proibição do Caderno, apesar de*

*ter declarado o contrário antes. Fernando Jakes Taubner, brincalhão e muito amigo, só dizia que não era “comunista porque só queria americanos”.*

*E com pesar que nos retiramos do jornal onde iniciamos nossa carreira jornalística, onde encontramos um espírito liberal e jovem e onde conhecemos gente amiga e que só nos deu estímulos.*

*Pena que não nos compreendessem como merecíamos e esperávamos.*

*Vitória, 1º de julho de 1968<sup>149</sup>.*

A carta foi entregue a Edgard dos Anjos e chegou a mesa de Cacau, que defende o sumiço do Caderno até hoje. “Havia violenta censura, por isso levei aquela porcaria toda pra casa. Botei tudo no carro, deixei na garagem e tudo bem. Se eles fossem convocados e presos, nós não sabemos se hoje eles estariam vivos, tamanha a gravidade do Caderno”.

Mas o que afinal havia nesse tal Caderno para provocar tantos calafrios? Quais eram as matérias, o enfoque? Qual foi a manchete e a foto de capa?

Cacau, que deixou a direção do jornal logo depois do AI-5<sup>150</sup>, defende a versão de que o Caderno trazia Mao Tse-tung na capa com uma bíblia na mão. Segundo ele, as matérias traziam “só cara da última esquerda, e aí era aquela esculhambação geral com tudo o que se fazia aqui”.

---

<sup>149</sup> As duas cartas foram cedidas por José Carlos Monjardim.

<sup>150</sup> Após o AI-5, a direção do jornal foi chamada no 3º BC. A partir daqui, os oficiais liam o jornal antes desse chegar as ruas. No Diário os militares responsáveis pela censura eram os oficiais Mazieiro, Luiz Edmundo e Romão.

Rubinho Gomes diz outra coisa. “Editamos o Caderno da Semana só com reportagens sobre a revolta da juventude. O título era *Juventude Hoje*, e a primeira página tinha uma matéria sobre o *Daniel Cohn-Bendit*, líder da Revolução de Maio de 68 na França. O título dessa matéria era *Cohn-Bendit quer mudar tudo* com uma foto do movimento na França. Tinha também uma reportagem sobre a Tropicália, que estava no auge naquela época”.

Mao Tse-tung ou Daniel Cohn-Bendit? É impossível saber, já que todos os exemplares do Caderno da Semana do dia 30 de julho de 1968 acabaram como parte de fundo do papel de parede da residência de Cacau, a casa de nº 829 da *Rua Saturnino de Brito*, que já foi demolida.

## **4.6 Festivais de música**

“Todo Mundo está falando que é preciso fazer um festival de música em Vitória, mas ninguém toma uma providência. Se dentro de duas semanas ninguém se mexer eu vou tomar a frente do negócio.” (HENRIQUES, Milson. 24/08/2005)

A arquibancada não estava lotada, mas fazia com sobra aquela zuada de gente falando ao mesmo tempo. Alguns torcedores apressados teimavam em balançar suas faixas, como se a



exibição prévia de sua canção favorita pudesse ser escutada pelos nove componentes do júri, que ainda se ajeitavam em seus lugares, testavam as canetas e espiavam o resto da mesa julgadora. O fundador do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, Ricardo Cravo Albin<sup>151</sup>, procurou logo um cinzeiro para apoiar os cigarros que o acompanharam durante toda a apresentação. Ele iria seguir esse mesmo ritual quatro semanas depois, quando foi jurado no III Festival Internacional da Canção (FIC)<sup>152</sup>, com uma diferença: lá a fumaça de seu *Carlton* nunca incomodaria um garoto de 17 anos que era jurado logo ali, na cadeira do lado. O jovem era Rubinho Gomes, que escondia a idade num sóbrio blazer bege e na maturidade precoce das suas críticas musicais do extinto jornal *O Diário*.

A diversidade do júri também chegava ao público do Ginásio Wilson Freitas. Na platéia e nas mesas jovens, mães corujas, comunistas, gente mascando chiclete, autoridades, casais de namorados, barbudos, bichas, moças de laço no cabelo, colunáveis, PMs e muitos cartazes disputavam o espaço e a melhor visão do palco. Era 1º de setembro de 1968, o ano favorito de Zuenir Ventura<sup>153</sup>. Por volta das 20hs daquele domingo sem calor, Olívio Cabral<sup>154</sup> entrou no palco dentro de seu *smoking* para avisar que a noite iria efetivamente começar:

*Senhoras e Senhores. Boa noite.*

---

<sup>151</sup> Ricardo Cravo Albin é um dos maiores pesquisadores de MPB do país. Fundou e dirigiu o Museu da Imagem e do Som (MIS) entre 1965 e 1971. O seu maior projeto é o *Instituto Cultural Cravo Albin*, que possui 33 mil itens – entre discos, documentos, fotos e objetos – para a pesquisa do público. Ele também é o autor do *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*, que reúne toda a enciclopédia de MPB centrada em sete mil verbetes. O dicionário pode ser acessado no endereço: [www.dicionariompb.com.br](http://www.dicionariompb.com.br).

<sup>152</sup> O FIC foi realizado em sete edições, de 1966 a 1972, no Maracanãzinho (RJ). O I FIC foi transmitido pela TV Rio e os demais pela TV Globo. O evento era dividido em duas fases, nacional e internacional. A canção classificada em 1º lugar na fase nacional representava o Brasil na fase internacional do festival, disputando com representantes de outros países. Apenas duas canções brasileiras venceram a fase internacional: "Sabiá" (Tom Jobim e Chico Buarque), em 1968 no III FIC, e "Cantiga por Luciana" (Edmundo Souto e Paulinho Tapajós), em 1969, no IV FIC.

<sup>153</sup> VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

<sup>154</sup> Margarida Lofêgo, Sandra Gasparini e Darcy Castelo de Mendonça colaboraram na apresentação do Festival.

*A partir deste momento o jornalista Milson Henriques e o Serviço de Turismo da Prefeitura Municipal de Vitória, declaram o início da finalíssima do 1º Festival Capixaba de Música Popular Brasileira.*<sup>155</sup>

A primeira execução musical da noite não foi a de nenhuma das 13 canções concorrentes. O tema prefixo do festival abriu a apresentação sendo tocado pelo grupo *Sambrasa*, um jovem sexteto responsável por todos os arranjos das finalistas e os únicos a aceitarem fazer isso tudo por apenas 300 mil cruzeiros. Foi uma pechincha, já que eles tocavam até instrumentos metidos, como saxofone e trompete.

A idéia do festival nasceu de uma mistura de notas publicadas em vários jornais da época. Vários são os pais da criança, mas a mãe é uma só: Milson Henriques. No começo de 1968, Hélio Santos anunciou na sua coluna semanal a realização do primeiro Festival de Música de Vitória no Clube de Regatas Saldanha da Gama, mas acabou se descobrindo que não era bem um Festival como manda o figurino. O que se queria era escolher o melhor grupo de iê-iê-iê. Mas, por uma razão qualquer, a coisa não saiu do papel.

Logo depois Carmélia M. de Souza sugeriu em sua coluna *Passarela* que “Já é tempo de Vitória ter um Festival de Música”. Rubinho Gomes dizia nas páginas do jornal *O Diário*: “É preciso que se faça!”. Antonio Carlos Medeiros, Heraldo Brasil e mais alguns jornalistas também se somaram ao coro. Foi quando Milson escreveu no *Jornaleco*<sup>156</sup> do dia primeiro de maio o seguinte ultimato: “Todo Mundo está falando que é preciso fazer um festival de música em Vitória, mas ninguém toma uma providência. Se dentro de duas semanas ninguém

---

<sup>155</sup> Roteiro original do I FCMPB, arquivo Milson Henriques.

<sup>156</sup> Caderno de variedades publicado aos domingos no jornal *A Tribuna*.

se mexer eu vou tomar a frente do negócio. Estou avisando pra depois não dizerem que roubei a idéia de ninguém. E quando eu prometo cumpro. Vai sair fumaça!”.

E saiu mesmo! Milson publicava uma nota avisando que ia fazer o Festival duas semanas depois. O passo seguinte foi escrever o regulamento e começar a percorrer casas comerciais em busca de apoio financeiro. “Teve até um alto comerciante que me ofereceu a quantia de 30 cruzeiros para o primeiro lugar, o pior é que eu estava tão sem grana que aceitei”, conta anos depois. Não foi nada fácil conseguir bons prêmios (o primeiro colocado recebeu mil cruzeiros novos) e ainda pagar os custos da noite, mas a dificuldade de captação de recursos era compensada pelo alto número de canções inscritas, 172 ao todo.

Eram tantas músicas inscritas que foi até difícil selecionar as 30 que foram apresentadas nas duas eliminatórias na TV Vitória. O problema era mesmo o dinheiro para fazer a idéia acontecer. As inscrições já tinham se encerrado, o prazo estava se apertando, e ainda faltava um bocado para que as contas saíssem do vermelho e fosse possível pagar os prêmios, o som, o aluguel do Ginásio, os cartazes de divulgação, os músicos, a confecção dos troféus, o transporte e estadia dos jurados do Rio...

Sem se deixar convencer pelos números, Milson deu uma entrevista no programa de Ana Maria Pimentel, da TV Vitória, onde foi anunciado que as semifinais do Festival seriam feitas ali. Tudo bem se não fosse um detalhe, ainda não havia patrocínio para isso. O resultado foi imediato, Milson saiu do estúdio direto para a sala do diretor da emissora, Sérgio Kathar, que o chamou para falar justamente do que ele não tinha: dinheiro.

- Milson, você já arrumou patrocinador?

- Não, mas...

- Então não será possível fazer as eliminatórias aqui!

- Veja bem seu Sérgio, o Festival já é um sucesso! É do interesse da própria emissora que elas sejam feitas aqui, eu garanto que a audiência vai ser total!

Não adiantou argumentar. Mesmo com Ana Maria Pimentel querendo ceder espaço no seu programa, as portas da TV estavam fechadas. No outro dia pela manhã, Milson ligou para os membros do júri contando a novela em tom borocochô. Durante todo aquele dia o Festival ficou sem futuro, até que um telefonema virou a maré no final da tarde. Do outro lado da linha Marien Calixte, na época Diretor do Serviço de Turismo da Prefeitura Municipal de Vitória.

- Alô.

- Milson, é Marien. Tenho uma novidade e uma proposta para te fazer.

- Oi Marien, fala.

- Olha, fica tranqüilo que o Oleari<sup>157</sup> já conseguiu patrocínio para a TV. Além disso, eu estava pensando se não podíamos fazer um contrato passando o Festival para o programa oficial dos festejos do aniversário da cidade? Você continuaria cuidando da promoção e o Turismo daria total cobertura financeira, o que você acha da idéia?

Não precisa nem dizer qual foi a resposta.

Depois disso, o time de realizadores ainda ganhou um terceiro mosqueteiro, Antonio Alaerte<sup>158</sup>, uma peça de mil e uma utilidades. “Ele era trabalhador, pra frente, inteligente e bastante cara de pau, uma maravilha. Era o cara que resolvia tudo a qualquer hora, imprevisto

---

<sup>157</sup> Na época o jornalista Oswaldo Oleari era sócio da *Eldorado Publicidade* e conseguiu o patrocínio de um dos clientes da agência, a *firma Orlando Guimarães*.

<sup>158</sup> Assessor de Mariem no Departamento de Turismo de Vitória.

era com ele mesmo”, lembra Milson, que também não esquece da emoção que sentiu quando viu que aquela noite estava acontecendo de verdade. “Eu tava meio doidão naquela noite. Na hora em que eu sentei fiquei pensando: porra! Faz pouco tempo que eu estou nesse lugar e botei o governador, o prefeito, Hélio Dórea, que era o grande colunista social, e o ginásio está cheio. Meu Deus! eu morando numa pensão fudida pra caralho fiz isso!”

Milson estava em Vitória há apenas três anos. Quando chegou ao Espírito Santo no dia 29 de julho de 1965, o seu único objetivo era ser um cantor-garçom na Argentina, ou seja, estava apenas de passagem. Mas aí foi ficando, ficando, fez uma peça ali, um desenho acolá e agora assistia a cidade inteira comprar as mesas (Cr\$ 30,00 cruzeiros) e as cadeiras (Cr\$ 2,00) de um sonho construído por um forasteiro recém chegado de Campos. Depois disso só havia uma saída: tomar vergonha na cara e virar capixaba!

Na comissão julgadora, além do cigarro de Ricardo Cravo Albin e da juventude de Rubinho Gomes, estavam mais sete convidados. A mesa era composta pelo guitarrista Geraldo Viana; o jornalista e nome de prato servido no Britz<sup>159</sup>, Oswaldo Oleari; a pianista e professora de música Odila Pimentel; o vencedor do prêmio de melhor arranjador no II Festival Internacional da Canção, maestro Lindolfo Gaya; o jornalista e Diretor do Serviço de Turismo da Prefeitura Municipal de Vitória, Marien Calixte; o pianista de Cauby Peixoto, Hebe Camargo e companhia, Gilberto Garcia; e a cantora e presidente do júri, Stelinha Egg. Jurados a postos, era hora de chamar a primeira canção para o desfile. A música que

---

<sup>159</sup> Aberto no início dos anos sessenta, o Britz Bar funcionou durante 23 anos na esquina da Rua Rosa com a Praça do Trabalho, bem no Centro de Vitória. Reduto de poetas, comunistas, músicos, artistas, estudantes, jornalistas e profetas do apocalipse, o local mantinha suas portas abertas 24 horas por dia. Mas que portas? O bar não tinha portas e se tornou a embaixada da boemia inteligente da cidade. Em volta dos copos do Britz se discutia política, política e política. Além disso, o lançamento de livros, a exibição de filmes, shows, concurso de tangos, e os clientes davam à cerveja quente e à pizza gelada da casa um sabor invertido. O bar ainda tinha um jornal mural de matérias censuradas pela ditadura e os pratos do cardápio tinham nomes de jornalistas da época, como Oswaldo Oleari, que batizou o lombinho servido no bar.

inaugurou a noite foi a 33º inscrita, a 115º a ser examinada e escolhida para as semifinais:

*Meio Mastro*, de Chico Lessa e Marco Antonio Tirone.

A interpretação ficou a cargo de Aprygio Lyrio que, nessa época ainda era conhecido como Aprígio Gomes. Com 18 anos, o cantor mais jovem da noite iria interpretar duas canções: *Meio Mastro* e *Choro de Saudade*<sup>160</sup>. Sua figura começou a aparecer em 1967, no show *Depois do Carnaval*, dirigido por Carmélia M. de Souza. Nesse ano, Aprígio havia conseguido levar uma de suas composições até as semifinais, mas morreu na praia. O mesmo não aconteceria nos anos seguintes, quando revolucionou o II Festival com a performance dos *Mamíferos*<sup>161</sup> na música *Cosmorama Total*, de Chico Lessa e Ronaldo Alves, e venceu o III defendendo uma canção sua em parceria com Mario Ruy e Sérgio Reis, *Agite Antes de Usar*. Naquele domingo de 68 ninguém, absolutamente ninguém, podia prever que aquele jovem cantor que ia entrar no palco iria ter problemas com bebida e morrer aos 33 anos, após cair do 8º andar do apartamento de sua mãe<sup>162</sup>.

Aprígio entrou no palco vestido de moço comportado logo naquele tempo em que o mau comportamento procurava impor-se como valor revolucionário. Blusa branca de gola alta, smoking preto e cabelos penteados, tudo em seu devido lugar. Ao seu lado, Chico

---

<sup>160</sup> Um chorinho de Chico Lessa, José Antônio Castello e Sérgio Ricardo Egito.

<sup>161</sup> Banda formada por Afonso Abreu, Aprígio Gomes, Marcos Grijó e Mario Ruy.

<sup>162</sup> ATESTADO DE ÓBITO: *Certifico que do livro C-0021 às folhas 0161 - sob o número 025358 de registro de óbito consta o de: APRIGIO LYRIO GOMES, falecido aos dez (10) dias do mês de outubro de 1983, às 16h20, na Rua Graciano Neves - Edifício Joana D'Arc, apt. 401, Vitória - ES, do sexo masculino, de profissão jornalista, natural de Vitória-ES, com 33 anos de idade, de estado civil solteiro, sendo filho de Aprígio Vieira Gomes e Dalva Lyrio Gomes. O atestado de óbito foi apresentado ao Cartório no dia 11 de outubro de 1983 por Arnaldo Neres, estava assinado pelo médico Dr. Roberto Casoti Lora e deu como causa morte: anemia aguda, rotura de vísceras. O sepultamento foi feito no dia 11 de outubro de 1983, às 10h30, no cemitério de Santo Antonio, Vitória - ES. (Cartório Sarlo).*

Lessa chegava com o violão na mão para defender sua canção. Era preciso impressionar. Aprígio já estava pronto enquanto Chico Lessa botava a perna direita em cima de um banco para acomodar melhor seu instrumento, em alguns momentos seus cabelos finos escondiam parte de seu rosto. Três toques da baqueta da bateria de Marco Antonio Grijó marcaram o último silêncio antes do mi-menor que inaugurava a introdução. Começou. O arranjo já enchia os ouvidos antes mesmo de Aprígio começar a cantar com os três dedos da mão direita agarrados ao tripé do microfone.

A canção era daquelas que dava vontade de cantar com o braço levantado, principalmente na segunda parte. A melodia começa devagar, num tom baixo que cresce junto com a tristeza da letra. A canção conta, com alegria, a triste história de um carnaval pintado inteiro de quarta-feira de cinzas.

Hoje lá no morro

A escola desceu sem você

Não há mais no repique do samba

A cadência inspirada ao lhe ver

Eu sei é carnaval

Mas lá em cima a tristeza não vê

Que a gente morre um ano esperando nascer

Três dias de alegria

Só não chegaram por causa de você

Na avenida a bandeira

Meio mastro desceu

Samba hoje a saudade

No lugar que foi seu

Se quem canta soubesse

O que foi lhe perder

Ficaria em silêncio a chorar por você.

Pelo regulamento após a apresentação das finalistas o júri escolheria seis canções que voltariam ao palco para uma última apresentação antes da decisão final. Mas o *show* estava apenas começando. O leque das composições apresentadas incluiu uma participação especial da Batucada de Santa Lúcia no samba de Berredo de Menezes, *Alegria de Esquecer*. E Chico Lessa, junto com Sergio Egito, impressionou com a romântica *Saudade*, e com o baião *Uma Vida, Uma Canção* que tinha o apelido de *Passarinho* e falava de liberdade.

O passarinho vem,

Cantando pelo campo,

Liberdade sempre foi seu canto.

Mas teve quem zombou da ilusão

De fazer da vida uma canção

Gavião veio de longe

Passarinho então voou,

Mas não tinha mais pra onde

A má sorte o pegou



Viu que não pode lutar  
Pois não tem ninguém pra lhe ajudar

Quase morto o passarinho  
Começou a imaginar  
Que hoje um perde,  
O outro ganha,  
Amanhã pode mudar  
Seu irmão tem que aprender  
Que sozinho nunca vai vencer.  
O que a fé não diz  
O tempo vai mostrar  
O passarinho vai poder voar  
Passarinho vai poder cantar.

Assim como nessa canção de Lessa, a temática dos pássaros também havia inspirado uma música tocada meses antes em outro festival. *Sabiá*<sup>163</sup>, primeira parceria de Tom Jobim e Chico Buarque, venceu o III FIC, realizado Rio de Janeiro, no dia 29 de setembro de 1968. Embora as músicas de Tom e Chico e a de Lessa partilhem de semelhanças, se utilizam dos pássaros de forma diferente. Enquanto *Uma Vida, Uma Canção* foi a única letra com algum cunho político tocada no Ginásio Wilson Freitas no I FCMPB, *Sabiá* não era nem de longe música de protesto<sup>164</sup>, por isso sua vitória foi vaiada<sup>165</sup> por 23 minutos pelas 20 mil pessoas

---

<sup>163</sup> Interpretada por Cynara e Cybele.

<sup>164</sup> O grande marco música de protesto foi o show Opinião, que estreou no Rio, em dezembro de 1964, com Nara Leão, João do Vale e Zé Kéti. Um show que unia no mesmo palco uma moça burguesa, da zona sul carioca, um migrante nordestino – o maranhense João do Vale – e um negro do morro do Rio – o sambista Zé Kéti.

<sup>165</sup> Naquele mesmo ano de 1968 Chico Buarque provocara um dos maiores escândalos nacionais com a sua peça "Roda Viva", no Teatro Princesa Isabel, em Copacabana. Por isso era impensável que, no festival de 1968, quando se tornava mais tenso o quadro político, Chico (junto com Tom) viesse falar de passarinhos.

que lotavam o Maracanazinho e não aceitavam a derrota de *Caminhando*, de Geraldo Vandré<sup>166</sup>.

Naquela noite, Geraldo Vandré havia subido no palco com um violão, um banquinho e dois acordes para apresentar sua canção e sair favorito absoluto do público, mas não do júri. Mesmo assim, *Caminhando* virou hino dos estudantes, cujos movimentos de protesto contra o regime militar tomavam força desde a morte do estudante Edson Luís, em março daquele ano, no Rio de Janeiro. A música fez a glória do compositor Geraldo Vandré e a miséria do cidadão Geraldo Pedroso de Araújo Dias Vandregísilo, que passou a ser uma das pessoas mais visadas pelos militares. Dias depois do FIC, o coronel Otávio Costa, num artigo intitulado *A Sexta Coluna*, publicado no *Correio da Manhã*, pedia a prisão de Vandré por subversão.

No Espírito Santo não se tem notícia de nenhuma música que tenha provocado à ira dos militares, mas os censores capixabas também davam seus chiliques. Em 1969, já em tempos de AI-5, alguns versos foram cortados das canções inscritas no II Festival Capixaba de Música. “As músicas de protesto eram muito sutis, pareciam músicas de amor. As coisas eram feitas com muita sutileza. Lembro que a frase *deixo a vida num cigarro*, de uma música de Chico Lessa para o segundo Festival, foi muito proibida”, lembra Milsom.

Além das músicas de protesto, quem também não subiu ao palco do I Festival Capixaba foi o novo veneno que Caetano Veloso, Gilberto Gil e companhia já faziam em 1968<sup>167</sup>. O tropicalismo só chegou efetivamente no Espírito Santo no ano seguinte, na segunda edição do Festival, com a performance dos *Mamíferos* cantando *Cosmorama Total*,

---

<sup>166</sup> O mesmo Vandré teve o primeiro lugar do primeiro Festival da Record, em 1966, dividido entre "Disparada", em parceria com Theo de Barros, e "A Banda", com Chico Buarque e Nara Leão, pois Paulo Machado de Carvalho, dono da emissora, temia que a fanática torcida de Vandré destruísse seu teatro.

<sup>167</sup> Junho de 1968, lançamento do vinil manifesto *Tropicália ou Panis et circensis*.

que incluía fantasias, chapéu de mexicano e um lutador de boxe socando o nada no fundo do palco. Sendo assim, ao final da apresentação das 13 músicas do I FCMPB, ficava um ar de politicamente correto no ar. Não houve sustos ou surpresas, não porque o patrocinador do evento era a Prefeitura de Vitória, mas sim porque os compositores locais ainda bebiam da bossa nova que, apesar do nome, já estava ficando velha.

Os jurados também não surpreenderam ninguém com a relação das seis músicas escolhidas para a fase decisiva. Chico Lessa que já tinha 5 composições entre as 13, classificou três músicas entre as seis que voltaram ao palco na seguinte ordem: *Quem Vem Pra Ficar* (Tião Oliveira e Heraldo Brasil), *Meio Mastro* (Chico Lessa e Marco Antonio Tirone), *Saudade* (Chico Lessa e Sergio Egito), *Porque Uma Estrela na Tarde* (Janete Torres), *Uma Vida, Uma Canção* (Chico Lessa e Sergio Egito) e *Prece de Um Nordestino* (Ivan Reis). Essa segunda volta ao palco era uma espécie de Tira Teima. Mesmo após uma segunda audição, o júri estava bem dividido, principalmente entre *Meio Mastro* e *Saudade*, duas canções de letra pequena e até com certa semelhança de dor de cotovelo.

Apresentadas as seis finalistas, o júri se dirigiu para uma sala levando consigo a curiosidade do público. Os nove jurados ficaram enfurnados por uma hora, na verdade foram uns dez minutos, mas o relógio sempre se engana por não dar a certas ocasiões o peso que os segundos merecem. O primeiro prêmio anunciado foi o de melhor interprete. Nesse momento um jornalista pensando estar dando um furo disse a Virginia Klinger<sup>168</sup> que ela seria a vencedora. Quando Milson anunciou o nome de Cristina Esteves<sup>169</sup>, Virginia não pode conter as lágrimas. Na seqüência, Ivan Reis recebeu o troféu Encatur<sup>170</sup> por sua letra de *Prece de Um*

---

<sup>168</sup> Interprete de *Saudade e Alegria de Esquecer*.

<sup>169</sup> Interprete de *Porque Uma Estrela na Tarde, Esperei Por Você e Menino de Derresol*.

<sup>170</sup> Empresa Capixaba de Turismo do Governo Estadual.

*Nordestino* e Chico Lessa e Sérgio Egito subiram ao palco como os donos da melhor melodia da noite, *Saudade*.

Aplausos, vaias, e Tião Oliveira e Heraldo Brasil entram em cena. Cabia aos dois comentaristas anunciar o nome das três canções vencedoras, começando pelo terceiro lugar, o baião *Quem Vem Pra Ficar*, que é novamente interpretado por Regina da Eira. Aplausos, vaias e *Saudade* fica com os segundo lugar. Quando Virginia Klinger subiu ao palco para interpretar o samba-canção, ainda trazia no rosto as marcas das lágrimas de minutos atrás.

Suspense boiando no ar, do outro lado do palco o público esperava com as sobras do papel picado na palma das mãos o nome da canção vencedora. Bastou anunciar que *Meio Mastro* era o dono do primeiro lugar para começar um grande carnaval, com direito a torcida invadindo o palco colorindo tudo de festa. Aprígio, Tina e Lessa entraram em cena, levantaram o troféu Canarinho de Ouro e cantaram a marcha-rancho, agora em cadencia de samba. Teve até volta olímpica.

O Festival<sup>171</sup> acabava com a alegria que merecia e um pequeno mistério que já completa 37 anos. A bolsa da interprete de *Quem Vem Pra Ficar*, Regina da Eira, sumiu nos camarins. Até hoje, ninguém viu!

---

<sup>171</sup> Os Festivais Capixabas de Música tiveram cinco edições, entre 1968 e 1972. Paralelamente a esse evento acontecia em Vitória o Festival Universitário e outras competições musicais no interior do estado.

## 4.7 Congresso de Ibiúna

“Dormi uma noite no Congresso e no outro dia de manhã eu fui presa. (...) Lembro que os soldados tremiam com a metralhadora nas mãos, era gente muito nova. O meu primeiro medo era ficar no meio de um tiroteio.” (MARTINS, Jussara. 12/10/2005)

Praia de Camburi, 14 horas. Isso era tudo o que Marcos Alencar<sup>172</sup> precisava saber. O telefonema foi rápido e ele deixou a sunga na gaveta quando saiu de casa para não perder a hora marcada. A pontualidade era fundamental, um atraso não seria ofensa, mas era sinônimo de encrenca. A cena parece coisa de filme. Marcos salta do ônibus, olha para um lado e para o outro a fim de achar algum imprevisto, mas dá de cara com um sujeito de sapato e roupa no

---

<sup>172</sup> Marcos participou da Ação Popular (AP) e chegou a ser vice-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE). Cronista desde os 20 anos, Marcos havia sido preso meses antes por causa de uma crônica em que brincava com assaltos a banco que os estudantes faziam no país, o texto foi publicado no jornal semanal *O Debate*, que depois virou *Jornal da Cidade*. O título era *Como Assaltar Bancos em Vitória*. Era só uma brincadeira, mas Marcos ficou preso uma semana. Atualmente é diretor do sistema de RTV da TVE do Espírito Santo.

meio da areia, era o cara! Agora era preciso agir com naturalidade, como se fosse a coisa mais normal do mundo um cabeludo sem roupa de banho encontrar outro no meio da praia, isso tudo embaixo de um Sol que avisava com todos os graus que o encontro estava acontecendo exatamente no horário previsto.

Chegou, disse o código e saiu com a senha para a próxima etapa e com a impressão de que carregava um pedaço da praia nos pés. Dessa vez ele não procurou, mas viu um imprevisto. Era Perly Cipriano<sup>173</sup>, que esperava sua vez de pegar o “passaporte”. Os dois se ignoraram. Não era momento de amizade e ambos eram de grupos rivais, naquela época havia um grande racha no movimento estudantil. Marcos era da Ação Popular (AP) e Perly do Partido Comunista (PC), grupos que apoiavam diferentes candidatos para o substituto de Luiz Travassos na presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>174</sup>. A eleição aconteceria no XXX Congresso da UNE, que se realizaria num local que nenhum dos dois sabia ainda qual era, mas que aquela senha suada os colocava mais perto.

Haviam três candidatos: Jean-Marc van der Weid, da AP, era o indicado de Travassos; José Dirceu era da Dissidência e tinha o apoio de Vladimir Palmeira; e Marcos Medeiros, representava o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Entretanto, a verdadeira disputa seria entre os dois primeiros, e era impossível qualquer prognóstico. A eleição seria provavelmente tão ou mais disputada do que a do ano anterior, quando Travassos ganhou por

---

<sup>173</sup> Dentista capixaba formado pela UFES, na época não recebeu o diploma porque teve que optar pela clandestinidade um mês antes da formatura. Foi torturado e chegou a ser condenado a 84 anos de prisão por participar das ações armadas da Aliança Nacional Libertadora (ALN). Perly passou dez anos preso e participou da greve de fome de prisioneiros políticos que se tornou o grande marketing nacional pró-anistia. O movimento começou com ele e mais 11 presos da penitenciária Frei Caneca (RJ) e se estendeu a quatro capitais, com um total de 31 adesões. A greve de fome de Cipriano durou 33 dias e abriu as prisões para peças chave da anistia, como um líder sindicalista do ABC paulista que promovera a primeira grande greve dos metalúrgicos no início de 1979: Lula, de quem hoje em dia Perly é Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

<sup>174</sup> A UNE era uma organização colocada na ilegalidade pelos militares, assim como a UEE.

6 votos. Isso aumentava a importância das senhas, pois antes de votar era preciso chegar até lá, e olha que a viagem até a urna estava apenas começando.

Travassos esteve em Vitória<sup>175</sup> a fim de buscar apoio em assembleias minoritárias em nome da UNE, leia-se AP. Ele recebeu a ajuda do DCE capixaba na fase de preparação do Congresso. Os delegados do Espírito Santo foram escolhidos em eleições diretas nas faculdades. Entre os indicados, além de Marcos Alencar e Perly Cipriano, estavam César Ronald<sup>176</sup>, Jussara Martins<sup>177</sup>, Marlene Simonetti, Estela Aurich, Marcelo Santos Neves<sup>178</sup>, Iran Caetano<sup>179</sup>, Rogério Godard, Álvaro Pignaton, José Onório Machado, Domingos de Freitas Filho<sup>180</sup> e outros. Essa delegação cindiu-se entre os travassistas, liderados por Jussara, e os vladimiristas, que eram basicamente os membros do DCE<sup>181</sup>. Como era de se esperar, havia também os indefinidos.

Outra discussão ficava em torno da realização do Congresso, uns defendiam que fosse aberto<sup>182</sup>, com o apoio da população, e outros que fosse fechado e, portanto, secreto. “Nós da AP queríamos um Congresso de UNE aberto. O César era contra, ele era a favor do grupo do Dirceu, que queria um Congresso fechado, que deu no que deu.”, lembra Jussara, que também teve que passar por algumas etapas de senhas e contra-senhas antes chegar ao local do

---

<sup>175</sup> Jussara Martins: “O Travassos fez vários discursos, na engenharia, na medicina, na FAFI. Fui com ele numas quatro assembleias. Ele ficou escondido aqui, não lembro na casa de quem”.

<sup>176</sup> Na época presidente do DCE e estudante de medicina.

<sup>177</sup> Aluna de engenharia, líder estudantil, vice-presidente da UEE e, mais tarde, militante da AP no Rio de Janeiro.

<sup>178</sup> Escolhido pela Faculdade de Engenharia.

<sup>179</sup> Escolhido pela Faculdade de Medicina. Hoje é dirigente do PC do B e leciona no Centro Biomédico e atende no Hospital das Clínicas da Ufes.

<sup>180</sup> Estudante de história.

<sup>181</sup> Apesar de ser filiado ao Partido Comunista Revolucionário (PCBR), César Ronald, presidente do DCE, apoiava o grupo de Vladimir e Dirceu. José Dirceu era líder da União Estadual de Estudantes (UEE) de São Paulo, que organizou o Congresso.

<sup>182</sup> Um dos possíveis locais para o Congresso aberto seria o Crusp (Centro Residencial da USP).

Congresso, que reuniu líderes estudantis de todo o país. O número exato de pessoas varia conforme a fonte, entre 700 a mais de 1.500.

Os escolhidos para ir estavam avisados de que provavelmente iriam encontrar barreiras policiais pelo caminho. A recomendação da UNE era que os delegados escondessem a carteirinha de estudante no forro da mala. Tentando fugir do cerco, Marcos Alencar resolveu apelar para sua veia dramática e convenceu seu chefe de que precisava visitar seu irmão no Rio de Janeiro. Além de alguns dias de folga, conseguiu um atestado de que viajaria a serviço da Federação das Indústrias do Espírito Santo, onde trabalhava. Para completar a boa maré, um amigo, que trabalhava no aeroporto arranhou uma carona de Vitória para o Rio no avião do DNERU<sup>183</sup>. Era um avião pequeno, de seis lugares, mas era de graça e, o mais importante, longe dos policiais que iriam atormentar quem fosse de ônibus. O perigo iria ficar lá em baixo.

Como ia de carona nem ia ser preciso fazer aquelas burocracias antes de embarcar, mas em respeito ao favor do amigo, Marcos chegou bem cedo ao aeroporto. É verdade que ele ficou um pouco de castigo esperando a hora do vôo, mas tudo bem. O dia só deixou de ser feliz pertinho do avião, já na pista de embarque, quando viu o seu colega do aeroporto acompanhado de um tenente do 3º BC<sup>184</sup> vindo em sua direção. Claro que ele pensou em correr, mas para onde? Quando o tal militar chegou trazia consigo uma notícia boa e uma ruim. Ele não tinha vindo ao aeroporto atrás de nenhum comunista (ufa!), mas para pegar uma carona no mesmo avião do DNERU. O jeito era esconder o sorriso amarelo e engolir a nova companhia. “Fui daqui ao Rio conversando com ele sobre essa imbecilidade dos estudantes

---

<sup>183</sup> Departamento Nacional de Endemias Rurais.

<sup>184</sup> Atual 38º BI (Batalhão de Infantaria).



ficarem no meio da rua ao invés de estarem estudando, fiz um discurso todo ao contrario para ficar bem na fita”.

E não é que o tenente acreditou! Quando chegaram ao *Galeão*<sup>185</sup> e os problemas pareciam ter acabado, uma nova surpresa: o aeroporto estava tomado pelas forças armadas numa operação pente fino para pegar subversivos. Marcos sabia que não iria passar impune pelo cerco com um cabelo daquele tamanho, foi quando o seu novo amigo de vôo lhe fez uma pergunta maravilhosa:

- Olha, eu acho que vão te segurar um bom tempo aí, você não quer sair comigo pelo aeroporto militar não?

- Ah, eu te agradeço.

- Você está indo para Copacabana, para casa da sua tia não é?

Marcos ia para Tijuca, mas na composição do seu papel de bom moço disse que ia para Copacabana.

- É.

- Ótimo, então a gente racha o táxi!

E lá foi o cabeludo e o estudante para Copacabana. Desceram mais ou menos no mesmo lugar, se despediram amigavelmente e seguiram passos opostos. Por precaução, Marcos foi até a outra esquina para pegar um táxi que o levasse ao seu destino verdadeiro. “Eu fui para casa do meu irmão, que morava na Tijuca, era militar e não sabia o que eu estava

---

<sup>185</sup> Atual Aeroporto Internacional Tom Jobim.

fazendo no Rio”. Depois ele acabou voltando a Copacabana. “Eu tinha um ponto de encontro na confeitaria Colombo no dia seguinte, às 9 horas da manhã. O combinado era que um cara barbudo estaria na porta lateral da Colombo lendo O Globo. Isso era uma cena inverossímil, um barbudo ler o Globo, que não era jornal de barbudo. Eu achava tudo muito engraçado!”.

Não foi difícil achar o barbudo, depois da rotineira troca de código o saldo do encontro foi mais uma senha e novas instruções. Marcos deveria ir naquela noite para Jacareí, interior de São Paulo, perto da capital. Lá iria encontrar um mendigo com óculos escuros que iria ficar na porta da Igreja – durante um minuto – as duas, as três e às quatro horas da tarde do dia seguinte. “Eu fui para a Central do Brasil e comprei uma cabine no trem. Levei comigo um amigo da AP daqui, o Everton Negui, que hoje é diretor do Senai lá do Piauí”.

Na cabine, eles tinham a noite inteira pela frente para descansar, mas a juventude os empurrou porta afora para dar um passeio, não era todo dia que se podia bisbilhotar um trem inteiro e ter vinte e poucos anos. Quando abriram o vagão da segunda classe alguém tapou rapidamente o rosto com um jornal – “Era o Perly Cipriano<sup>186</sup>. Eu nunca falei isso com o Perly, eu nem sei se ele me viu, mas acho que ele me viu e se tapou. Então voltamos correndo para a cabine e ficamos lá”. Nenhum dos dois dormiu durante o resto da noite, estava fazendo muito frio e a ansiedade que assustava o sono acabou por atrasar ainda mais o outro dia.

Eles só dormiram em Jacareí, embalados pelo barulho de chuva que batia na janela do quarto de hotel que alugaram para descansar antes do encontro. Quando acordaram ainda estava chovendo. Deixaram os pingos de lado e foram para o encontro, mas chegaram

---

<sup>186</sup> O mesmo que Marcos viu na praia de Camburi.

atrasados. O jeito foi esperar mais uma hora. Pertinho das três o tal pseudo-mendigo chegou e se sentou na porta da igreja. Marcos até hoje guarda na memória a senha que disse:

- Por favor, onde fica a fabrica de biscoito?

- Fica atrás da Igreja!

Jacaré realmente tinha uma fábrica de biscoitos, mas ela não ficava atrás da Igreja. O mendigo continuou – “Prestem atenção! A gente ia pegar vocês aqui para ir pro lugar, mas eles estão fazendo barreiras nas estradas, descobriram esse negócio. Então vocês vão pegar o trem da Central, daqueles que se viaja em pé. Vocês vão para São Paulo, capital, durmam lá e amanhã de manhã peguem um ônibus para Campinas. Em Campinas vocês vão procurar o estádio *Brinco de Ouro da Princesa*, na porta principal vai ter uma pessoa, aí você pergunta: ‘Quanto é que ficou o jogo?’, ele vai dizer ‘O jogo foi cancelado’, esse é o cara!”.

Até então nenhum dos dois sabia sequer onde seria o Congresso, mas como a curiosidade era maior que a burocracia da jornada, decidiram continuar. Enfrentaram uma hora até São Paulo e dormiram no apartamento de um amigo de nome interplanetário, Roosevelt. No dia seguinte acordaram cedo, tinham que chegar a Campinas. As bolsas nem haviam sido desarrumadas e já iam viajar novamente. Mas quando estavam na porta do prédio...

- Polícia Federal, aonde é que vocês estão indo?

Marcos já havia convencido seu chefe a lhe dar licença, um tenente do 3º BC que era um bom rapaz e o irmão de quem estava no Rio a passeio. Ou seja, não seria surpresa se ele enganasse aqueles dois homens de terno preto também.

- Nos estamos indo pro Rio!
- Vocês vão de que?
- De ônibus, estávamos indo para rodoviária pegar o primeiro ônibus agora.
- Nos vamos até lá com vocês!
- Tá bom.

Dessa vez não teve jeito. Entraram no carro, foram para a rodoviária, compraram as passagens, tomaram os lugares no ônibus e os militares ainda deram adeus na plataforma. “Eu acho que eles já estavam na estação quando chegamos, nos achávamos que íamos passar despercebidos, mas dois jovens chegando na cidade é diferente não é? Quando chegamos no Rio, o Everton queria saber o que iríamos fazer com a grana que havia sobrado”.

- Marcos, e o dinheiro da UNE?
- Vamos torrar tudo numa boate!

A viagem terminou em grande estilo, com muito gin-tônica, daqueles que brilham na luz negra. Os dois chegaram ao fim sem sequer saber onde não haviam conseguido ir. O nome da terra do nunca era *Ibiúna*, uma cidade(zinha) a oeste de São Paulo, um lugar cheio de ar puro e, em outubro de 1968, também de estudantes.

Ao contrario de Marcos e Everton, a jornada de Jussara não deu com os burros no gin-tônica. Ela conseguiu chegar a Ibiúna depois andar de carona num caminhão para o Rio, ir para São Paulo, pegar uma senha num dormitório da USP<sup>187</sup> – onde ficou sabendo que o Congresso seria fechado – e passar alguns dias no meio do mato como vítima do que ela chama de golpezinho. “Me deixaram no meio do mato. Aí, quando eu fui ver, todo mundo que estava nesse lugar era ligado ao nosso grupo, que era o grupo que apoiava o Congresso aberto. Aí outra Kombi nos apanhou e nos levaram para uma outra fazenda, nessa fazenda todos eram do grupo que apoiava o Travassos e o Jean Marc, até o Travassos estava lá. Muita gente da AP e do PC. Nós não fomos para Ibiúna, aí percebemos que eles tinham tirado as principais lideranças e deixado em Ibiúna só algumas pessoas com o objetivo de vencer. Nós ficamos isolados, só fomos levados para o Congresso no dia em que as votações iriam começar, assim não tivemos tempo de fazer os contatos anteriores. Foi um golpezinho da UEE de São Paulo e do José Dirceu!”.

O Congresso aconteceu numa propriedade que fica a 22 quilômetros da zona urbana de Ibiúna, o sítio Murundu, um vale cercado por quatro colinas – ou grandes murundus –, que tem ao fundo a Cachoeira da Fumaça, onde os estudantes tomavam banho durante o congresso, os rapazes de manhã e as moças à tarde. A estrutura improvisada começou a ser montada no dia 12 de setembro e as instalações do sítio foram aproveitadas. Um chiqueiro descoberto e um estábulo coberto por telhas francesas serviu como palco de muitos conchavos políticos. Logo ao lado, foi construído o que era exageradamente chamado de plenário, arquibancadas cavadas num barranco cobertas por plástico. A enfermaria, o refeitório e os quartos se dividiam entre 20 pequenas barracas. Quando as goteiras deixavam, as moças dormiam em um galpão, e o resto se amontoava em espaços menos nobres e mais molhados.

---

<sup>187</sup> Universidade de São Paulo.

Sem chuva, o local já seria inadequado, imagine com os 30 dias de água que chegaram antes dos estudantes. Foi quase uma semana de lama, frio, noites mal dormidas e comida racionada.

A verdade é que era impossível aquilo dar certo, não existe organização capaz de fazer uma reunião clandestina para mais de mil pessoas, é gente demais para ficar debaixo do pano<sup>188</sup>. O Congresso começou a dar bandeira logo na segunda-feira, quando mudou a rotina de Ibiúna com os muitos caminhões, jipes e peruas que traziam estudantes, os moradores da cidade estranharam e souberam ali que alguma coisa grande estava acontecendo. Mas não foram só as estradas de Ibiúna que ficaram movimentadas naquela semana, nunca se vendeu tanto como naqueles dias. Foi a invasão do comércio pelos forasteiros que começou realmente a chamar a atenção da polícia.

Na quarta-feira, um grupo de jovens entrou numa venda e comprou todas as garrafas de pinga, um barbudo entrou numa farmácia e limpou o estoque de pasta de dente, enquanto a lista de compras de outro grupo incluiu 30 quilos de carne em um só dia, que churrascão! Para completar, na quinta-feira um lavrador chamado Miguel Vieira teve a péssima idéia de cobrar uma dívida de um saco de milho em um sítio próximo. Ao passar pelo Murundu, a segurança dos estudantes o prendeu. Quando foi liberado adivinha para onde ele foi? Para a polícia, claro!

Não deu outra, às três horas da manhã da madrugada de sábado (dia 12), o então presidente da UNE foi acordado para participar de uma reunião de emergência. Travassos dormia em um tatame e deu trabalho para acordá-lo. Na reunião ele recebeu uma batata

---

<sup>188</sup> Muitos atribuem à crença cega da Dissidência de São Paulo (grupo de Dirceu) no Congresso fechado a um acordo feito com o governador do estado de São Paulo, Abreu Sodré, para evitar repressão. Mas o acerto foi atropelado pelas autoridades federais. Nada foi confirmado até hoje.

quente vinda de um informante de São Paulo que lhe tirou de vez o sono: o Congresso ia cair ao meio-dia.

Havia tempo para pensar qual decisão tomar, as estradas de terra estavam quase intransitáveis por causa da lama, além disso, por precaução, algumas vias de acesso já haviam sido bloqueadas com troncos de árvores. Com essa estimativa de horas era possível planejar a retirada e ainda tomar o café. Porém, as divergências da reunião de emergência engoliram horas preciosas. Depois de muito bate-boca ficou decidido que...eles não decidiram nada! A direção da UNE até tinha uma proposta: retirar apenas as lideranças, já que a fuga de mais de 50 pessoas seria inviável, mas Travassos não achou que salvar alguns e deixar os outros irem para a cadeia seria uma boa idéia.

Com muitos impasses e nenhuma solução, ficou marcada uma sessão plenária para as sete horas da manhã do dia que já vinha chegando, nela cada um dos três candidatos faria uma exposição de cerca de dez minutos e as propostas seriam votadas. Depois disso, cada um foi fazer política para o seu lado enquanto o Exército e às sete horas não vinham. Foi nesse meio tempo que aconteceu o imprevisto esperado, a batata quente chegou de surpresa, e tudo deu errado antes da hora prevista. Os tiros anunciaram a chegada dos 400 soldados da Força Pública e de alguns agentes do DOPS<sup>189</sup>, o sítio estava cercado<sup>190</sup>.

As tropas já tinham passado pela porteira principal e um grupo ainda estava na fila para tomar café. Os estudantes ficaram entre o estômago e a metralhadora, a decisão foi

---

<sup>189</sup> Departamento de Ordem Política e Social do governo brasileiro, criado em 1924 e extinto em 1983. Atuava como uma polícia política encarregada de controlar movimentos contrários à ordem social vigente. Durante o Regime Militar atentou violentamente contra os direitos humanos, intensificando torturas, execuções e cassações políticas.

<sup>190</sup> A invasão do Congresso foi comandada pelo coronel Protti e foi capa da revista *Veja*, que começou a circular em setembro daquele ano.

basicamente a mesma e (quase) todos saíram correndo, com exceção de uma pessoa: Jussara Martins. Ela ficou não por bravura ou para defender as causas que a levaram até ali, o motivo era mais embaixo, era fome. “Dormi uma noite no congresso e no outro dia de manhã eu fui presa. Estava numa fila para comer, era pão e café com leite e eu estava morrendo de fome. Quando eu vi que a polícia cercou, só pensei que até eles juntarem todo mundo e todos serem presos eu ia ficar ainda mais faminta. Então eu pelo menos enchi o meu estômago, quando todos saíram correndo da fila e eu avancei no pão. Não tinha mais nem quem me servir”.

Deve ter sido o pão mais gostoso da vida dela até o momento em que percebeu que podia perdê-la. Quando a invasão chegou mais perto e o perigo já estava ali, mordendo os calcanhares, as possibilidades daquela situação começaram a saltar aos olhos, e ela estava cercada de más notícias. A segurança do Congresso estava armada até com metralhadoras e o desespero no rosto dos jovens soldados que vinham correndo não parecia que iria sanar com um simples levantar de mãos. O risco de ficar em meio ao fogo cruzado era muito grande e o terreno irregular poderia provocar um tiro acidental que daria início ao fim de tudo.

Os soldados também estavam com medo. A maioria deles era da guarnição de Botucatu e haviam sido informados de que aquela era uma operação de risco, semelhante à tomada de um acampamento de guerrilheiros. Muitos deles se despediram com lágrimas da família, outros fizeram até testamento. Jussara tinha razão em se preocupar, um terror desse tamanho faria até seu precioso pãozinho parecer uma arma. Mas, felizmente, o pavor não deu em nada. Os únicos tiros dados em Murundu foram na chegada das tropas, para o alto. Não havia necessidade de força maior, porque não havia mais nada a vencer. A fome, o frio e a desorganização já haviam liquidado com o Congresso, em lugar dos perigosos inimigos, os



invasores encontraram jovens abatidos. Não houve derrota, porque nem houve batalha. Ibiúna morreu de suicídio.

Depois da morte, o Congresso foi se afinando até formar uma fila de passos lentos, daqueles que não querem chegar. A reunião estava ali, reduzida a uma coluna de derrotados cercados por soldados em posição de tiro a cada cinco metros, como se a lama que subia pelas pernas não fosse mais que o suficiente para evitar qualquer fuga. A chuva continuava, parava, continuava, parava, em espaços de tempo que não deixavam a roupa e o cabelo secar. Alguns tentaram espantar o desânimo assoviando o Hino Nacional, mas não houve quem não fosse vencido por aqueles arrastados oito quilômetros assombrados pelo medo do que estava por vir. Agora eram todos prisioneiros.

Quando chegaram ao asfalto, os prisioneiros embarcaram em nove ônibus, cinco caminhões, duas Kombi, uma Rural Willys e um microônibus. César Ronald fala dessa caminhada 30 anos depois, numa entrevista cedida aos jornalistas Alexandre Caetano, Tinoco dos Anjos e Milson Henriques na extinta revista *Capixaba Agora*<sup>191</sup>:

#### **E a realidade das prisões?**

Quando o Congresso de Ibiúna terminou, nós fizemos uma marcha de oito quilômetros sobre a lama descalços. Imediatamente fomos separados daqueles que eram considerados de maior “periculosidade”. Ponham aspas nesse “periculosidade” na hora de transcrever (risos). Depois nós fomos para a prisão de Jundiá. Lá

---

<sup>191</sup> Revista Capixaba Agora n.º 3, fevereiro de 1998.

eu sofri uma agressão física. Foi quando eles nos comunicaram que iam raspar nossas cabeças. Quando eles me chamaram eu disse que era um preso político e que, como tal, eu não abria mão das minhas prerrogativas. Então o comandante da base chamou os soldados e eles me agarraram pelos cabelos e pelos braços e me levaram, sob chutes, até o local onde estavam raspando as cabeças. Posteriormente, nós fomos para o Carandiru. Era um tormento. Nós ficamos numa cela...

#### **Nos quantos?**

Éramos 22. Eles separaram 25, mas depois tiraram o Vladimir, o Travassos e o Dirceu e deixaram os 22 restantes juntos.

#### **Só você do Espírito Santo?**

Só eu. No Carandiru nós sofremos toda a sorte e humilhações, mas não tivemos castigos físicos.

Os presos foram identificados e selecionados por estados e por nível de responsabilidade, César Ronald foi separado dos demais por ser o presidente do DCE. Jussara, junto com os demais, foi depositada num galpão da Cooperativa Agrícola de Cotia, em São Paulo, e depois seguiu para o Presídio Tiradentes<sup>192</sup>.

A eleição do substituto de Travassos na UNE só foi realizada no ano seguinte. Através de conselhos estaduais, um colégio eleitoral de 800 estudantes elegeu Jean-Marc, candidato da AP. A vitória foi apertada, por apenas sete votos. Infelizmente Travassos não pode

---

<sup>192</sup> Inaugurada em 1852 a *Casa de Correção* passou por várias obras até tomar sua última forma em 1938, quando deixou de ser *Presídio Tiradentes* e passou ser chamado de *Casa de Detenção de São Paulo* e também presídio político da capital. O pavilhão 2 do presídio tinha dois andares. No térreo ficavam os presos correccionais, no segundo andar ficavam os presos políticos.

participar. Ele, José Dirceu e outras lideranças continuavam detidos apesar dos protestos pela liberdade dos presos de Ibiúna que se espalharam pelo país logo após a prisão.

### **3.8 Para o exílio**

“Foi graças a um companheiro da época que eles não fizeram o que queriam fazer comigo, me trazer num outro carro, sozinho, para que eles pudessem me matar alegando que eu havia tentado fugir.” (RONALD, César. 12/05/2008)

A manifestação de solidariedade aos estudantes presos durante o XXX Congresso da UNE acabou virando baderna sem maiores explicações. Naquela terça-feira, 15 de outubro de 1968, os estudantes foram pegos de surpresa pela reação da polícia. Pouco antes do quebra-quebra, a concentração havia sido autorizada pelo Secretário de Segurança, José Dias Lopes, numa conversa com os líderes na Faculdade de Direito. Passeata liberada, quem assumiu a

frente do movimento foi o vice-presidente do DCE, César Leite, já que o presidente, César Ronald, era supostamente<sup>193</sup> um dos capixabas presos em Ibiúna três dias antes.

O movimento começou por volta das nove da manhã na Faculdade de Filosofia (Fafi) e seguiu em direção as imediações do Palácio Anchieta (sede do governo). Ali Ewerton Montenegro Guimarães<sup>194</sup> e Julinho César Prates discursaram em cima do muro da Faculdade de Direito para um público bem dividido entre os cerca de 100 estudantes e a polícia, que assistia tudo das escadarias do Palácio, que ficava logo em frente. Apesar do acordo de não agressão previamente acertado, os calos deixados pela violência das últimas passeatas<sup>195</sup> haviam ensinado que era melhor não confiar na onça. Por isso, cada líder tinha segurança própria, era o caso de Zélia Stein<sup>196</sup>.

A segurança de Zélia tinha nome e sobrenome: Eliane Madeira, que era sua companheira de militância no PCBR<sup>197</sup> e sabia dirigir como ninguém uma Rural Willis. A orientação era de que uma não desgrudasse da outra e mantivessem distância de qualquer provocação ou situação de risco. Por isso, durante os discursos, as duas ficaram estrategicamente perto do carro, a apenas alguns passos da melhor opção de fuga.

Quando Ewerton acabou de falar e pedia para que todos se dispersassem em ordem algo parecido com um sinal interrompeu sua fala – piiiiiiiiiiiiiii! Era o apito de Dias Lopes, dando o sinal para o início da pancadaria. Salve-se quem puder! A polícia estava autorizada a

---

<sup>193</sup> Apesar de ter ido ao Congresso, o nome de César não aparecia na lista dos presos.

<sup>194</sup> Na época estudante de direito e jornalista.

<sup>195</sup> Naquele ano, as passeatas que mais se destacaram foram as realizadas em abril, por ocasião da morte do estudante Edson Luiz.

<sup>196</sup> Zélia Maluza Stein, natural de Vila de Santa Izabel, município de Domingos Martins, estudou no Colégio do Carmo e ingressou no Partido Comunista (PC) em 1961. Participou da movimentação política e cultural de Vitória nos anos sessenta. Fez poesia, cinema, teatro (Arena Conta Zumbi) e escreveu em *A Gazeta* e *A Tribuna*. No início de 1968, Zélia ingressou no PCBR, na época da passeata ela tinha 25 anos e era companheira de César Ronald.

<sup>197</sup> Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

bater, e bateu. O medo e a raiva faziam os estudantes correrem para lados opostos, muitos ao invés de fugir escolhiam um pedaço da confusão e se atracaram com os cassetetes sem medo da autoridade ou pensar nos hematomas e demais conseqüências.. A barbaridade era legal e coordenada para doer, em pouco tempo a violência já havia marcado o corpo de muita gente.

Júlio César Prates apanhou ali mesmo, no meio da rua. Eram muitos contra um, e a ciranda de chutes e pontapés não parou nem quando a vítima foi ao chão. Ewerton bem que tentou fugir, mas não achou caminho que o livrasse da enrascada. Levou uma surra seguindo a mesma cartilha de abuso de poder aplicada no seu parceiro de discurso. Paulo Eduardo Torre, do jornal *O Diário*, tentou conter a violência dos policiais e avançou em defesa de Ewerton, mas acabou também sendo preso. Quem tentava ajudar, acabava precisando de ajuda.

Em meio ao pandemônio Zélia vê justamente o que não queria, Dias Lopes vindo em sua direção com cara de ordem de prisão e trazendo a tiracolo dois PMs. Ela e Eliane bem que tentaram correr, mas não dava tempo! Bravura ou irresponsabilidade, o fato é que Zélia fez uma coisa que onze entre dez estudantes gostariam de fazer: rodou a sua bolsinha baiana e acertou em cheio o rosto de Dias Lopes, que foi ao chão levando consigo a reação dos policiais, que ficaram paralisados. O imprevisto da situação quase hipnotiza também as duas, aquele golpe era tão inusitado que jamais poderia ser imaginado antes de acontecer. Até ali ninguém havia jogado no chão o homem mais temido da cidade, e por certo ele não cairia novamente. A visão era única, e a chance de fugir também. Foi o tempo de bater e correr! Enquanto Dias Lopes se recuperava do inesperado, a bolsa baiana e companhia entraram na Rural Willis e ganharam a Avenida Jerônimo Monteiro para desaparecer deixando a pancadaria para trás.

Tinha gente que jogava pedra ou o que achasse no chão. No meio de tudo haviam os marinheiros de primeira passeata, eram os familiares dos estudantes presos, gente que nunca sequer havia levantado faixas contra a Ditadura. “Eu não sabia da manifestação em Vitória, mas sabia do apoio da população, pois o presídio que ficamos foi cercado pelos pais e estudantes de São Paulo. Pelas faixas que eles exibiam, nós deduzíamos o que estava acontecendo. Depois eu soube que até meu irmão, que não era disso, saiu na passeata de Vitória com pedra na mão. Houve pedrada e algumas prisões. A turma da Faculdade de Engenharia, onde eu estudava, foi bem violenta”, conta Jussara, que desde o seu primeiro dia na cadeia começou uma greve de fome<sup>198</sup> junto com as outras estudantes presas em Ibiúna que foram encaminhadas para a *Casa de Detenção de São Paulo*.

Mesmo depois da passeata ter se dissipado, a polícia continuava recolhendo. Foi nessa catação de próximas vítimas que Rubinho Gomes foi pego quando descia com alguns outros estudantes, em direção à Praça Costa Pereira, e deu de cara com Dias Lopes em frente ao Gloria<sup>199</sup>. “Nessa altura a passeata já estava em dispersão, uns correndo, outros pichando ‘liberdade aos presos de Ibiúna’. Aí os caras me agarraram, me levaram preso e o Zé Pavão dizendo: quem vai trazer os colegas de vocês sou eu, não são vocês comunistas não!”.

Rubinho, Júlio, Ewerton e Paulo ainda estavam detidos quando os jornais do outro dia divulgavam a pancadaria<sup>200</sup>. Durante essa prisão, Rubinho viveu um fato inusitado. A pedido de dois dos diretores do jornal *O Diário*, onde era empregado, ele foi trabalhar mesmo

---

<sup>198</sup> O objetivo da greve de fome era exigir a quebra da incomunicabilidade e a presença de advogados.

<sup>199</sup> Localizado perto da Praça Costa Pereira, o Teatro Glória foi inaugurado em 1932, naquela época o mar batia perto da fachada dos fundos, mas essa relação foi perdida com o mais recente aterro, que aconteceu em 1949. O edifício possui, além do Teatro, salas comerciais e lojas. As salas estão atualmente subutilizadas e o teatro abre esporadicamente para espetáculos.

<sup>200</sup> A manchete de A Gazeta era: “Polícia política impede passeata de estudantes”, e a coluna ‘Diagonal’, do jornalista Oswaldo Oleari, tinha como tema a prisão dos jornalistas.

estando preso. “Eu tinha que fazer o Caderno de Imóveis no *Diário*. Aí Cacau e Jakaré<sup>201</sup> pediram para eu ir trabalhar, pois era importante fechar o Caderno. Foi quando me chamaram, eu entrei num carro da Polícia Federal, fui para *O Diário*, saltei, fiz o que tinha que fazer e voltei para a cadeia”. Dá para acreditar? Dias depois ele foi solto, o mesmo aconteceu com Paulo Torre.

Já Ewerton e Júlio não tiveram a mesma sorte. Os dois percorreram diversas prisões do país: Vitória, Juiz de Fora, DOPS do Rio de Janeiro. Não sofreram torturas físicas, mas receberam uma punição severa da justiça por uma simples manifestação. Por decisão da Primeira Auditoria da Aeronáutica do Rio de Janeiro, os dois pegaram seis meses de prisão<sup>202</sup>. Uma ironia política, já que a maioria dos universitários detidos em Ibiúna foram libertados, só as principais lideranças continuaram presas.

Os capixabas presos no Congresso da UNE foram soltos três dias após a passeata dos estudantes em Vitória. Um contingente<sup>203</sup> da Polícia Civil do Espírito Santo foi até São Paulo para trazer os estudantes. “Voltei para Vitória numa kombi. Logo que cheguei a Vitória o José Dias Lopes me trancou numa sala e me ameaçou. Ele disse que virava a minha cabeça do avesso, deu uns berros, me balançou com força, mas não me bateu. Falou que eu não ousasse falar nada para ninguém, aí saí de lá e contei tudo numa assembléia da engenharia logo depois, os estudantes estavam nos esperando na assembléia. Tenho a impressão de que o César não veio com a gente não, não me lembro dele na nossa kombi”, Jussara tem razão, César foi o único preso que não retornou para casa naquele dia. O motivo: queriam matá-lo!

---

<sup>201</sup> José Carlos Monjardim Cavalcanti e Fernando Jakes Teubner eram diretores do *Diário*.

<sup>202</sup> Ewerton acredita que sua condenação exagerada foi uma represália as denúncias que fazia contra o chamado Esquadrão da Morte, cuja liderança era atribuída a José Dias Lopes.

<sup>203</sup> Todos os policiais dessa caravana mais tarde foram envolvidos com o Esquadrão da Morte.

O plano era esperar alguns dias e trazer César num carro, sozinho. No meio da viagem entre São Paulo e Vitória ele iria ser eliminado, a justificativa seria uma falsa tentativa de fuga<sup>204</sup>. “Éramos vários universitários do Espírito Santo presos. Eles trouxeram todos, mas quando fui entrar no ônibus para vir para cá um delegado colocou a mão no meu peito e disse que eu só sairia depois. E eu fiquei preso. Foi graças a um companheiro da época que eles não fizeram o que queriam fazer comigo, me trazer num outro carro sozinho, para que eles pudessem me matar, alegando que eu havia tentado fugir”, afirma César em entrevista concedida no final da década de noventa<sup>205</sup>.

César escapou graças a Iran Caetano<sup>206</sup>, que na volta para Vitória pediu para ir ao banheiro de uma lanchonete na altura de Campos (RJ), cidade natal de César. Iran conseguiu despistar a segurança e entregou um papel com o nome de César Ronald para o caixa, explicou rapidamente a situação e pediu para aquele desconhecido encontrar os parentes de Ronald e avisar que ele estava preso e estavam tentando matá-lo. Deu certo! Graças a esse contato Dona Dalva – mãe de César – foi para São Paulo com duas missões: procurar o filho e levar sua quase nora, Zélia Stein, para longe do perigo que a seguia desde que deu aquela bolsada.

Naquele dia agitado da passeata, Zélia escapou de carro pela Avenida Jerônimo Monteiro para só voltar depois de 11 anos, em agosto de 1979. Ela queria apenas fugir da polícia, mas sem querer também perdeu o resto. A cidade inteira a procurava, ate as fofocas a seguiam. O rádio e a TV espetavam ainda mais o drama com avisos de que “a população poderia ficar tranqüila que a perigosa subversiva Zélia Stein iria ser presa a qualquer

---

<sup>204</sup> O pai de César confirmou essa história anos depois, quando um dos policiais do grupo que foi buscar os estudantes relatou que recebeu como missão matar César.

<sup>205</sup> Revista Capixaba Agora nº. 3, fevereiro de 1998.

<sup>206</sup> Na época, estudante de medicina que começou a participar do movimento estudantil em 1967.



momento”. Para se esconder disso tudo, o local escolhido foi uma casa em construção na então deserta Praia de Camburi. A casa não estava pronta para morar, assim como Zélia para sumir, mas era preciso deixar essas grandes coisas de lado e ainda controlar o medo do futuro.

A casa era da família de José Carlos Rizk<sup>207</sup>, e foi também de Zélia durante três longos dias. Uma moça que ela não sabe o nome levava a comida. Aliás, os nomes geralmente não eram ditos, era melhor assim, já que naqueles tempos a memória podia ser uma grande inimiga. Outro mistério planejado era o nome de quem a levaria embora para Campos (RJ), a única informação que conseguiu era de que iria de carona com um juiz de direito. Zélia saiu de Vitória numa mala de carro, sem poder sequer olhar a cidade uma última vez. Fugir deve doer!

A parada em Campos foi rápida, de apenas um dia. Zélia e Dona Dalva foram imediatamente para São Paulo. Lá descobriram que César estava no Carandiru, junto com outros 22 líderes estudantis. As visitas aconteciam as quintas e aos domingos e tinham apenas meia-hora. Essa convivência pingada perdurou por dois meses, até que um habeas-corpus libertou César na manhã do dia 12 de dezembro<sup>208</sup>, na véspera do AI-5. A liberação só aconteceu porque o diretor do presídio era civil, não sabia do conteúdo do Ato que seria assinado pelo marechal Costa e Silva no dia seguinte, uma sexta-feira 13.

Naquela primeira tarde de liberdade, César e Zélia foram para o cinema e a noite tomaram um ônibus para o Rio, onde César começou a atuar na esquadra militar do PCBR e os dois ingressaram de vez na clandestinidade. Enquanto isso, em Vitória, o paradeiro de

---

<sup>207</sup> Era estudante de Direito e dirigente do DCE na época. Hoje é juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-ES), em Vitória.

<sup>208</sup> César foi transferido do Carandiru para um quartel militar em Jundiá. A transferência aconteceu em novembro daquele ano em decorrência do reconhecimento de que César, e os outros 22 líderes, eram presos políticos.

Zélia já havia virado lenda. Diziam: foi assassinada, jogada de um helicóptero em pleno mar, foi suicidada, metralhada na fuga, morreu numa seção de tortura...

A chance desses boatos virarem verdade aumentavam a cada dia. O perigo ficou insuportável com a gravidez de Zélia e, principalmente, com a prisão do irmão de César<sup>209</sup> que podia não agüentar a tortura e entregá-lo a qualquer momento. O risco de ser encontrado era enorme, o que os obrigava a dormir em locais diferentes a cada dois dias.

Sem alternativa, César e Zélia deixaram o país com uma mala, pouco mais de 200 dólares e nada mais. Na noite do dia 3 de agosto de 69, eles deixaram Ana Patrícia, de três meses, com os pais de César e chegaram a Montevidéu (Uruguai) exatamente oito meses depois daquela tarde que passaram juntos no cinema. Eles agora eram exilados, exilados capixabas<sup>210</sup>.

## 4.9 Sexta-feira 13

“Não conheço Dom Hélder, mas eu avisei: vai fazer discurso em outro lugar, aqui não!” (LOPES, Christiano Dias. 10/10/2005)

A chuva venceu o fusca. Não havia como continuar. Era água demais. Era lama demais. Melhor não insistir. Uma pena perder logo aquela formatura, mas havia dois caminhões atravessados na pista. Como aquele era o único caminho até Vitória, o jeito foi

---

<sup>209</sup> Adelino Pereira Gomes Ronald era o encarregado de roubar carros para uma missão que iria “resgatar” armas de um quartel no Rio. Durante a fuga, Adelino parou o veículo exatamente na porta da irmã da pessoa de quem havia acabado de roubar o carro. A irmã avisou o dono do carro, que avisou a polícia, que o prendeu.

<sup>210</sup> Zélia e César ficaram casados até 1972, depois César seguiu para a Argentina e em seguida para a França, até voltar ao Brasil, em 1979, com a anistia. Já Zélia permaneceu no Uruguai por sete anos, se casou novamente e foi perseguida e torturada pela ditadura que se instalou no país. Fugiu para o México em 1976 e retornou ao Brasil no final de 1979. César hoje é médico em Campos (RJ), Zélia atualmente mora em Brasília e trabalha na Comissão Parlamentar do Mercosul.

voltar para casa e para as férias em Manguinhos. Era preciso aceitar a decepção e enfrentar o resto da noite sem televisão, sem a tão comentada colação de grau da turma de economia da Ufes e sem o pronunciamento das 22h30min.

Naquela noite de sexta-feira, 13 de dezembro de 1968, o ministro da justiça Luís Antônio Gama e Silva e o locutor Alberto Cury, em cadeia de TV, se revezaram na leitura monótona dos 12 artigos que compunham o Ato Institucional nº 5<sup>211</sup>, e também o ato complementar nº 38, que decretava o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado. A leitura não durou mais que cinco minutos, mas colocariam aquele dia na história.

Manoel Ceciliano de Almeida<sup>212</sup> (o Manoelito) adormeceu ouvindo a chuva que o impediu de chegar à formatura da turma da qual foi professor. Dormiu sem saber que ele e todos os cidadãos brasileiros não tinham mais direitos. Agora o governo podia cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos dos cidadãos, demitir ou aposentar juízes ou outros funcionários públicos, proibir manifestações contra o regime e suspender o *habeas-corpus* em crimes contra a segurança nacional – qualquer preso acusado de delito político podia ser mantido em regime de incomunicabilidade por dez dias.

No Espírito Santo o AI-5 começou a mostrar a que veio ainda nessa mesma noite, mais precisamente na colação de grau de uma turma que teve Rubens Gomes (o pai) como orador, Dom Hélder Câmara como paraninfo e o professor Manoelito como uma das poucas ausências

---

<sup>211</sup> O esboço do AI-5 foi rabiscado por Costa e Silva na véspera, ainda antes da decisão da Câmara de manter a imunidade de Márcio Moreira Alves, que no dia 2 de dezembro fez um discurso contra os militares que foi usado pelos generais como justificativa para a radicalização do regime. Na verdade, o Ato foi uma resposta a esquerda armada e a pressão pela redemocratização do país que tanto cresceram em 1968. As 11h do dia seguinte, 13 de dezembro, Costa e Silva acertou os últimos detalhes do Ato na 43ª sessão do Conselho de Segurança Nacional.

<sup>212</sup> Era professor da UFES e posteriormente foi reitor da Universidade entre 1975 e 1979. Hoje Manoel é reitor da Universidade de Vila Velha (UVV).

nas cadeiras do lotado Cine Juparanã<sup>213</sup>, no centro de Vitória. O fato de que Rubens Gomes<sup>214</sup> e Dom Hélder iriam ter um microfone a sua disposição já validava todos os presságios de que aquela solenidade seria muito mais que uma mera entrega de diplomas, e realmente foi.

Mas o barulho provocado pelos formandos de economia começou um pouco antes, desde a escolha do paraninfo. “Havia gente das forças armadas que tinham ódio de Dom Hélder. Ele criticava a revolução, achava que a revolução tinha que beneficiar o povo e não fazer repressão. E havia toda uma tentativa de impor a ele silêncio. Ficamos preocupados com o que ele falaria aqui dentro. Não se podia dizer que o paraninfo não seria esse. Houve tentativas, dissemos: olha lá o que vocês estão fazendo! Mas não adiantava”, lembra Manoelito.

Para a ditadura, Don Hélder tinha o exato perfil de um problema. Chamado pela direita de “Padre de Passeata” e até “Fidel Castro de Batina”, ele foi a maior figura política da história da Igreja no Brasil. Sua magra figura, sempre vestida numa batina folgada, era estimada pelo papa Paulo VI, admirada pela esquerda, símbolo do catolicismo dos humildes, forte articulador na CNBB<sup>215</sup>, onde foi secretário geral por 12 anos, arcebispo de Olinda e Recife<sup>216</sup> e o mais popular dos sacerdotes brasileiros. Por isso, sua presença no estado causou muito alvoroço.

---

<sup>213</sup> O centro de Vitória chegou a ter sete cinemas: o São Luiz, o Santa Cecília, o Glória, o Paz, o Jandaia, o Vitória e o Juparanã.

<sup>214</sup> Citado nos capítulos “1º de Abril”, “Ode à Liberdade” e também no prefácio assinado por seu filho, Rubinho Gomes.

<sup>215</sup> Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

<sup>216</sup> Don Hélder passou de seminarista a Bispo em apenas 29 anos. Aos 55 anos, foi nomeado Arcebispo de Olinda e Recife. Assumiu a Arquidiocese, em 12 de março de 1964, permanecendo neste cargo durante vinte anos. No dia 27 de agosto de 1999, Dom Hélder faleceu após uma parada cardíaco-respiratória.

Os poucos repórteres que conseguiram uma entrevista, tiveram que se acostumar com a presença dos policiais, que vigiavam cada palavra do bispo. Milson Henriques teve dificuldades para encontrar perguntas que Dom Hélder pudesse responder. “Fiz a entrevista com policiais perto de mim. Em algumas horas eu perguntava alguma coisa proibida e ele dizia: Milson, eu não posso responder isso! Então, de propósito, fiz uma entrevista bem banal, perguntando coisas óbvias como: qual é o seu ator favorito? Cantor predileto? Falei até sobre a jovem guarda. Depois escrevi a matéria falando que a entrevista foi feita com a presença de policiais, coloquei as perguntas bobas e fiz uma charge onde desenhei uma cruz tapando a boca de Dom Hélder. Não me lembro bem como, mas o desenho insinuava que essa cruz era a polícia e o governo”, lembra Milson, na época repórter de *O Diário*.

Claro que essa charge daria problemas, ainda mais naquela sexta-feira 13. Enquanto o jornal estava sendo finalizado com o desenho de Milson, Adam Emil Czartoryski, redator chefe do *Diário*, jantava na *Churrascaria Alasca* com sua esposa. O convite foi feito por Djalma Juarez Magalhães, diretor da *Tribuna*<sup>217</sup>. Todos os militares também estavam lá. Entre a picanha e o contra filé, Adam recebeu um convite suspeito do arquiteto Marcelo Vivacqua.

- Vamos comigo ao banheiro?

- Ao banheiro?

- Isso, ao banheiro!

- Tá.

Chegando lá a coisa piorou. Marcelo imprensou Adam num canto e disse:

---

<sup>217</sup> Djalma Juarez Magalhães foi diretor de *A Tribuna*, na época em que o jornal pertencia ao PSP de Adhemar de Barros, até ser vendida ao Grupo João Santos em 1969. Então Djalma foi demitido e fundou o *Jornal da Cidade* com a mulher Maria Nilce, que era colunista social e foi assassinada no começo dos anos noventa.

- O que o *Diário* vai publicar amanhã? Ouvi dizer que o exército vai lá às quatro da manhã!

- Não sei.

Alguns minutos depois outro convite para voltar ao toalete. “O professor Quintino Manoto, engenheiro da *Vale do Rio Doce*, também me chamou para ir ao sanitário, aí eu não estranhei tanto. Era a mesma coisa”, lembra Adam, que não sabia o que era tão comprometedor na edição daquele dia. O jeito foi deixar a esposa e a picanha na mesa e dar um pulo na redação. “O jornal estava começando a rodar. Eu cheguei e mandei parar tudo”.

- Jadir<sup>218</sup>, vê o que tem no jornal aí que vão prender a gente!

Encontraram a charge e a substituíram. Adam retornou ao jantar, comeu a picanha, levou a esposa para casa e voltou ao *Diário* para esperar a visita surpresa dos militares. Foi dito e feito, às quatro da madrugada o jipe do 3º BC chegou à sede do jornal, na Rua Sete de Setembro. “Eles olharam, olharam e pediram para usar o telefone. O oficial ligou pro Batalhão e disse: não tem nada aqui, o negócio furou!”. Essa foi por pouco<sup>219</sup>.

A presença de Dom Hélder no Espírito Santo também incomodou o Palácio Anchieta.

Até hoje Christiano Dias Lopes sobe a voz para falar da visita do Cardeal. “Não conheço Dom

---

<sup>218</sup> Jadir Gobbi foi gerente de *O Diário*.

<sup>219</sup> Assim como o *Diário*, diversos jornais de todo o país receberam a visita dos militares na véspera ou na noite do AI-5. No na manhã do dia 13 a *Folha de São Paulo* foi proibida de circular, e o *Jornal da Tarde* teve parte de seu conteúdo censurado, assim como o *Correio Brasiliense*. No Rio, *O Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil* circularam normalmente, mas na madrugada de sexta para sábado os censores chegaram aos dois periódicos cariocas para saber como andavam as notícias. Foi daí que nasceu a edição histórica do *Jornal do Brasil* do dia 14 de dezembro, onde os leitores mais atentos puderam perceber que alguma coisa estava fora do lugar na redação do *JB* e no país. Por exemplo, apesar do sol, a previsão meteorológica da primeira página indicava “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”, e na segunda página uma irrelevância: “ontem foi o dia dos cegos”.

Hélder, mas eu avisei: vai fazer discurso em outro lugar, aqui não! Eu vou fechar a Catedral! Cerquei a Catedral, e aí não sei pra onde foram, mas na Catedral não foi feito”.

O ex-governador está falando do culto ecumênico dos formandos de economia que seria celebrado na Catedral Metropolitana de Vitória, na quinta-feira à noite (dia 12), se a polícia não tivesse impedido. “A missa que ia ser feita por Dom Hélder na Catedral foi proibida. Eles chegaram e proibiram, não pode e pronto! O exército estava na porta da Igreja! Aí começou um clima de tensão, mas a nossa programação continuou.”, se recorda Antonio Caldas Brito, líder estudantil e um dos formandos daquela turma. Ele também se lembra que a celebração foi transferida para a Escola Técnica, com direito a folheto recolhido por agentes da polícia. “Foi um negócio engraçado. O pessoal foi distribuir o folheto para acompanhar o culto e a Polícia Federal apreendeu achando que estavam distribuindo panfletos comunistas”.

No outro dia os formandos tiveram um almoço com o paraninfo, claro que alguns comentários sobre o cerco a Catedral e os folhetos recolhidos surgiram, mas isso não impediu que o *Cine Juparanã* estivesse lotado naquela noite. A solenidade de colação de grau não se diferenciava das outras até o orador da turma fazer o seu discurso. Quem conhecia Rubens não se surpreendeu com o que ouviu, ele foi escolhido pela turma justamente pelo tom político e de liberdade que sempre acompanhou as suas palavras. “O discurso de papai foi totalmente socialista”, afirma Rubinho Gomes, que não pode escutar a ousadia do seu pai naquela noite, pois estava em um Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundários (Ubes), em Salvador.

Rubens foi muito aplaudido, mas dizer aquelas palavras em plena ditadura tendo a frente mil olhos de conhecidos e desconhecidos era uma exposição que ele sabia que tinha um

preço, o que não dava para imaginava é que ele iria ser cobrado tão rápido. Rubens foi preso por dois policiais à paisana assim que acabou o discurso e saiu do palco. Não houve tempo de reagir. Antes que os colegas percebessem ele já havia sido levado. “Quando soubemos que haviam levado seu Rubens ficamos sem ação. Só no final da solenidade foi que soubemos o que tinha acontecido”, lembra Antonio de Caldas.

Mas Don Hélder continuava ali, e fez um discurso onde disse todas as palavras que não pode dizer na entrevista dada a Milson Henriques. A fala do paraninfo não teve medo do futuro que poderia lhe encontrar logo depois dos aplausos. A prisão do bispo era uma possibilidade próxima, mas não aconteceu. Don Hélder teve apenas que ficar confinado na Arquidiocese de Vitória antes de retornar a Recife.

Naquela noite os formandos receberam o diploma e um canudo ficou sobre a mesa, o de Rubens Gomes. Mas não foi só isso que ficou para traz. A partir dali não havia mais resquício de liberdade nas ruas, teatros e redações. Nem os mais supersticiosos poderiam prever que aquela chuvosa noite de sexta-feira 13 iria durar mais que uma década pintada de chumbo, censura e dor.

Seu Lobo chegou!



## 7.6 Implementação

O desequilíbrio dos poderes foi gradativo no pré-março de 1964, e no pós também. Se antes o tamanho do Executivo podia dar a vitória ao comunismo, depois era solução para mantê-lo derrotado. Se antes o Legislativo não funcionava por indecisão, agora não funcionava por decisão militar – a Casa de Leis virou ilegal. O judiciário também perdeu gradativamente o espaço, enquanto os empresários ganharam o seu.

Claro que todos esses antecedentes e posteriores não aconteceram de uma vírgula para outra. Para começo de conversa, não foi nada simples sustentar a áurea de legalidade depois de passar por cima dela. O processo de constitucionalização demorou três anos para chegar no papel, mas nem o carimbo do Congresso conseguiu afastar a crise de legitimidade que perseguiu o Estado de Segurança

Nacional<sup>220</sup>. O motivo: a legalidade não era mais um limite, contudo a justificativa para ultrapassá-lo. Nos seus quatro primeiros anos, o ideal militar democrático motivou a cruzada que o afastou da democracia – os meios afastaram os fins.

O que se viu foi uma roda de ações-motivo de vencedores e vencidos. Os dois lados eram provocados e provocadores, mas só um o dono do desfecho. O AI-5 decretou o fim da oposição, e não só a das ruas e do Congresso. Passeatas escondidas dentro da própria caserna também foram paralisadas. Na verdade, essa “sujeira” interna e externa começou a ser varrida bem antes daquela sexta-feira treze de 1968.

A eliminação dos inimigos entrava em conflito com os ideais democráticos ainda nos dias que se seguiram ao golpe de abril. Estava criada a controvérsia: a repressão necessária para assegurar o golpe

---

<sup>220</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru-SP: Edusc, 2005, p. 65.

também remava contra ele. Ao todo, “50 mil pessoas foram presas no país a pós os primeiros meses de tomada de poder”<sup>221</sup>.

Denúncias de tortura encabulavam o marechal Castelo Branco ou o perfil do Marechal Costa e Silva. O desconforto do cargo que assumia era claro: excessos punitivos não poderiam ser maiores que seus motivos. Além disso, a função presidencial se equilibrava em tensões diversas. O perigo de um contra-golpe era um boato que impunha respeito. De um lado, não se podia manchar a biografia da revolução, seria imprudente fazer isso antes de consolidá-la de alguma maneira. Muito menos se podia descuidar de um inimigo vencido há tão pouco tempo. Por outro lado, os generais de linha dura e suas soluções para limpar (de vez) os derrotados eram cartas a serem lidas, mas segui-las a risca poderia custar a legitimidade da revolução. E ainda era necessário governar para consolidar seu próprio governo ou, conforme prometido, reconduzir o país para outro. Como se vê, a posição de Castelo era dúbia. De quem ele era representante: do povo? Dos quartéis? Da burguesia? Da democracia? Dele mesmo? São

---

<sup>221</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru-SP: Edusc, 2005, p. 72.

diversos nortes para quem sequer havia lutado em posições que não exigem farda.

Para Carlos Fico, a literatura que cerca Castelo de perfil benevolente não condiz com o resultado de seu mandato. Se o general presidente governou para retomar a normalidade do país, seu governo foi um fracasso. É fato que Castelo “não conseguiu interromper a temporada de punições revolucionárias<sup>222</sup>”, mas, segundo João Alberto Martins Filho, ele não queria interrompê-las. O cientista social aponta que o general não foi mera marionete dos outros generais no processo de endurecimento do regime. Sendo assim, o resultado de seu mandato não pode ser considerado um fracasso de suas posições<sup>223</sup>.

O saldo entre abril de 1964 e março de 1967 teria sido uma opção. Um aprova: já sem as pressões envolvendo as eleições de outubro de 1965, o presidente aprovou tanto a Lei de Imprensa quanto

---

<sup>222</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 43.

<sup>223</sup> REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru-SP: Edusc, 2004, p. 130.

a Lei de Segurança Nacional. João Alberto admite que os generais “radicais” apressaram os planos Castelistas, porém defende que esses também seriam planos Castelistas. Segundo o pesquisador, o AI-2 não foi uma derrota palaciana, mas uma medida dupla: fortaleceu o governo e acalmou os colegas inquietos.

Essa oposição entre militares moderados e duros foi atenuada durante o governo Costa e Silva. E o embate político continuou com outros atores. A oposição mudou, ou melhor, se dividiu. A morte de Castelo enfraqueceu os Castelistas e os novos oficiais palacianos não foram tão solidários com a linha dura como essa esperava. O segundo presidente militar podou o prato que o elegeu. “Ao invés de expressar a ascensão dos coronéis de linha dura, vai justamente defrontar-se com tal corrente como sua principal adversária”<sup>224</sup>. “As mãos com que Costa e Silva manipulava a anarquia durante o governo de Castelo atrapalharam-se quando chegou a sua vez de segurar o trabalho”<sup>225</sup>. Além disso, a linha dura era radical e não homogênea. Ela não era

---

<sup>224</sup> REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru-SP: Edusc, 2004, p. 133.

<sup>225</sup> GASPARI, Hélio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 279.

Costa e Silva, tampouco foi organizada por Costa e Silva, apenas se alojou no entorno dele<sup>226</sup>.

O historiador Carlos Fico acredita que essas forças militares internas em rota de colisão foram decisivas no desdobramento das ações dos generais presidentes. Posições e oposições da caserna permeiam decisão políticas daqueles tempos. Sendo assim, a “história do regime militar (...) [pode ser entendida como] a trajetória do surgimento, consolidação, institucionalização e decadência da linha dura<sup>227</sup>”. As medidas do Executivo que nasceram desses embates internos de comando se manifestaram à nação pelo mecanismo dos Atos Institucionais.

Foi por meio dos Atos se deu à tentativa de institucionalizar o regime. Por meio deles se tentou eliminar qualquer pedaço de oposição política, econômica e social. Não por acaso, a operação-limpeza foi autorizada pelo AI-1, assinado apenas oito dias após o

---

<sup>226</sup> Setores inquietos da caserna também se agruparam em torno do general Albuquerque Lima. Assim, uma configuração de conflito que se esboçou nas eleições militares de 1969.

<sup>227</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 43.

golpe. Eliminar o “inimigo interno” foi o primeiro tópicos da cartilha da Doutrina de Segurança Nacional a ser colocado em prática pelo governo militar. O problema é que a defesa da Segurança Interna dotou o Estado de ilimitados mecanismos de repressão e também de amplas justificativas para tais medidas. A partir daí, todos os cidadãos eram considerados culpados até que provassem o contrário.

(...) a rigorosa manutenção da Segurança-Interna é missão comparável à defesa do país da ocupação de um exército estrangeiro. Além disso, o caráter oculto da ameaça torna praticamente impossível estabelecer limites para as ações repressivas do Estado e dos poderes militares (...). Desse modo, a responsabilidade pelo controle das atividades subversivas ou revolucionárias dota as forças militares de poderes praticamente ilimitados sobre a população.

É evidente que semelhante doutrina põe em risco a defesa dos direitos humanos. Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades são consideradas permissivas ou intoleráveis, não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa, ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que sejam mantidos na Constituição, tais direitos formais só existem, na prática, segundo o arbítrio do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional.

Para encontrar os inimigos internos era preciso saber onde eles estavam. O Sistema Nacional de Informação (SNI) foi feito justamente vigiar as atividades da oposição. Ele foi à primeira base

legal da Doutrina de Segurança Nacional, solidificou a base do sistema repressivo que se desenvolveu com o tempo. O Projeto de Lei que o criou encaminhado a Câmara por Castelo e recebeu o apoio da maioria dos deputados, coisa que garantiu que suas raízes fossem constitucionais. Cabia a esse órgão tanto coletar informações quanto atuar na propaganda política do governo – as prisões e torturas eram feitas pela polícia política, ou seja, por divisões de segurança como o sistema Codi-Doi (Centro de Operações da Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações).

A historiadora Maria Helena Moreira Alves, afirma que o SNI era quase tão importante quanto o próprio Executivo<sup>228</sup>. Ao mesmo tempo, fortalecia esse poder, já que os demais não podiam fiscalizá-lo. Seus chefes eram os prováveis nomes a sucessão presidencial. Foi assim com os generais Garrastazu Médice e João Batista Figueiredo. À frente do SNI, antes de ser presidente, Médice transformou o órgão de assessoria em uma “instância consultiva, capaz de vetar nomes

---

<sup>228</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 65.



cogitados para cargos públicos<sup>229</sup>”, uma “agência de espionagem dos cidadãos<sup>230</sup>”. Foi dirigindo o SNI que Médici propôs, logo após a Passeata dos Cem Mil, que o então presidente Costa e Silva utilizasse um instrumento semelhante ao AI-5 para frear as ruas do país – a resposta foi “não”. Apesar da negativa, a solução proposta pelo órgão exemplifica como ele havia “endurecido”.

O SNI também funcionava como voz autorizada da revolução, coisa que atenuava as divisões presentes nos quartéis. As divergências internas foram eliminadas a partir do final dos anos sessenta, as externas também. A “utopia autoritária” foi engolida por militares e civis pela mesma razão: concordância ou medo. E nem mesmo a força que colocou a revolução na constituição apagou uma mancha democrática nos órgãos de ação do Estado. Parte da ação desse era ilegal. A “comunidade de informações” tinha ascendência constitucional, mas a polícia política e seus mecanismos, não.

---

<sup>229</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 79.

<sup>230</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 86.

O Estado de direito legal não apagou todo regime de exceção revolucionária. Mecanismos de opressão foram originados de “diretrizes secretas do Conselho de Segurança Nacional e de autoridades especialmente designadas pelo presidente da República. (...) A existência de ‘poderes revolucionários’ de alguma maneira ocultados, ou vergonhosamente admitidos, que explicava a ‘institucionalização do regime’, sendo a mais conhecida a de Costa e Silva, que tentou fazer uma nova constituição. Tais propostas de ‘institucionalização’ em geral significavam, apenas, a incorporação ao texto constitucional dos poderes excepcionais contidos nos atos institucionais”<sup>231</sup>.

## **7.7 Limpeza**

Atos institucionais foram promulgados com o objetivo de disciplinar o país. São o resultado do embate das forças internas do regime. Buscaram consolidar o novo Estado. Neutralizar o legislativo.

---

<sup>231</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 82.

Acabar com a oposição. Atender os desejos do capital internacional. O tamanho da reforma necessária para tais intentos permeia os militares no dia seguinte ao golpe. Como as eleições presidenciais estavam marcadas para novembro de 1965, o primeiro passo deveria ser adotado rápido. Precisavam realizar os expurgos políticos de abril e junho de 1964, e nada mais.

O calendário apertado foi delimitado no primeiro Ato Institucional, promulgado por ministros militares no dia nove de abril. Para atenuar o prazo curto foram criados alguns atalhos. Lavar o país só seria possível com leis acima das dele. Assim, o Executivo roubou os poderes dos outros poderes. Pelo menos por sessenta dias, o Brasil havia roubado o direito dos brasileiros.

Os poderes do Legislativo foram limitados drasticamente. A degola começou no prazo imposto aos trabalhos dos deputados. Agora eles só teriam 30 dias (depois 40) para discutir qualquer emenda constitucional do novo presidente – que ainda não havia sido

escolhido. Na verdade, o fantasma nem de longe era o relógio imposto pelo Executivo.

As decisões da Casa de Leis não seriam pautadas pelo expediente disponível, a maioria e a minoria eram números perfeitamente maleáveis, e isso independia de prazos. Era a suspensão da imunidade parlamentar que colocava o resultado do Legislativo ao gosto dos generais. Oposições indesejáveis poderiam ser afastadas cassando parlamentares que as defendiam. Foi esse Congresso cuidadosamente depurado que votou por Castelo Branco presidente.

(...) embora o principal alvo fosse o partido de João Goulart, o PTB, o PSD também foi atingido na tentativa de romper a coalizão PTB-PSD e intimidar os restantes parlamentares liberais, reduzindo-os à passividade ou tornando impotentes seus protestos. Desse modo, a política de cassações teve duas importantes funções: intimidou o Congresso com o “efeito demonstrativo” do que poderia acontecer aos que se rebelassem e reduziu significativamente as possibilidades de coalizão parlamentar entre os dois principais partidos, o PTB e o PSD. Note-se que a UDN<sup>232</sup> foi totalmente poupada dos expurgos. Como partido extremamente conservador, ela fornecia a principal base de apoio político parlamentar do novo Estado<sup>233</sup>.

---

<sup>232</sup> A conquista da UDN foi dificultada por Carlos Lacerda, que almejava a presidência e combatera com veemência a extensão do mandato de Castelo Branco.

<sup>233</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 76.

Os deputados não eram a única peça que poderia ser arreada às políticas de intensificação de repressão. O Congresso era perigoso como o povo que representava. Assim, mecanismos de controle também foram destinados ao campo social. As prisões logo acovardavam os “Caetanos” dentro das universidades, sindicatos e federações. Professores e membros que exerciam liderança nesses atores de ação de massa foram presos. Evitava-se assim que viessem a usar sua força popular contra o regime. As principais vozes desses conjuntos foram neutralizadas, mas o potencial de representatividade desses espaços, não.

Além da vida dessas organizações ser importante para manter a sensação de democracia no país, seu mecanismo de criar nortes e ideais coletivos era valioso aos anseios do governo. Era preciso ter os sindicatos nas mãos para controlar os empregados. Prejuízos dos direitos e salários dos trabalhistas em barganha ao investimento estrangeiro era futuro próximo. Por isso, as estruturas foram institucionalizadas, e suas (suspeitas) cabeças originais foram substituídas pela língua dos generais.

Também era preciso censurar os meios de comunicação, que influenciavam diretamente a divisão dos brasileiros. As manchetes deveriam trazer as decisões palacianas indolores como elas não eram. Isso era vital para a estratégia, pois custo coletivo perante as decisões governamentais seria incômodo insuportável se o barulho da mídia fosse peso contrário. Claro que a repressão só teve seu auge de atuação após 1968, todavia, no governo de Castelo Branco, qualquer manchete incomoda era incomodada. A censura não era proibição oficial, mas sabia-se que havia margem para apagar as palavras do jornal apesar delas não estarem entre as proibidas pela Constituição.

“Há alguma discussão sobre a intensidade e a sistematicidade da censura desse tipo em relação aos quatro anos posteriores ao golpe de 64, mas a afirmativa de que não houve censura da imprensa nessa fase é quase uma ingenuidade, pois os generais-presidente não demandavam tanto esses serviços, haja vista a impressão geral de que a intervenção poderia ser breve. Houve problemas na área, como demonstra o fechamento do Correio da Manhã, e a estrutura de imprensa existiu quando necessária, mas de maneira episódica. da representatividade”<sup>234</sup>.

---

<sup>234</sup> FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 87.

Fato é que os jornais aplaudiram o primeiro de abril, mas o nove de abril não foi recebido com a mesma gentileza. A sensação era de pacto quebrado. Os atenuantes começavam na troca da base da própria democracia. O texto do AI-1 define que a autoridade não vem do povo, mas do exercício de *facto* do poder. “A reação da imprensa foi quase unanimemente negativa. E, com efeito, o Ato Institucional nº 1 rompeu o apoio tático à coalizão civil-militar, dando origem à dialética Estado/oposição”<sup>235</sup>.

Os expurgos dos tempos de AI-1 também foram aplicados na burocracia civil. Cargos do Estado deveriam ser ocupados por amigos do regime, e nada mais. Logo, eliminou-se a oposição e as cadeiras foram dadas a pessoas identificadas com as políticas do novo Estado. O desejo em retirar homens ligados ao governo anterior, demonstra o interesse em modificar as bases político econômicas. Tanto que as áreas mais afetadas foram os “Ministérios de Obras Públicas, Trabalho

---

<sup>235</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 65.

e Fazenda”<sup>236</sup>. Ter força de ação nesse campo era mecanismo para implementar as medidas que encheram o capital internacional de cantadas, e baratearam a mão de obra brasileira.

A aliança entre capitães de Estado e multinacionais internacionais e locais já era prevista nas diretrizes que regem a ação do governo militar. Princípios da Doutrina de Segurança Nacional e Controle Econômico são interligados, não pode haver Segurança Nacional sem um alto grau de econômico. Assim, uma severa política de crédito com o setor privado, redução do déficit governamental, e uma política de controle salarial foram implementadas. O fim do crédito prejudicou as empresas brasileiras, o que permitiu que as multinacionais comprassem empresas falidas, e, de lambuja, pagassem empregados que ganham menos, tem menos direitos trabalhistas e, legalmente, são proibidos de fazer greve.

O tapete vermelho estava a postos para o investimento estrangeiro. E a porta de saída para alguns companheiros de farda. Os militares tiveram que cortar parte de sua estrutura para manter a

---

<sup>236</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 76



unidade, ou pelo menos tentar fazer isso. Os expurgos visavam oficiais de influência que resistiram à conspiração que venceu João Goulart.

O mecanismo que cassava civis, políticos ou de militares eram os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que foi previsto no AI-1 e baixado posteriormente por Castelo Branco. Com eles a atuação de prender, interrogar e acusar ficava a cargo dos acusadores. Mas as resoluções e apontamentos dos generais não necessariamente viravam condenações na justiça.

O Judiciário limitou a ânsia de cassações. Como a apreciação dos casos ao tramite jurídico constitucional não foi vetada, decisões dos recém criados tribunais militares passaram a ser costumeiramente revogadas pelos tribunais civis. Tal coisa estabeleceu um crescente confronto entre “estrutura legal e tradicional e estrutura paralela extralegal”<sup>237</sup>.

---

<sup>237</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 69.

A lei também incomodava a linha dura em outro aspecto: a validade do tempo legal para as cassações sumárias terminava no dia 15 de junho de 1964 e o governo de Castelo Branco iria até 31 de janeiro de 1966. Em julho de 1964 o mandato do general foi prolongado até 31 de janeiro de 1966, mas nem a permissão para ações sumárias contra o inimigo interno ou a vigência do AI-1 não foram alterados. Eram esses vazios que irritavam a linha dura. Os mecanismos da revolução acabavam antes dela e, para piorar, havia uma eleição no meio do caminho.

Em outubro de 1965 seriam realizadas eleições para governadores de 11 estados – na época não havia coincidência de todos os mandatos estaduais do país. O presidente afirmou que o calendário eleitoral previsto na constituição de 1946 seria mantido. Obedecer a constituinte não era caminho que a linha dura queria seguir. Era complicado perguntar qualquer coisa aos cidadãos logo depois de terem seus direitos suspensos.

O desgaste legal provocado pelo AI-1 ainda era latente e, tanto a operação limpeza, quanto o programa de estabilização econômica, haviam criado mais indisposição representativa. Depois desses agravantes, o país poderia não se calar perante um terceiro. Por outro lado, os palanques poderiam virar teatro de protestos. E pior, qualquer excesso não poderia ser abafado, as regalias legais dadas do Executivo para o próprio Executivo não estavam mais disponíveis: como já dito, o AI-1 tinha prazo de vigência vencido.

Perder o pleito significava um golpe público na representatividade da revolução, e não realizá-lo também. Ou seja, os generais se dividiram entre duas derrotas. Perderiam legitimidade democrática proibindo as urnas. Perderiam força política se perdessem estados aliados com a ascensão da oposição. Costa e Silva ficou entre as insatisfações da caserna e o receio de ter aliados políticos cassados nas urnas.

Castelo Branco de repente se viu confrontado com a crise mais grave de seu curto governo. Como poderia manter o compromisso com a

democracia e ao mesmo tempo afastar as linhas duras que ameaçavam depô-lo?<sup>238</sup>

A derrota pelo voto não estava nos planos do presidente. Havia pequenas chances de vencer por mecanismos legais, o que pintaria definitivamente aquele governo de democrático. Entre a oposição interna e externa, o presidente ficou com a sorte. E tratou de dar um empurrão nela: a Lei de Inelegibilidade. A medida tentava atenuar a eminente crise política. O artifício foi promulgado para impedir candidaturas indesejáveis. Entre muitos candidatos da revolução, e menos candidatos contra revolução, teoricamente haveria maiores chances para os candidatos pró-regime. Errado.

A Lei se voltou contra seus legisladores, ao invés de diminuir a oposição, foi um dos principais temas das campanhas dos candidatos dela. Um de seus artigos proibia que ex-secretários de Estado de governadores suspensos ou impedidos se candidatassem, outro proibia a participação de políticos que “estivessem acusadas de crimes contra a ordem democrática e a propriedade pública e de abuso de poder

---

<sup>238</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 96.

econômico durante as eleições”. Aqui vale uma nota: a palavra usada é “acusado”, não “condenado”. Ou seja, suspeitas bastavam para o veto, decisões judiciais, não.

Por um lado o Estado precisava continuar invocando sua função legitimadora das eleições, vinculada a promessa de restabelecimento da democracia, que era, por sua vez, a justificativa original para a tomada do poder. Por outro lado, o Estado não podia correr risco de perder nas eleições – em qualquer nível –, pois sua política de repressão transformou as eleições em plebiscitos. Passou assim a reformular permanentemente a legislação eleitoral, para garantir que os candidatos indesejáveis seriam eliminados que os do partido governamental venceriam sempre. Ao fazê-lo, entretanto, o Estado subverteu a função legitimadora das eleições, diminuindo assim a cada enfrentamento eleitoral sua própria legitimidade<sup>239</sup>.

A oposição venceu na Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso, os estados mais importantes entre os que participaram. Peças-chaves da força local haviam sido perdidas devido às proibições impostas pela posição. Apesar disso, a atitude do governo foi criar outros vetos. Os candidatos só tomariam posse se os seus respectivos secretários de segurança fossem indicados pelo governo federal. Segundo Maria Helena Moreira Alves, o governo sabia da importância

---

<sup>239</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 106.

dessas forças. Afinal, foram as forças policiais a serviço de seus governadores que permitiram a vitória da intervenção de abril.

Obviamente, a oposição externa cresceu com o resultado do pleito, e a interna também. Os votos que derrubaram os candidatos militares eram agora motivo para derrubar os receios Castelistas. A receita sem Atos Institucionais se mostrara inviável aos olhos dos radicais, mas isso não era novidade. As pressões internas sobre os palacianos data de antes. Os generais dos IPMs encabeçaram o querenismo de um segundo Ato Institucional antes mesmo do fim da vigência do primeiro. Por isso o historiador Carlos Fico defende que as eleições de 1965 não foram a causa do AI-2, mas sim o pretexto que faltava para a decretação dele.

Há grande diferença entre acontecimentos fortuitos, imprevisíveis, que não obedecem a nenhuma lógica, e outros que, independente das circunstâncias, se vinculam a intenções, propósitos ou vontades dos sujeitos históricos em pauta. O endurecimento representado pelo AI-2 articula-se, certamente, ao episódio da eleição de outubro de 1965, mas não apenas. Ela também foi uma vitória parcial da linha dura, que promoveu intensa atividade de pressão, desde os meados de 1964 até a conquista do Ato, em outubro de 1965 (...). Não se trata de afirmar a existência de uma determinação férrea, nitidamente estabelecida, entre os integrantes da linha dura, como um desígnio claro ou maquinação

explícita. Mas é preciso destacar a lógica mencionada, pois a caminhada que levaria ao AI-5 não se fez as segas. A linha dura começou como um simples instrumento de pressão e, gradualmente, impôs a tese de que era inevitável um endurecimento do regime.

A vitória da linha dura se expressou no AI-2, e foi coroada com a eleição indireta de Costa e Silva para presidente. Castelo Branco não elegeu seu substituto. É bem verdade que ele até tentou pedir licença à constituição para impor medidas que abrandassem os radicais. Contudo, a emenda constitucional “que enfraqueceria o judiciário” e “limitaria ainda mais os poderes do legislativo” foi recusada. “Desta vez o Congresso, em geral obediente, rebelou-se”. Assim a medida foi feita com ônus à legalidade. O não do parlamento “forçou a mão da repressão<sup>240</sup>”.

As novas regras de cara mostravam que o trauma do voto tornou as eleições diretas um equívoco que não seria repetido. O poder do Executivo de fechar sumariamente o Congresso, as Assembléias Legislativas e as Câmaras de Vereadores vacinava o sistema de outras desobediências do Legislativo. Além disso, emendas constitucionais

---

<sup>240</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p 109-110.

propostas pelo presidente só precisariam de maioria simples para serem aprovadas, e não 2/3. O governo também voltava a poder utilizar a suspensão de direitos políticos ao gosto de suas necessidades.

A brecha proibitória que impedia IPMs de consumir seus veredictos foi impedida – não existia mais a possibilidade de recurso à justiça comum após o veredicto dos tribunais militares. Os partidos também foram extintos, todos. Para Maria Helena Moreira Alves, tal coisa desarticulou a oposição de forma dupla. De um lado enfrentavam o esforço de se rearticular em outra estrutura representativa, de outro se questionavam se isso teria algum resultado naquelas circunstâncias<sup>241</sup> - a Aliança Renovadora (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foram criados posteriormente, por um ato complementar.

O AI-2 foi assinado 24 dias após o pleito daquele de 1965, o AI-3 três meses depois. Ele foi feito para impedir uma outra eleição. Parte

---

<sup>241</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 114.



dos brasileiros deveria ir às urnas naquele ano. Os Estados que não haviam escolhido governadores deveriam fazê-lo agora. Mas, com o novo Ato, os caminhos agora eram indiretos. Governadores seriam eleitos indiretamente nas Assembléias Legislativas – por votação pública e nominal. Os prefeitos das capitais seriam indicados pelos governadores, só os chefes do Executivo do interior poderiam ser escolhidos por voto direto.

A eleição aconteceu para manter a máscara democrática. Consolidar esse teatro de legalidade seria fundamental nos meses seguintes, quando o regime sofreu novos desgastes oriundos dessa mesma necessidade de se fazer legal. Por isso a eleição foi feita. Foi feita sem seu maior perigo aos olhos da caserna: os eleitores. O receio de que o resultado de 1965 se repetisse fez com que os generais usassem de velhas e também novas parafernalias antivoto. A Lei de Inelegibilidade fez vítimas conforme suas conveniências. Uma outra decisão impediu que membros de um partido votassem em outros, coisa curiosa naquele momento histórico. Meses antes Castelo desrespeitou a aliança partidária, e agora pedia respeito à mesma.

Evocar a fidelidade partidária nas eleições poderia ser pedido sem força de barganha naqueles tempos, afinal, ainda não havia identificação sólida dos membros com os novos partidos – Arena e MDB. Obrigar o deputado a votar na sigla que foi compelido a estar poderia gerar ainda mais indisposição perante as legendas a que estavam presos. Forçar o voto anula a teórica liberdade de decisão que o faz democrático, o que justifica a possibilidade de desobedecer. O Congresso não representava sua própria vontade.

Assim, a desarticulação e enfraquecimento das funções parlamentares não impediram que essas se opusessem. Os poderes trocaram ofensas: o veto do Executivo resultou no veto do Legislativo. Os deputados (dos dois partidos) queriam apresentar propostas à constituição, queriam governar também. O resultado foi o fechamento do Congresso<sup>242</sup> - o não da Casa de Leis fez com que ela ficasse fora delas. E essa não seria a primeira vez que isso ocorrera durante o esforço do Executivo pela constituição.

---

<sup>242</sup> Ato Complementar nº 26, baixado no dia 20 de outubro de 1966.

A tradição brasileira do executivo em legislar data da primeira constituinte. Em 1824, Dom Pedro cercou e fechou o Congresso para que o livro de leis fosse feito só com as dele. Para inaugurar o ideal republicano, Deodoro da Fonseca também fechou o Poder Legislativo sem ao menos anunciar essa possibilidade em algum Ato Institucional inconstitucional. Em 1937 a constituição Polaca faz o mesmo, o medo do comunismo (Plano Cohen) justificava seu arbítrio ainda que aquele governo sequer tivesse data fixa para acabar – o partido comunista foi considerado ilegal na Constituição de 1946. Como se vê, essa não seria a primeira vez que o Livro de Leis era escrito com o fechamento de quem democraticamente é responsável por escrever nele. O fechamento do Legislativo permitia que os militares se concentrassem nas eleições de 1966, da qual a Arena saiu vitoriosa.

Paralelamente a toda essa inquietação e ansiedade, estabeleceu-se uma censura especial nos programas de rádio e de televisão contra os candidatos que pretendessem comentar certos assuntos, inclusive o recesso do Poder Legislativo<sup>243</sup>.

---

<sup>243</sup> PEREIRA, Osny Duarte. *A Constituição do Brasil de 1967*. Rio de Janeiro – RJ: Civilização Brasileira, 1967, p. 331. In ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 126.

Depois da eleição, o AI-4 reconvocou o Congresso para uma sessão extraordinária para discutir e ratificar a constituição. Mas “as normas estabelecidas invertiam o processo legislativo normal: o projeto seria adotado em sua totalidade, depois do que poderia ser discutido e emendado em determinado prazo. A debilidade da oposição ficou demonstrada ao aceitar ela tais procedimentos”.

A vitória da Arena [nas eleições de 1966], o fechamento do Congresso e o enfraquecimento geral da oposição deram ao Estado de Segurança nacional maior margem de manobra para formular a nova Constituição. Mas a ratificação do Congresso ainda era considerada importante para legitimar o documento, internamente e fora do país. O Ato Institucional nº 4, baixado em sete de dezembro de 1966, reconvocou o Congresso para uma sessão extraordinária. (...) [Mas] as normas estabelecidas invertiam o processo legislativo normal: o projeto seria adotado em sua totalidade, depois do que poderia ser discutido e emendado em determinado prazo<sup>244</sup>.

A Constituição de 1967 tornou legal muitas das medidas decretadas nos Atos Institucionais em caráter excepcional. Crimes de segurança Nacional seriam julgados por tribunais militares. O Executivo legislaria em matérias que envolvessem a Segurança

---

<sup>244</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 127 – 128.

Nacional e finanças públicas. Restrições feitas ao judiciário no AI-2 se tornaram constitucionais, bem como as eleições indiretas para presidente e vice-presidente. Além disso, agora cidades do interior que fossem consideradas áreas de interesse para a Segurança Nacional teriam seus prefeitos nomeados, deixando o município ao controle do exército. Benefícios ao capital estrangeiro também foram devidamente incorporados ao texto de leis. O modelo econômico foi institucionalizado. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi incorporado, e a idade mínima de trabalho foi reduzida para doze anos.

“O Estado Brasileiro estava quase que totalmente baseado no Poder Executivo. O Legislativo teve seu papel à regulamentação de projetos introduzidos pelo Executivo. O Judiciário perdeu seu poder de controle sobre os dois outros poderes”<sup>245</sup>. O poder revolucionário ganhava status de poder constitucional<sup>246</sup>.

## 2.8 1968

---

<sup>245</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 129.

<sup>246</sup> A imunidade parlamentar e garantias individuais, como *habeas corpus*, foram mantidos.

Após um ano movimentado, os acenos políticos militares indicavam compromisso de liberalização. A atenuação das coisas aproximaria a oposição para um diálogo com o Marechal de Costa e Silva, que assumiu o cargo no dia 15 de março de 1967. A repressiva legislação há pouco imposta poderia ser atenuada com uma interpretação branda das leis. “O governo estava pronto a oferecer concessões limitadas (...), em troca de um apoio limitado e de sua legitimação”<sup>247</sup>. É bem verdade que discordâncias foram postas na mesa de reuniões com o MDB, mas o que se seguiu não foi à devolução do poder aos processos políticos representativos normais. Se esse era o plano, ele não foi efetivado nos corredores de Brasília, e muito menos nas ruas do Rio de Janeiro.

A contradição entre a linguagem de consenso e diálogo e o aumento de repressão nas ruas anulou a legitimidade que se esperava obter com a promessa de liberalização. Como a “política de alívio” dependia de um grau de consenso impossível em condições repressivas, o Estado evoluiu para uma situação de crise interna e externa<sup>248</sup>.

---

<sup>247</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 138.

<sup>248</sup> *Idem*, p. 138.

Até aquele momento, as tentativas políticas da oposição haviam acabado em Congresso fechado. Mas os deputados do MDB se viram obrigados a acompanhar o clima das ruas, o que acabou por frear qualquer aproximação com o Executivo. O movimento estudantil, de trabalhadores e a Frente Ampla foram os focos de pressão que “inspiraram” o papel feito pelo parlamento, que denunciava a violência que tentava parar os anseios de liberalização.

Todas essas frentes tinham seus motivos. Estudantes foram impulsionados “pela resistência as demissões arbitrárias que de professores e as restrições impostas à autonomia universitária”<sup>249</sup> – a corrente mundial de protestos encabeçados por jovens também deve ser considerada. Os trabalhadores formaram grupos de oposição sindical, queriam de volta os cargos de liderança retirados anteriormente pelo governo, bem como uma melhor renda – em abril de 1968, as perdas salariais motivaram uma greve que teve adesão 15 mil operários. A Frente Ampla<sup>250</sup> era movida pela viúves de seus

---

<sup>249</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 141.

<sup>250</sup> No dia sete de abril de 1968, nota comunicava que o Ministério da Justiça proibia qualquer atividade ou publicação da *Frente Ampla* no território nacional e determinava prisão para quem fizesse o contrário. A atitude do governo de Costa e Silva contra o movimento liderado por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João

membros, que tiveram sua história política paralisada pelas regras do regime. Composta por mártires políticos, como Juscelino Kubitschek, ela tinha crescente (e perigoso) prestígio perante a classe média<sup>251</sup>.

No dia 28 de março, todas essas razões foram unidas por um gesso: a morte do secundarista Edson Luís num conflito com policiais, no Rio de Janeiro. Segundo Maria Helena Moreirira Alves, a morte do estudante “catalisou a indignação popular reprimida e resultou em demonstrações de massa que assumiram proporções de verdadeira rebelião social<sup>252</sup>”. A missa de sétimo dia do estudante terminou em conflito com a polícia carioca, o que acabou por angariar mais um apoio a oposição.

A violenta repressão nas missas levou a situação a um clímax. A igreja Católica se uniu à oposição para protestar publicamente contra a invasão do templo e o ataque premeditado a padres e fieis desarmados durante serviços religiosos. A firme posição da hierarquia religiosa propiciou uma aliança informal: os estudantes eram agora abertamente apoiados pela Igreja, a imprensa e, de modo geral, as

---

Goulart revoltou os meios políticos e mostrou que ali se iniciava uma nova fase de endurecimento. Mesmo com a proibição, dia 25 de setembro de 1968 os três mais importantes líderes do país selavam o *Pacto de Montevideu*, em que procuravam deixar de lado suas divergências e revanchismos para reconduzir o Brasil ao caminho democrático.

<sup>251</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 141.

<sup>252</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 143.



classes médias do Rio de Janeiro, que poucos anos antes haviam apoiado o golpe militar por medo de uma ditadura comunista<sup>253</sup>.

As manifestações de rua indicavam que o regime perdera o apóio da classe média e até de uma parcela da elite. Para uma Revolução que se considerava abençoada pelas marchas de 1964, a Passeata dos Cem Mil fora uma excomunhão. A base parlamentar de Costa e Silva, sustentada pelos sucessivos expurgos da bancada oposicionista, caminhava para a segunda metade do mandato com a antevisão de uma inevitável derrota nos grandes centros urbanos<sup>254</sup>.

A radicalização das ruas justificava a dos oficiais, a radicalização dos oficiais justificava a das ruas. Esse ciclo de provocações acabou por pressionar Costa e Silva de três lados. O Congresso trazia as ruas para o palanque político oficial, a aliança estudantes-operários exigia a volta à normalidade e o fim da repressão, e a linha dura lhe cobrava uma atitude radical para frear o país.

O cientista social João Roberto Martins Filho reforça o entendimento de que a insatisfação de parte da oficialidade foi decisiva nessa balança. Como Costa e Silva não estava ligado

---

<sup>253</sup> *Idem*, p. 145.

<sup>254</sup> GASPARI, Hélio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 309.

diretamente à linha dura que representou durante o governo Castelo Branco, agora sofria com a pressão dela.

Para quem olhava a crise de dentro do governo, a questão estudantil e mesmo o terrorismo eram apenas parte do problema<sup>255</sup>.

A crise estudantil inaugurada no final de março daquele ano veio apenas se combinar com a uma crise militar em plena evolução e que já tendia ao fechamento (...). Mesmo quando o movimento estudantil perdia fôlego, as pulsões pró-fechamento não arrefeciam<sup>256</sup>.

Entre os dias 2 e 16 de julho não acontecera nada de relevante na rua. A “evolução rápida dos acontecimentos” a que se referia o general ocorrera no governo. Costa e Silva resolvera admitir a hipótese de decretação de estado de sítio<sup>257</sup>.

O cientista político Thomas Skidmore afirma que mesmo com os amplos mecanismos que o Executivo aglomerava, a linha dura não via margem constitucional para combater a oposição.

A constituição de 1967 e as leis dela decorrentes, desatinavam-se a criar um governo forte juntamente com um resíduo de democracia representativa e de império da lei. Mas os movimentos de protestos colocaram o governo na defensiva. Por trás dos bastidores, a linha dura atacava os moderados por terem subestimado a oposição. A radicalização estava tomando conta dos oficiais de todos os níveis, agora os mais descrentes de todos os políticos. Este estado de espírito

---

<sup>255</sup> GASPARI, Hélio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 309.

<sup>256</sup> REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru-SP: Edusc, 2004, p. 135.

<sup>257</sup> Idem, p. 311.

era também alimentado pela irritação dos militares com sua perda progressiva de status e a implacável erosão de seus soldos<sup>258</sup>.

Apesar desses agravantes, curiosamente, os protestos Legislativos não eram censurados. Pelo contrário, foram amplificados pelos militares. Para partes da caserna, o alarde nas ruas e na tribuna Legislativa era mais que um problema - poderia ser o pretexto para a construção de um motivo para radicalização.

O discurso do deputado Márcio Moreira Alves foi transformado em panfleto interno distribuído a todos os comandos para reforçar uma ofensa comum aos grupos militares. Sua cassação foi pedida pelos generais, mas cabia ao Congresso aceitar a quebra de imunidade parlamentar ou não. A manutenção do privilégio do deputado foi o “Edson Luiz” que faltava a linha dura. O agravamento fabricado da tensão entre Legislativo Executivo foi a mola que uniu a caserna e permitiu o Ato Institucional nº 5. Somente uma grande crise política somada a agitação das ruas poderia criar tal justificativa.

No dia seguinte a votação, o ministro da justiça Luís Antônio Gama e Silva e o locutor Alberto Cury, em cadeia de TV, se

---

<sup>258</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 161.

revezaram na leitura monótona dos 12 artigos que compunham o Ato Institucional nº 5, e também o ato complementar nº 38, que decretava o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado. A ausência de um prazo de vigência para o Ato demonstrava que poderes extraordinários haviam se tornado ordinários.

O Ato Institucional nº 5 marca o fim da primeira fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional – o estágio de lançamento de suas bases. O caráter permanente dos controles a ele incorporados deu origem a um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo. O Ato Institucional fornecia assim o quadro legal para profundas transformações estruturais<sup>259</sup>.

Uma dinâmica de violência marcaria o período subsequente ao AI-5. A oposição pegou em armas para combater o regime, mas o aparato de repressão do Estado acabou por se fortalecer no embate. O AI-5 legalizava o ilegalizável, mas não havia sequer um ato do presidente para tornar a medida legal.

Mesmo não havendo decretação formal do estado de sítio no Brasil pós 1964, houve a censura da imprensa e das diversões públicas e a violação da correspondência. Como hipótese de reflexão, o AI-5 pode ser considerado a imposição, não declarada, de um estado de sítio.

---

<sup>259</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005, p. 165.

Para ser decretado, entretanto, precisava da ratificação do Congresso, que estava fechado. É oportuno pensar, contudo, que o AI-5 é anterior a essa emenda constitucional. Se aos olhos de hoje pode ser compreendido como um estado de sítio, nunca foi assim nomeado pelo governo que o concebeu, o qual, embora sempre tenha sido tão preocupado em legitimar desmandos, não deu ao seu mais duro ato o seu verdadeiro caráter, o que faz todo o sentido<sup>260</sup>.

---

<sup>260</sup> KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Bointempo, 2004, p. 110.

## **5. Considerações finais:**

No Espírito Santo, a descontinuidade de ação pública marca os anos entre as ditaduras do Estado Novo e a Militar – os partidos foram dissolvidos por Vargas em 1937, e por Castelo Branco em 1965. No início do processo de redemocratização pós Vargas, o Estado chegou a ter 31 partidos, mas logo a rotina política e as representação legal mínima exigida a nível nacional filtrou excessos numéricos. A organização partidária acabou dividindo o Estado em duas frentes. De um lado: a “Coligação Democrática”, formada por seis siglas (PSP, PR, PRP, PTB, UDN, PDC) e um nome: Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho), único a vencer o PSD (seu ex partido) nas urnas.

A força política desse plenário legislativo capixaba pode ser analisada em relação aos acontecimentos envolvendo justamente Lacerda de Aguiar. O então governador obteve duas vitórias na Casa de Leis, mas em seguida pediu renúncia do mandato. Deve ter tido um bom motivo para deixar o governo justamente quando teoricamente o tinha de volta nas mãos.

A renúncia de Francisco Lacerda de Aguiar é uma disparidade histórica que indica alguns caminhos. Sugere uma falta de credibilidade do carimbo legislativo frente ao martelo executivo dos generais, ou então um possível arranjo político que permitiu que Chiquinho lavasse sua biografia política (retiradas às acusações de corrupção) dando, em troca, o governo do Estado. Por mais que o PSD acusasse Chiquinho de janguista, ele havia passado pela intervenção militar de 1º de abril estando no grupo de alianças políticas de Magalhães Pinto, reconhecido baluarte da virada de mesa. Porém, nem essa credencial de nível nacional impediu o afastamento, provavelmente motivado pela força do PSD, ou pelo receio dos generais de ver no poder um governador populista que tinha maioria na Assembléia (30 das

43 cadeiras), ligação partidária com o PTB de Goulart, e uma amizade próxima com o ex-presidente.

O fato que um plenário legislativo até pouco antes de oposição (MDB) votou para homologar um nome da posição: Christiano Dias Lopes Filho, que acendeu politicamente: de deputado do PSD e principal opositor de Chiquinho para primeiro governador biônico do Estado.

O momento da burguesia também local pode ter sido mola importante nesse processo político. O capital mudava de mãos, mas o governo ainda não tinha mudado. No começo da década de sessenta, após anos de uma política imprecisa em relação à industrialização, o empresariado urbano via o governo investir em programas de incentivo para o campo. A antiga oligarquia perdeu dinheiro com a crise cafeeira, e sem incentivos, as lavouras tendiam a se esvaziar de eleitores, o que quebraria o mecanismo de dominação oligárquica que, até então, era vigente no Espírito Santo. A necessidade do capital urbano de uma política que o contempla-se gerou o buraco de representatividade ocupado por Christiano, governador de indústria que contou com o capital desenvolvimentista do governo militar para atender tal vocação.

Nesta período, o Espírito Santo entrou na rota dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, que estampou as manchetes dos jornais e camuflou a violência dos porões. O espaço político era substituído pelo ciclo econômico desenvolvimentista chamado de “Milagre Capixaba”, um milagre que teve como protagonistas os dois primeiros governadores indicados pelos militares no Estado: Christiano Dias Lopes (1967-1971) e Arthur Carlos Gerhardt (1971-1974) .

“É inegável o desenvolvimento econômico que os governos militares proporcionaram para o Espírito Santo, mas a conta foi muito alta. Anularam o Poder Judiciário e a imprensa. Sem esses dois instrumentos, a alienação política expandiu-se na sociedade (...). Era o sadismo de um lado e o medo do outro. O povo não podia pensar ou manifestar-se. O cercamento das lideranças, o aniquilamento político dos adversários do regime com mortes, desaparecimentos, torturas e ameaças alienaram gerações inteiras (...)” (Dailson Laranja, 2002).

Arthur Gerhardt toma posse no dia 15/03/1971 e no primeiro ano de sua gestão criou um distrito industrial batizado de Civit – Centro Industrial de Vitória. Christiano e Arthur formaram o arranjo de industrialização. Projeto que já chegou defasado no governo seguinte. Elcio Ávares (1975-1978) encontra o Estado com uma dívida de Cr\$ 300 milhões, segundo os jornais da época.

Esse caminho de incentivo urbano industrial foi delineado em 1966, quando Christiano assumiu o Palácio Anchieta, o mesmo pode-se dizer do quadro político. Os militares encontraram uma conjuntura de poder local com duas forças (PSD e Coligação Democrática). Com o afastamento do nome articulador da Coligação, e com a Assembléia engessada pelos mecanismos impostos pelo governo vigente, o Estado se assemelhou ao país, virou apenas decisão do poder Executivo. Se o Brasil fosse o Espírito Santo, medidas como o Ato Institucional número cinco não seriam necessárias. Claro que havia oposição, movimentos políticos clandestinos – a Operação Bandeirantes dissolveu um núcleo do Partido Comunista no Estado –, mas não havia um clima de instabilidade política como o que assombrou o país em 1968. Os estudantes também foram para as ruas de Vitória, mas não fizeram muito além de barulho.



O ambiente era controlado pela ação truculenta da polícia civil. Havia gente nas avenidas porque era permitido, porém, nunca houve força efetiva que ameaçasse a ordem pública, tampouco um movimento articulado que unisse estudantes e operários. No Estado, essas duas frentes estiveram juntas para pedir legalidade no dia da Intervenção Militar, nunca mais fizeram isso com intensidade. O próprio movimento estudantil se enfraqueceu depois que os Diretórios Acadêmicos foram fechados em 1969. Por essas características, a memória da força civil no Estado é mais feita de histórias pessoais do que de manifestações de massa.

A verdade é que Vitória era uma cidade jovem demais. A universidade era jovem, só agora o café deixava espaço para a urbanidade crescer. Em meio ao êxodo rural provocado pela crise cafeeira, os operários estavam preocupados em não ficar desempregados, tipo de obrigação prática que afasta o compromisso com tensões políticas. A classe intelectual não era um problema, já que não tinha grande peso de representatividade perante a população. As vendagens de jornal da época cresciam quando havia algum criminoso de moda, não quando apareciam tensões políticas. Falando em imprensa, essa não incomodou, não foi combativa. Os repórteres, no máximo, eram muito mais esquerdistas que as matérias que escreviam. Se houve algumas páginas raras de oposição ao governo, essas foram fiscalizadas pela censura (que batia ponto nas redações), ou até pela autocensura interna dos editores do jornal. Os movimentos teatrais e musicais tiveram seus momentos, mas só momentos. A Peça Arena Conta Zumbi trouxe um texto de protesto para capital, já os festivais de Música Popular organizados entre 1968 e 1972 não trouxeram canções de contestação.

Os acontecimentos capixabas são divididos em três frentes de força: a política, a econômica, e a social, incluindo-se nessa última os movimentos artísticos, estudantis e o trabalho da

imprensa local. Ações do governo capixaba acompanharam o tramitar nacional, mas nem sempre as peças políticas se movimentaram por interesses iguais. Enquanto os generais buscavam “legalizar” o Regime Autoritário, as forças políticas locais se empenharam em empurrar seus adversários contra a Revolução. Essa caça as bruxas é reflexo de uma força econômica que mudava de mãos. Era o tempo do crepúsculo da oligarquia local. O café foi substituído pelas industriais. Isso deixava uma vitrine política sem dono. O embate se deu no intuito de ocupar esse espaço. Claro que nesse meio tempo ocorreram atitudes sociais. Festivais de música, peças de teatro e protestos estudantis tomaram as ruas e palcos de Vitória, porém, nenhum desses chegou a realmente interferir no andar do Palácio Anchieta.

A ordenação das idéias e o intercambio de pontos de vista dispares desnudam os elementos necessários inclusive para continuação do trabalho, quem sabe em outro degrau acadêmico.

## 9. BIBLIOGRAFIA

1. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauro-SP: Edusc, 2005.
2. AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
3. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. 20. ed. São Paulo: Vozes, 1985.
4. BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*, Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992.
5. CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder: de 1964 ao AI-5*; prefácio de Merval Pereira. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
6. CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina e SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
7. \_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 1994.
8. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro (org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: Edisc, 2002.

9. CONTREIRAS, Hélio. *AI-5 A opressão no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
10. CONY, Carlos Heitor; VENTURA, Zuenir e VERISSIMO, Luis Fernando. *Vozes do golpe*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
11. COTTA, Pery. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.
12. FRANCISCO C. Weffort, organizador. *Os Clássicos da Política, 2*. São Paulo: Ática, 2006.
13. FERNANDES, Florestam. *Brasil em Compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
14. FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
15. GABRECHT, Ana, PEREIRA, Valter Pires, OLIVEIRA, Ueber José. *Ditaduras não são eternas: Memórias do golpe de 64, no Espírito Santo*. Vitória: Flor e Cultura, 2005.
16. GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
17. GASPARI, Hélio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

18. GORENDER, Jacob. Op. Cit. Pp. 41-42. In FICO, Carlos. *Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
19. GURGEL, Antônio de Pádua (Org.). *Memória Política do Espírito Santo*. 1. ed. Vitória: Contexto Jornalismo e Assessoria Ltda., 2000.
20. \_\_\_\_\_. *O Diário da Rua Sete: 40 versões de uma paixão*. 1. ed. Vitória: Contexto Jornalismo e Assessoria Ltda., 1998.
21. JUNG. C. G. *Presente e Futuro*. Petrópolis:Vozes, 2008
22. REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru-SP: Edusc, 2004.
23. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
24. LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
25. LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
26. \_\_\_\_\_. *Páginas ampliadas*. Barueri: Manole, 2004.
27. \_\_\_\_\_. *O que é livro reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

28. REIS, Fábio Wanderley. *O Golpe e o cálculo. Folha de São Paulo, Jornal de Resenhas*, 10 de maio 2003.
29. SCHAYDER, José P. *História do Espírito Santo. Uma abordagem didática e atualizada 1535-2002*. Campinas: Companhia da Escola, 2002.
30. SILVA, Hélio Ribeiro da, *Golpe ou Contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
31. SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.
32. STEPAN, Alfred C, *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
33. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
34. MARTINS, Luciano. *A Geração AI-5 e o Maio de 68. Duas manifestações intransitivas*. Rio de Janeiro:Argumento, 2004.
35. MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo possível*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1995.

36. VENTURA, Zuenir. **1968**: O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

37. KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – jornalistas e censores do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Bointempo, 2004.

## 7.0 ANEXOS:

### 7.1 Depoentes: micro-perfil e ficha de áudio.

**Adam Emil Czartoryski:** entrevista concedida em 29/08/2005.

**Mini-perfil:** Atualmente aposentado, foi redator chefe do jornal O Diário, e repórter de rádio.

Tinha boa relação tanto com políticos quanto com jornalistas da época. Vivenciou a censura dos meios de comunicação locais no dia da decretação do Ato Institucional número cinco.

- **Ficha de áudio:**

**Arquivo 1:**

**6min:** Esteve em Moscou no 1º de maio no ano de 1959, era funcionário da rádio E. Santo e pediu o auditório da rádio para falar da viagem aos companheiros. O governador vetou. Fez uma carta aberta para o governador que saiu na capa do Diário.

**8min:** Demitido em 1964.

**9 min:** Convidado por Edgard dos Anjos a ser editor chefe do Diário. Lá encontra Rubinho, Milson, Rogério Medeiros, Paulo Torres, Erly dos Anjos, uma turma de universitários de esquerda.

Todas as noites iam para a redação dois militares: Mazieiro e Romão. Pegava a papelada de agência e dava para eles lerem. Depois vieram os avisos proibindo alguns assuntos. O pior período foi o do auto-censura (12 mim). Sempre defendi a notícia. Além disso, quase todas as noites parava um camburão e chamava para ir ao BI, eu aguardava e não era nada. Você nunca sabia o que ia acontecer. Isso é uma forma de tortura.

**18 mim:** “Recebi a informação de que a Policia estava prendendo umas freiras. Conseguimos tirar uma foto disso, foi para a primeira página do Diário. NO dia seguinte todo mundo foi para o BI”.

**23 mim:** “Essa não foi a única vez, numa outra oportunidade o Cardeal Câmara veio a Vitória e justamente nesse dia, Djalma Juarez



Magalhães estavam oferecendo um jantar na churrascaria Alasca, ao lado da prefeitura. Todos os militares estavam lá, fui com minha esposa. O arquiteto Marcelo Vivacqua me chamou para ir ao banheiro. Lá ele me pegou no canto...

- O que o Diário vai publicar amanhã, ouvi dizer que o exercito vai lá 4 da manhã?

Logo depois o professor Quintino Manoto, engenheiro da Vale, também me chama para ir ao sanitário, aí eu não estranhei tanto. Era a mesma coisa.

Eu procurando o que podia ser e não entendia. Fui pro Diário e o jornal estava começando a rodar. Eu mandei parar tudo. O Jadir vê o que tem no jornal aí que vão prender a gente?

Era o Padre Câmara com um esparadrapo na boca em forma de Cruz. Botei outra charge. Morava na Praia do Canto, deixei a mulher em casa e fiquei esperando os militares chegarem. O oficial ligou pro BI e disse: não tem nada aqui, o negócio furou... Alguém lá de dentro falou. Até hoje não sabemos quem é”.

**32 mim:** “Mirian Leitão trabalhava na rádio E. Santo e foi presa. Eles me chamaram para demiti-la. Eu não demiti! Ela sofreu várias formas de tortura lá dentro e depois foi para o Rio. Era muito complicado você trabalhar em jornal”.

**36 mim:** “No dia 31 de março fiquei ouvindo rádio, sempre tive mania de dormir de rádio ligado. Estava ouvindo rádio e percebi que havia uma movimentação fora do normal de tropas. Eu era da assessoria do Chiquinho e entrava lá relativamente cedo. Hélio Dórea era meu vizinho de prédio de baixo, tinha combinado que eu e minha mulher íamos com ele para a praia. Quando cheguei no Palácio que tive a dimensão. Havia uma passeata nas ruas, da janela do Palácio a gente via a passeata. No Palácio a movimentação era ainda maior, reuniões e coisas acontecendo. O Governador era chamado ao telefone em ligações interurbanas, Brasília, Rio, São Paulo. Já no dia 1º os estivadores colocaram pedras e madeira nas ruas para interromper o trânsito. Fiquei no palácio o dia e a noite inteira. Logo depois chegaram emissários da turma vencedora e soubemos qual lado ia vencer. Chegaram os militares do BI lá no Palácio”.

**Arquivo 2:**

“O Chiquinho no dia 1º era uma pessoa muito tranqüila, um político extremamente tranqüilo. Não mudava nem a expressão do rosto. Quando viu a manifestação, chegou a sacada, falou algumas palavras e pediu que fosse formada uma comissão que ele iria receber.

Realmente ouvi uma ligação do Golbery. Que deve ter recebido a ligação é o telegrafista Valter Silva, foi uma mensagem telegrafada. Disse que estava ao lado da Escola Normal Pedro Segundo”.

**4min30seg:** “Encontramos Chiquinho. Fomos jantar no apartamento e depois fomos ao jogo ver Flamengo e disse que gostaria de voltar ao governo do estado. Isso antes da Revolução”.

**6min30seg:** “Ela era muito hábil, ele não se chocava.

Lembro de uma passagem. O comandante do BI chegou no Palácio de roupa de combate acompanhado de oficiais procurando o governador. Eu pedi que o comandante entrasse, mas ninguém sabia do governador. Aí chegou o Junquilha, era ajudante de ordem e hoje é coronel reformado. Ele disse que passou na Praça oito e Chiquinho estava lá conversando.

Chegou o governador.

- Mande chamar.
- Como vai tudo bem, aquela vaquinha malhada deu cria...
- O comandante queria falar de uma passeata dos bancários, falar da manifestação da greve dos bancários.
- Chiquinho desarmou o Coronel.

Havia certamente alguns favorecimentos, mas pessoalmente eu sempre tive o governador como uma pessoa honesta, nada me fez pensar o contrário”.

**11min30seg:** “O Castelo Branco veio, houve um banquete no Palácio e Castelo fez um discurso extremamente favorável ao Chiquinho. Muito sabiamente o assessor de Chiquinho botou aquilo no mimeografo e distribuiu no estado todo, aí ficou complicado cassar o homem. Aí inventaram essa situação de renúncia, a pressão foi para ele renunciar. Ele comentava sempre com aquele ar dele”.

**15min48seg:** “Christiano foi muito independente, soube fazer um bom governo. O ES passou por uma reestruturação total, o governador carregava um travesseiro e dormia no carro, foi um governo de muito trabalho. Ele mecheu em tudo, ninguém tinha hora par almoçar e nada”.

**18min30seg:** Sobre o Esquadrão da Morte: “Em momento algum o José Dias Lopes ou o Christiano me pediram alguma coisa”.

**23 mim:** “Christiano [Dias Lopes] queria que tudo fosse apurado. Mas um mérito ele tem, se podia dormir de porta aberta na época dele aqui no estado”.

**28mim30seg:** “A gente tem que se colocar no momento. Os estudantes tinham razão de fazer as passeatas, mas o governador tem que cuidar do patrimônio público. Podem acusar o governo de ser agressivo e os estudantes de ser agressivo. Algumas vezes as coisas extrapolam, a gente tem que sempre se colocar e ver em que circunstâncias as coisas aconteceram. E o julgamento só a história faz”.

**31mim:** O fechamento da união dos estudantes.

**32mim:** O Governo do Arthur [Carlos Gerhardt] foi bem mais tranquilo.

**Antonio Caldas Brito:** entrevista concedida em 29/05/2005.

**Mini-perfil:** Membro do Partido Comunista Brasileiro, foi preso na passagem da Operação Bandeirantes pelo Estado. Participou das passeatas políticas em Vitória. Em 1968, convidou Don Hélder

Câmara para ser paraninfo de sua turma de formatura, que se graduou em cerimônia realizada na data de decretação do Ato Institucional número 5.

- **Ficha de áudio:**

Rubem Gomes fez barreiras e barricadas no porto para impedir o Golpe.

**1min30seg:** No dia do golpe fomos pra UEE e passamos a noite lá. Todo mundo acreditava que havia como resistir.

**4min30seg:** Estávamos organizando uma passeata, mas vimos que não tinha jeito. O plano era ir pra rua com os trabalhadores.

**6min30seg:** Passeata de Edson Luiz (em Vitória).

**13min50seg:** Passeata dos 100 Mil (Rio de Janeiro).

**16minseg:** Biótipo da turma de economia que convidou Don Hélder Câmara para paraninfo em 1968.

**17min:** A escolha de Don Hélder.

**18min30seg:** Rubens Gomes (pai) era líder da turma. A missa foi proibida.

**19min30seg:** “No culto ecumênico distribuimos folhetos do culto e acharam que eram panfletos subversivos.

**20min28seg:** “É assustador proibir a missa de um bispo, o AI-5 estava ali. Foi muito engraçado a história do panfleto”.

**Antonio de Pádua Gurgel:** entrevista concedida em 28/02/2005.

**Mini-perfil:** Jornalista, atuou em periódicos locais nos anos sessenta e setenta. Organizador do livro “Diário da Rua Sete”, que engloba depoimentos de jornalistas locais que atuaram no extinto jornal O Diário. Além disso, como filho do principal deputado-estadual de oposição da década de sessenta, foi testemunha próxima das adequações legislativas que o Estado teve que passar após a ascensão do Regime Militar, bem como das pressões que o novo governo exerceu perante os opositores da Assembléia Legislativa.

- **Ficha de áudio:**

**05seg:** Cassação de Antonio de Papua Gurgel: “Dessde 64 o nome del figurava entre as listas de cassados”.

**2min:** Repercussão do golpe na Assembléia Legislativa.

**2min30seg:** A notícia da cassação.

**5min30:** Nova candidatura de Antonio de Pádua.

**7min:** A visita de Coronel Dilermando. “Veio tirar o Chiquinho”. A Comissão Processante da Assembléia contra Lacerda de Aguiar. Gurgel deu parecer contrário a cassação.

**10min:** Depoimento de Ferrinho.

**Cacau Monjardin:** entrevista concedida em 17/08/2005.

Jornalista e diretor comercial do jornal O Diário durante os anos sessenta. Tem conhecimento das forças de pressão dentro da redação do periódico, bem como das necessidades comerciais e de censura que permeavam a produção do mesmo. Foi um dos protagonistas de um famoso caso de censura interna do periódico durante as passeatas de 1968. Foi secretário de comunicação do último governador indicado pelos militares no Espírito Santo.

- **Ficha de áudio:**

**Arquivo 1:**

**2min:** Chiquinho e suas posições, a favor de Jango e da revolução. O pedido do perdão da dívida para Jango.

**3min:** O dia 31 de março de 1964: os caminhões parados com os 100 mil dicionários de Darcy Ribeiro patrocinado por Chiquinho.

**5min13seg:** O Diário, o jornal da revolução no ES.

**7min20seg:** Havia violenta censura, mas o Diário era alegre.

**8min40seg:** “O Caderno Comunista foi para a parede da casa”.

**9min30:** “Todos os jornais apoiaram a revolução. O Diário apoiava e criticava. Foram várias vezes a polícia federal, mas a carta dizendo que era o porta voz da Revolução”.

**11min20seg:** “Publicamos a doutrina da revolução”.

**12min40seg:** Censura: a notícia do atraso dos professores era “AI-5 é causa de atraso de professores”, por falta de espaço, saiu “AI-5 é causa de atraso”.

**15min40seg:** Censura. Festival de 1968, uma música censurada passou.

**16min25seg:** O Caderno Comunista achado antes de sair.

**24min57seg:** Mandavam as provas do jornal para censores.

**26min10seg:** Comemorando os 5 anos da revolução o diário fez uma serie de artigos que depois virou um livro.

**27min18seg:** “O complô para tirar Chiquinho do poder. Rolou até dinheiro. No primeiro governo Chiquinho distribuía dinheiro no gabinete”.

**28min33seg:** “As gatadas de Dequinha, até Chiquinho comeu, teve até tucano”.

**31min20seg:** “José Moraes, presidente da Assembléia em 67 recebeu a promessa de ter o governo do estado, mas deu Élcio”.

**34min17seg:** O telefonema do coronel mineiro e a adesão de Chiquinho a revolução.

**37min29seg:** Sobre tortura e amizade com os censores do Diário.

**40min:** Cassação de José Ignácio e Daílsom Laranja.

### **Arquivo 2:**

**4min55seg:** “Como definir o Chiquinho? A fazenda no interior, a mesa posta, homem simples, coronel do interior. Foi vítima, não merecia. Morreu sem que se provasse nada!”.

### **Arquivo 3:**

Entrevista com Carlos Lacerda

### **Arquivo 4:**

Esquadrão da morte.

### **Arquivo 5:**

O que dizia a capa do dicionário do Chiquinho, o telefonema. Depois Chiquinho até distribuiu o dicionário.

Narração do fato de 31/03/64. O Galax de Jacaré, a ida para a fazenda de estrada de chão. Chamaram a turma da fazenda para ajudar, e bobear ainda se encontra um dicionário desse lá. A Veja diz que Chiquinho ajudou na revolução.

Folclores sobre Chiquinho: sacos de bala na mala do carro.

**César Ronald:** entrevista concedida em 24/06/2008<sup>261</sup>.

**Mini-perfil:** Foi nesse contexto que surgiu César Ronald Pereira Gomes, um estudante de medicina que aparentemente apareceu do nada para se tornar um dos maiores líderes do movimento estudantil capixaba. Em 1964 César era militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Campos (RJ), no mesmo ano fugiu para Vitória para estudar e se esconder da repressão, mas não ficou quieto por muito tempo e logo começou a participar das atividades do diretório. Seu discurso inflamado foi peça fundamental na greve e também nas passeatas pela morte de Edson Luiz, e acabou lhe rendendo a vitória nas primeiras eleições diretas para presidente do DCE da UFES, realizadas maio de 68. Preso no Congresso de Ibiúna, foi solto um dia antes da decretação do AI-5. No ano seguinte passou para vida clandestina no Rio de Janeiro onde participou de ações armadas. Fugiu para o Uruguai no final de 1969. Atualmente exerce medicina na cidade de Campos (RJ).

**Cristiano Dias Lopes:** entrevista concedida em 10/10/2005.

---

<sup>261</sup> Áudio danificado.



**Mini-perfil:** Foi o primeiro governador indicado pelos militares no Espírito Santo. Sua ascensão política tem relação direta com a queda de Francisco Lacerda de Aguiar. Após lutar pela saída de Chiquinho, como era conhecido Lacerda de Aguiar, e se firmar como líder da Arena na Assembléia durante o governo de Rubens Rangel, não havia muitos empecilhos que o afastassem Christiano do cargo de governador. Mesmo com sua raiz petebista – alguns diziam que ele era cria de Getúlio – Christiano contou com a influência do deputado Cláudio Sarazate, conterrâneo e amigo do presidente Castelo Branco. Tinha também o apoio da bancada da Arena na Assembléia. Assumiu o governo no dia 31 de janeiro de 1967.

- **Ficha de áudio:**

“No dia da revolução era deputado estadual, liderava a ala do PSD na assembleia.

Houve realmente esse gesto do Brizola no rádio, mas o Frota não tinha nada a ver com isso.

Não houve resistência e nem Chiquinho focou do lado do Jango. Não sabíamos que Chiquinho ficaria do lado dos militares, tínhamos informações do 3º BC.

Houve um período que a bancada do PSD ficou decepcionada com os rumos da revolução do ES. Porque as forças militares insistiram em permanecer com Chiquinho no governo, e nós queríamos tirá-lo.

O grande adversário da revolução na Assembléia era Mário Gurgel, ele era do lado do Jango.

Houve um episódio que falaram muito contra mim. Os elementos que estavam procurando apoio do Castelo para manter Chiquinho fizeram um requerimento na Assembléia em homenagem ao presidente. Só a bancada do PSD foi contra, para que não houvesse coram tirei a turma do plenário. Não éramos contra o Castelo, mas queríamos tirar o Chiquinho. Aí ficamos marcados por ter ido contra o Castelo, quando fizemos isso por que queríamos ir contra o Chiquinho. O PSD era contra a revolução, porque em Minas o PSD foi contra. Nós não éramos de Jango, não éramos a favor da revolução. Até o Carlos Lindemberg foi contra. E

quando saímos do PSD para Arena Carlos e os pessedistas de Minas não entraram. Só depois que Carlos entrou, a meu pedido.

Antes do inquérito, as forças militares não queriam mexer no governo do estado.

- Mas o Chiquinho foi absolvido pelo inquérito?
- *Não, de jeito algum. Nem chegou a concluir o inquérito.*

O Ferrinho era um instrumento do Chiquinho para tudo aquilo que se acusava o Chiquinho. Ele era empreiteiro.

O comandante do 3º BC, o coronel Bandeira, era absolutamente imparcial nesse caso. Ele manteve tudo em calma, parece que tinha orientações para isso.

Os deputados foram chamados no 3º BC depois do golpe, agora, se o assunto era o Chiquinho ou a revolução eu não sei. Eu não fui chamado, porque eles sabiam que eu era contra ao Chiquinho.

O Castelo Branco mandou para cá o Coronel Dilermando. Em todas as vezes ele me falou que o Chiquinho estava por baixo. Ele era um cara reservado, nunca falou nada conosco, mas sabíamos que ele não queria dar trégua a Chiquinho. Foi aí que o PSD, na Assembléia, passou a ser mais revolução do que era antes. Porque tanto nos quanto só militares queríamos tirar o Chiquinho, mas os militares não falavam nada, ficavam caladinhos.

O Dilermando apurou as coisas e viu que a opinião contra Chiquinho era maior do que o apoio que ele tinha.

Desde o primeiro mandato eu era contra o Chiquinho, ele era do PSD, mudou de lado e venceu o PSD. Ele era contra o PSD, mas tratava todos muito bem.

Pode ir falar com o Paulo que ele tem coisas para contar pra você. Nos já estávamos esperando. Chiquinho saiu de licença e renunciou após a licença. Quem sabe detalhes disso e Setembrino Pelissari. Eu sabia que a carta renuncia estava com o presidente da assembléia.

- *Chiquinho era corrupto?*

- Ele já morreu, eu não vou falar isso não...mas honesto ele não era. Quer dizer, honesto na condução das coisas do estado. Isso eu posso afirmar que não era. Havia coisas erradas no governo dele.

- O senhor acha que houve um exagero na condução disso tudo, nas acusações? O senhor acha que ele merecia o que aconteceu com ele?

- Ele deveria ter saído sim. Ele renunciou, renunciou pressionado”.

**15min:** As passeatas.

**47min:** O coronel Vinícius.

**53min:** Havia militares que não queriam o Médici.

**47min:** As passeatas: “Não vai haver nada, não vai bater ou agredir ninguém. Vai pegar esses aqui e trazer para o palácio, depois digo o que eu vou fazer”.

**1hora2min:** “Veio aquele bispo. Não conheço Don Helder, mas eu avisei, vai fazer discurso no outro lugar, aqui não. Eu vou fechar a Catedral. Cerquei a Catedral, e aí não sei pra onde foram, mas na catedral não foi feito.

Eu sabia que o AI-5 ia ser pesado. Foi no dia da agitação do AI-5”.

“- O senhor sempre quis ser governador?

- Não, eu pretendia ser...

- O senhor gostaria de ser eleito diretamente?

- *Tanto faz, e eu fiz um governo popular. O que tava errado eu não deixava. Eu nem usava de força, eu avisava, sai da frente!”.*

**Fernando Jaques:** entrevista concedida em 22/08/2005.

**Mini-perfil:** Diretor comercial de O Diário, tinha relação próxima com o governador deposto, Francisco Lacerda de Aguiar.

- **Ficha de áudio:**

**Arquivo 1:**

História do dia 31 de março do jornalista Dalto, que mandou queimar os livros junto com os do governador Chiquinho.

**4min40seg:** Sobre a relação com Jango e Magalhães Pinto: “Chiquinho fazia jogo duplo!”.

**Arquivo2:**

Como era o Chiquinho.

**53seg:** “Ele não precisava roubar”.

**1min10seg:** Ferrinho foi preso e fez amizade com os militares.

**2min10seg:** Os outros botaram ele pra fora e ele acabou saindo.

**4min15seg:** Como você descreveria Chiquinho.

**6min10seg:** “Morreu injustiçado”.

**7min35:** O bispo falso.

**12min:** O mural do Britz Bar. “Nunca houve uma mulher tão boa quanto duas”.

**João Amorim Coutinho:** entrevista concedida em 31/08/2005.

**Mini-perfil:** Preso e torturado em 1972, durante a passagem da Operação Bandeirantes pelo Espírito Santo. Junto com sua esposa, foi torturado no Batalhão de Infantaria de Vila Velha.

- **Ficha de Áudio:**

**Arquivo 1:**

Sobre o Partido Comunista.

**Arquivo 2:**

O Golpe de 1964.

**2min:** professor de moral e cívica afastado.

**6min:** Durante as passeatas estava no Rio. No final de 1968 retorna para Vitória.

**6mine27seg:** O encontro com Laura Coutinho.

**8min20seg:** Reunião do PCdB na sua casa.

**9min39:** O medo de ser descoberto e os esquemas de segurança.

**15min:** O medo de ser torturado.

**24min:** Tortura.

**28min:** O momento da tortura.

**Arquivo 3:**

A dor da tortura.

**1min30:** Prisão em São Paulo.

**9min:** Encontro com Laura.

**Manoel Ceciliano de Almeida:** entrevista concedida em 25/10/2005.

**Mini-perfil:** Reitor de universidade particular em Vila Velha, já ocupou o mesmo cargo na Universidade Federal do Espírito Santo. Participou da política universitária local da década de sessenta.

**- Ficha de áudio:**

“Era moda convidar alguém para ser o paraninfo da turma,as vezes para tirar proveito. Tinha o baile e a formatura era solene. Nessa solenidade da formatura vinha o paraninfo, e o paraninfo falava. Bom, um das turmas convida Dom Hélder Câmara. Eu não tinha nada com isso, eu tinha que comparecer a congregação. Dei aula para essa turma, E eu tinha que sair lá de Manguinhos, onde eu estava de férias, e vir para formatura. Só que nesse dia choveu terrivelmente e quando eu cheguei no alto de Carapina para descer era tudo barro, tinha dois caminhões atravessando a estrada, não tinha como você descer. Eu voltei e vim embora pra casa, eu não fui a formatura de Don Hélder, eu não compareci lá.

Meu carro, um fusca, não passava não. Eu disse: ta doido! E voltei para casa.

Havia sempre essa história de fechar a Catedral, de repressão”.

“Negócio de Universidade para nós não existia, o negócio era a faculdade, a congregação tinha um poder muito grande. Porque ela elegia o diretor e um professor para o conselho universitário, que tinha o reitor”.

**13 mim:** “De que maneira eu vou reagir. Eu estou me formando e vou chamar Dom Hélder. Havia gente das forças armadas que tinham ódio de Dom Hélder. E Don Hélder criticava a revolução, ele achava que a revolução tinha que beneficiar o povo, não pra fazer repressão ou nada disso. E havia toda uma tentativa de impor a ele silêncio.

Ficamos preocupados com o que ele falaria aqui dentro. Não podia-se dizer que o paraninfo não seria esse. Houve tentativas, dissemos ‘olha lá o que vocês estão fazendo’, mas não adiantava isso.

Já havia o movimento de alguns padres. Os padres estavam assumindo posições políticas.

Depois os colegas me contaram que foi um negócio muito tenso. Será que vão prender? Será que não vão prender? Será que nos vamos sair daqui presos?

A colação de grau é o momento onde os estudantes viram profissionais, é um momento sério. Às vezes a gente falava, mas porque esse cara escolheu esse paraninfo. Havia toda uma preocupação, porque todo mundo reparava quem seria o padrinho, quem seria o paraninfo e o que o orador iria falar. Era um momento solene, e nesse momento solene iria sair todo mundo preso?

No outro dia o boato que ouvi foi que Rubens Gomes desceu preso, mas eu não estava lá, eu não vi, não assisti, não consegui passar por aquela lama!”.

**24min:** Alguém vai te prender. O professor que fugiu para Bolívia.

“Houve muita gente que foi presa. Muitos estudantes foi presos. Muita gente sofreu, entrou na clandestinidade, sumiu, fugiu do país.

**26min:** “O presidente da república mandava no governador.

**35 mim:** A abertura do DCE da Ufes, em 1979.

**38 mim:** O ônibus para os congressos. Todos parados.

41 mim: “Assim como Chiquinho, o reitor da Universidade Federal foi obrigado a renunciar. O reitor era Manoel Chavier Paes Barreto. Ele ar desembargador e diretor da universidade de direito, e depois foi a reitor. Aí num determinado dia ele foram chamado no 3º BC. O

diretor de administração ia passando e ele chamou para ir junto com ele. Disse: vamos comigo lá, para eu não ir sozinho.

Então chegaram lá. O que tinha havido era o seguinte: a Universidade Federal do Espírito Santo, ainda Universidade do Espírito Santo, o nome Federal veio depois numa imposição do governo. Bem, o reitor comprou máquinas de escrever para Universidade. Então as máquinas chegaram a noite e as caixas foram para o almoxarifado, que era embaixo do Colégio do Carmo – Sabe a história do Chiquinho com o Colégio do Carmo?.

Então alguém ligou para o BI dizendo: ‘Estão desembarcando, estão entrando na Universidade, aquela padre subversivo do departamento de cultura da Universidade estava lá, e eu viq eu ele estava recebendo metralhadoras e munição’.

Ele chegou lá e fica sabendo que alguém denunciou. Perguntou:

‘- Reitor, que história é essa do senhor estar recebendo metralhadora e munição?’

- Não sei de nada, você que é o reitor de administração explica pra ele!’

O reitor explicou.

- Ta certo, mas o senhor pode escolher. Ta aqui a sua renuncia ou a cadeia está ali do lado.

Ao houve a eleição de reitor e havia um nome imposto a ser eleito. Essa cara é eleito e o doutor Alaor era o vice. Ele tem dois derrames, não pode mais voltar, e o vice assumiu definitivamente, pois já havia passado mais da metade do mandato do reitor eleito. Alaor assumiu, ficou dois anos, e foi reeleito e ficou mais quatro anos”.

**57 mim:** Manifesto da volta da UNE

**Marcos Alencar:** entrevista concedida em 19/09/2005.

**Mini-perfil:** Participou da Ação Popular (AP) e chegou a ser vice-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE). Cronista desde os 20 anos, Marcos havia sido preso meses antes por causa de uma crônica em que brincava com assaltos a banco que os estudantes faziam no país, o texto foi publicado no jornal semanal O Debate, que



depois virou Jornal da Cidade. O título era Como Assaltar Bancos em Vitória. Era só uma brincadeira, mas Marcos ficou preso uma semana. Atualmente é um dos presidentes da TVE de Vitória.

- **Ficha de áudio:**

**Arquivo 1:**

A vinda de Don Hélder Câmara.

**2min:** O clima da turma, amigos que queimaram livros.

**3min20seg:** “Se dizia que a polícia tinha 80 homens, todos voltados para vigiar”.

**4min:** A crônica dos assaltos a banco que lhe rendeu uma prisão.

**13min:** Coisas curiosas do interrogatório.

**17min:** “Tam na minha casa fazer uma busca, o pôster do Ziraldo”.

**23min:** Os interrogatórios: viu agressão física.

**40min:** Viagem depois do casamento.

**50min:** Encontro em camburi para o Congresso de Ibiúna.

**Arquivo 2:**

**6min:** Tinha ficha limpa na polícia.

**20min:** General Darcy assumiu a direção da Gazeta depois da Intervenção Militar.

**Arquivo 3:**

Peça Arena Conta Zumbi, peça paulista montada em Vitória em 1966.

**4min:** Britz Bar.

**José Alcantra:** entrevista concedida em 19/08/2005.

**Mini-perfil:** Militar, serviu no batalhão de Infantaria de Vila Velha durante 29 anos, a maioria desses passados durante a vigência do Regime Militar.

- **Ficha de áudio:**

**Arquivo 1:**

Trabalhou de 48 a 77 no 3º BC, 29 anos. Começou como soldado e acabou como segundo tenente. Trabalhou de 48 a 77.

**1min47seg:** Como foi o dia 31 de março no 3º BC.

**5min30seg:** Todos ficaram em prontidão no 3º BC.

**8min10seg:** Guerrilha do Caparaó.

**10min47seg:** Tinha a turma especializada em se infiltrar.

**12min15seg:** Quando tinha algum estudante na minha guarda eu tratava bem (12, 15 min)

**13min18seg:** Lidava com estudantes, se lembra bem do Vitor Buaiz.

**14min45seg:** “Se houve selvageria contra eles eu nunca vi”.

**17min33seg:** “Eles eram penalizados, mas o que eu podia fazer”.

**18min40seg:** “Um ex-presos até me ajudou depois, sem ressentimento”.

**20min12seg:** “Se teve tortura, porque pode ter havido, eu nunca participei”.

**21min20seg:** Os presos políticos ficavam separados. Sempre em 3 ou 4 por quarto.

**22min50seg:** “A tortura é feita por pessoas especializadas, eu não era”.

**24min35seg:** Chamava uma presa de Caetano Veloso.

**26min10seg:** “Aconteceu focos de comunismo em Cachoeiro”.

**27min58seg:** O dia a dia dos presos. Tomavam Sol (27 e 58 mim)

**29min50seg:** “Haviam pessoas que passavam a noite no 3º BC interrogando. Tinha a equipe, eles eram dispensados e andavam a paisana”.

### **Arquivo 2:**

Festa da revolução no 3º BC.

**1min30seg:** “O percentual de pessoas torturadas foi pouco”.

**2min50seg:** “Eu era neutro, queria era cuidar da minha família”.

**5min45seg:** “Eu não queria tomar parte disso”.

**9min18seg:** “Haviam os voluntários, eu nunca fui voluntário”.

**11min:** “Claro que existiu repressão. A turma da repressão era fechada. O trabalho era feito coma polícia”.

**17min:** “O militar é humano. Eu sabia que eram comunistas, mas eram pessoas boas. Ficava com pena dos pais, mas tinha que cumprir a ordem senão era minha família que saia prejudicada”.

**26min40seg:** “O que era pra ser feito eu fiz, tenho orgulho de ser militar. Eu quero é paz”.

### **Arquivo 3:**

Levou material subversivo para o Rio de Janeiro

**5min30seg:** Descrição do 3º BC (5, 30 mim)

**Jussara Martins:** entrevista concedida em 12/10/2005.

**Mini-perfil:** Aluna de engenharia, líder estudantil, vice-presidente da UEE e, mais tarde, militante da AP no Rio de Janeiro. Hoje é professora universitária.

- **Ficha de áudio:**

**Arquivo 1:**

A Juventude Católica de Vitória.

**6min50:** O dia do golpe, muita gente na UEE.

**18min20seg:** Muita gente da primeira passeata foi presa.

**Arquivo 2:**

**12min30seg:** UEE e UNE na ilegalidade, só o DCE era legalizado e controlável.

**15min30seg:** Em 1967 dissemos que assim que comessem as aulas iríamos fazer movimento nos restaurantes universitários, foi articulado mesmo. O preço (16, 24).

**17min:** Congresso de UNE

**22min:** Edsom Luiz.

**27min:** Mudança de comportamento, rupturas culturais.

**36min:** Ibiúna.

**Marien Calixte:** entrevista concedida em 28/07/2005.

**Mini-perfil:** Entre os anos sessenta e oitenta: editor chefe de O Diário, A Gazeta e A Tribuna. Também secretaria de Cultura de Vitória nos anos setenta.

- **Ficha de áudio:**

**Arquivo 1:**

**4min:** O Diário era uma desorganização, não pagava ninguém.

**4min30seg:** Como acabou O Diário.

**5min30seg:** O Diário poderia ser maior que A Gazeta.

**6min30seg:** O Diário era uma rebelião permanente.

**8min20seg:** General Darcy assume A Gazeta após a Intervenção Militar.

**11min10seg:** A Tribuna – rotina.

**13min20seg:** “Chiquinho era o cara mais sabido, mas como administrador não era bom”.

**18min40seg:** “Todo mundo apoiou o golpe, havia uma ingenuidade generalizada”.

**19min40seg:** “O Diário era conservador mas era doido ao mesmo tempo”.

**20min:** Censores passaram a visitar a redação depois do AI 5 (General Luiz Edmundo era um deles). Ficaram amigos de vários jornalistas.

**22min40seg:** “Mandavam o carro e a gente mandava as matrizes, era mais fácil”.

**24min:** “Começamos a fazer auto-censura, uma faca de dois gumes”.

**25min20seg:** “Erivaldo Pelissari, pegaram ele no meu apartamento”.

**30min20seg:** Visita social dos militares ao jornal.

**33min17seg:** “Visitei todas as dependências do 3º BC”.

**Arquivo 2:**

**1min:** Ferrinho.

**5min20seg:** Corrupção no governo de Chiquinho.

**7min:** Nada ficou provado contra o Chiquinho.

**9min20seg:** Amizade de Chiquinho e Jango.

**16min10seg:** Militares visitam Chiquinho (governador).

**20min:** Chiquinho era um homem de fácil aproximação, se vestia só de branco.

**20min50seg:** Sessão Popular com o Chiquinho.

**23min50seg:** A Renúncia de Chiquinho.

**25min30seg:** “Chiquinho não traiu Jango”.

**26min:** Sobre Lacerda de Aguiar: “Não fez nada de importante, mas estava próximo aos pobres”.

**27min30seg:** “Ele não apoiava os militares e os militares não o apoiavam”.

**28min10seg:** Christiano Dias Lopes: “Um marco!”.

**30min:** O Diário e o governo de Christiano.

**36min30seg:** Paulo Viana Aguiar, filho de Chiquinho que mora em Guaçuí.

### **Arquivo 3:**

Como era a censura na Gazeta, tinha um quadro.

### **Arquivo 4:**

Bomba na Tribuna em 1981.

**2min:** Interrogatório.

**4min40seg:** Bomba no Jornal da Cidade.

**Milsom Henriques:** entrevistas concedidas em 24, 25 e 26/08/2005.

**Mini-perfil:** Jornalista, principal chargista do Estado entre os anos sessenta e oitenta, participou do movimento estudantil. Preso inúmeras vezes, participou de todos os movimentos culturais (teatro, música e literatura) da época.

- **Ficha de áudio: 24/08/2005.**

### **Arquivo 1:**

A bagunça acabava no Britz Bar.

**4min35seg:** Prisão no festival universitário.

**5min35seg:** Teve música de protesto?

**6min35seg:** Prisão num show depois de cantar.

**8min:** “O cara que mais me prendia era um ex-motorista de Getúlio”.

**8min50seg:** As dificuldades em fazer charge na época.

**9min18se:** Eu queria era ser livre, na esquerda também tinha vigarista.

**11min10seg:** É mais fácil alfinetar trabalhando num jornal de direita.

**13min25seg:** “Metia o pau no irmão do governador e ele me contratou”.

**14min30seg:** Prisão: o Berredo [de Menezes] só saía se eu saísse também.

**18min30seg:** “Todos sabiam quando eu estava preso por causa das charges que não saiam”.

**19min:** “Me convocavam só pra assustar”.

**21min:** “Preso na Fafi, onde haviam agentes assim como no Britz”.

### **Arquivo 2:**

“No dia do festival eu estava doidão”.

**47seg:** “Foi buscar Hermínio Depes de Carvalho e veio cantando a música dele”.

**1min:** Beth Faria chegando para o festival.

**2min:** “Martinho da Vila concorreu e a irmã de Nelson Nede”.

**2min36seg:** “Onde foi cada festival”.

### **Arquivo3:**

“Com olhar de saudade é legal, mas naquela época...”.

**1min40seg:** As coisas boas da Ditadura.

**4min10seg:** Como surgiu a idéia do festival.

### **Arquivo 4:**

Esteia dos mamíferos cantando Cosmorama Total de Chico Lessa e Ronaldo Alves

Durante a estréia uma performance de lutador de boxe

**2min35seg:** Todos tocavam a musica de todos. Meio Mastro ganhou e Aprígio venceu o primeiro festival como melhor interprete.

- **Ficha de áudio: 25/08/2005.**

### **Arquivo 1:**

1º festival de cinema capixaba. filme onde Milson era torturado.

**1min20seg:** Peça ‘Os homens verdes’. Duas peças de Amilton proibidas (1, 20 mim)

**2min45seg:** Paulo Autran, peça ‘Liberdade liberdade’.

**6min:** O convite de Christiano Dias Lopes. (6 mim)

**9min:** A locução do Festival de Música, feita por Castelo Mendonça, hoje nome de ponte.

**11min20seg:** Milson canta Meio Mastro, canção vencedora do primeiro Festival de Musica de Vitória.

**16min:** Martinho da Vila no segundo festival. Beth Carvalho veio no terceiro festival.

**Arquivo 2:**

Identificação de fotos de arquivo.

**Arquivo 3:**

Jack Palance, uma ator americano.

Andréia Pelissari, mulher do prefeito Setembrino.

**Arquivo 4:**

Passeata da morte de Edson Luiz, Milson foi preso por ter escrito um artigo no Jornaleco intitulado “Carta para a mãe de um menino morto.

**Arquivo 5:**

Passeata de Edson Luiz: “Havia uma união, era muita gente e com medo dos caras disfarçados. Era uma euforia e uma alegria. Os pais eram contra”.

**2min35:** Como foi a prisão, dialogo.

**3min10seg:** Presos de Ibiúna: “Já tinha medo por causa da casa que alugou para o amigo de Rubinho comunista”.

**6min50seg:** Solidariedade na Polícia Federal.

**Arquivo 6:**

4min50: Prisão na Fafi.

**Arquivo 7:**

3º BC: tortura e ameaça de fuzilamento.

**Arquivo 8:**

Encontro com o secretário de segurança José Dias Lopes (irmão do então governador Christiano).

- **Ficha de áudio: 26/08/2005.**

**Arquivo 1:**

Como Milson entrou no teatro de Arena.

**Arquivo 2:**

Explicando fotos

**2min:** No segundo Festival de Música, trouxeram os hippies que ficaram num casarão em frente ao Britz.



**4min:** Os hippies foram assistir o festival e polícia não deixava entrar, uma hippie grávida entregou o prêmio.

**Arquivo 3:**

‘Alto Lá Agression’, filme dirigido por Antonio Carlos Neves em 1968.

**2min30seg:** Arena Contra Zumbi, fala onde está o elenco hoje. A peça excursionou.

**4min50seg:** A Arena foi feita na antiga cozinha do Colégio, parede cheia de grafite, musical.

**5min50seg:** Como os escravos vinham nos navios.

**6min50seg:** O capitão Jon Bler, um dos personagens da peça.

**Arquivo 4:**

Festival de teatro amador.

**Arquivo 5:**

Teatro de Arena: peça Juventude de Raiva e Muito Amor

**30seg:** O nome Arena dava confusão.

**1min35seg:** A narração do Upa Neguinho, momento da peça.

**5min40seg:** A peça já estava liberada no Rio.

**7min40seg:** peça Juventude de raiva e muito amor.

**10min:** Peça beneficente para os cegos.

**19min:** Peça “Animais não desanimais”.

**21min40seg:** Peça sobre Maria Ortiz proibida.

**Arquivo 6:**

**2min40seg:** Peça ‘Os Homens Verdes’.

**4min30seg:** Peça ‘Como conquistar um coronel sem fazer força’.

**Arquivo 7:**

Chico Lessa e as músicas para o Festival.

**Arquivo 8:**

**3min30seg:** O mural do Britz Bar com notícias censuradas.

**5min30seg:** Prisão no Britz.

**6min40seg:** Máquina de escrever e textos censurados.

**Paulo Bonates:** entrevista concedida em 31/08/2005.

**Mini-perfil:** Psiquiatra, é ex-militante da Ação Católica no Espírito Santo. Participou de ações tanto em nível secundário quanto universitário. Testemunha da relação da Igreja com o Estado na época.

- **Ficha de áudio:**

**15seg:** no dia da Intervenção Militar estava em Manaus.

**1min20seg:** O pai, diretor dos correios, relatava visitas de militares ao seu local de trabalho. Eles iam buscar correspondência subversiva.

**2min46seg:** O Jornal do Grêmio Estudantil.

**4min20seg:** A Ação Católica. Paulo era coroinha da missa dos jovens de Vitória.

**7min10seg:** Pixações pela cidade.

**9min20seg:** O nascimento da União Estudantil Secundarista do Espírito Santo.

**18min:** Censura no Diário.

**20min30seg:** Passeatas de 1968.

**21min:** Recebeu uma missão de Jussara.

**23min54seg:** Passeata de Edson Luiz.

**26min40seg:** 'Invernada de Olaria', o pré-esquadrão da morte: grupo de policiais que assassinava presos.

**32min:** Estudantes presos na reitoria.

**37min:** O governador Francisco Lacerda de Aguiar.

**40min:** A árvore de natal do jornal O Diário e as brincadeiras na sala de impressão.

**Rubinho Gomes:** entrevista concedida nos dias 01 e 20/08/2005.

**Mini-perfil:** Rubinho Gomes é jornalista desde 1967, tendo começado em O Diário e passado por A Tribuna (Vitória), Jornal do Brasil (Rio), Última Hora e Correio da Manhã (Rio), Correio Braziliense (Brasília); foi editor dos alternativos Presença (Rio), A Raposa (Curitiba), A Ilha e Vitorianews; desde 1999 é um dos editores de A Gazeta.

**Ficha de áudio: 01/08/2005.**

**Arquivo 1:**

Onde foram organizadas as passeatas de 1968.

**Arquivo 2:**

**3min:** Reuniões do DCE.

**7min30seg:** Peça Arena canta Zumbi. “Era um auditório, arquibancadas de madeira. Foi feita com essa intenção. Eu era contra regra. Foi marcante. Não era ainda uma peça de repressão. O zumbi era mais da linha panfletária”.

**10min35:** Fafi.

**Arquivo 2:**

A localização das faculdades e os jornais de cada uma.

**- Ficha de áudio: 20/08/2005.**

**1min40seg:** Jango veio dar uma ajuda na campanha de seu pai (1, 40 min)

**7min15seg:** Eleição que elegeu Chiquinho.

**8min30seg:** O encantamento de Jango com o Espírito Santo.

**12min:** Férias na casa do presidente.

**12min:** O dia 31 de março de 1964.

**13min:** Os estudantes ocuparam a rádio Espírito Santo.

**14 min:** Deposição do governador Francisco Lacerda de Aguiar. Dilermando.

**40min:** Dia 31 de março de 1964. As prisões. Rubinho é Presidente da União Estadual dos Estudantes.

**26min:** A formatura do Rubens Gomes no dia do AI-5. Marcos Alencar e Antonio Caldas Brito formaram nessa turma.

**30min e 50min:** Passeatas de 1968, o funcionamento do DCE.

**33min:** O Teatro de Arena.

**15min e 35 min:** Congresso de Estudantes em Salvador.

**36min:** Passeata de Edson Luiz em Vitória (1968).

**25min e 40 min:** César Ronald, líder estudantil.

**44min:** Passeata da libertação dos presos de Ibiúna.

**25min e 54min:** Preso.

**13min e 56min:** O caderno censurado no Diário.

**Setembrino Pelissari:** entrevista concedida em 21/10/2005.

**Mini-perfil:** Setembrino era vereador durante o primeiro governo de Chiquinho,. No segundo, redigia os discursos do governador e era deputado e líder do governo na Assembléia legislativa. Enfrentou a oposição sistemática do PSD, particularmente do deputado na época, Cristiano Dias Lopes, líder da oposição. Foi prefeito de Vitória e hoje atua como advogado.

- **Ficha de áudio:**

Sobre o dia 31 de março: “Meses antes do movimento, o governador de Minas, Magalhães Pinto, fez uma visita ao Espírito Santo para inauguração de uma agência do banco Crédito Real, que era o banco do Estado de Minas. Essa visita foi também para ter a garantia de que o Espírito Santo estaria solidário com o movimento que viria e em caso de necessidade as forças de Minas usariam o Porto de Vitória. Chiquinho sabia que havia um alguma coisa acontecendo formando, mas o dia do golpe foi um imprevisto”.

4min: CGT, Confederação Geral dos Trabalhadores.

6min20seg: “Na noite do dia 31 para o dia 1º eu fui chamado no Palácio. Eu estava dormindo, era umas quatro horas da manhã. O governador convocou a mim e os outros auxiliares dele, o secretariado. Na época eu era líder do governo na Assembléia.

Encontramos no Palácio uma representação da CGT, que era representada por seu presidente Manoel Santana, e também outros elementos. Eles já estavam pedindo apoio do Chiquinho para Jango.

A notícia que corria era de que o exercito janguista de São Paulo, liderado por Amaury Cruel, iria encontrar as tropas de Minas e haveria um embate. Mas era só mais um boato, as 4 horas da manha ninguém sabia o que estava acontecendo de fato. Aí nos tentamos ligar para o Rio afim e ter alguma notícia. Nos queríamos saber o que estava acontecendo, porque nos não íamos dar um pulo no escuro também. E todo mundo em volta, o pessoal da CGT, todo mundo ali: deputados (um dos lideres do PTB).

Foi quando eu liguei para o Palácio das Laranjeiras e soube que Jango tinha dado no pé. Tinha saído de avião para Brasília e depois para o Rio Grande do Sul, onde o Brizola montava a resistência.

O Comandante do 38º BI, o coronel Newton Freitas, queria que o governador desse uma definição, pois ele havia recebido uma orientação de pedir a posição do governador, se ele apoiaria o movimento ou iria resistir. Então, havia necessidade de pronunciamento, e até as dez horas da manhã. O Chiquinho não falava nada. Mas ficou de se definir.

Aí o Chiquinho em pediu para fazer uma manifestação e apoiar o movimento revolucionário. O Chiquinho me chamou ainda de madrugada, antes dos estudantes chegarem. Se o Chiquinho não apóia ele seria deposto, como outros governadores foram. Nos estávamos no salão Nobre, eu fui para uma sala ao lado, da secretária de governo e escrevi rapidamente, eu tinha a noção do momento história que estávamos vivendo. Eu redigi então esse manifesto, que infelizmente não guardei.

Chiquinho era um homem de grande apoio popular, até hoje não apareceu nenhum líder no Espírito Santo com o apelo popular que ele teve. Tanto que ele foi o único que derrubou a corrente do PSD.

Nos viramos a noite lá. De dia chegaram também os estudantes e operários, que vieram pela Praça do Palácio, que ficava em frente da Assembléia. Mas não era muita gente não. O General Frota, que era deputado estadual estava nesse grupo, ele apoiava Jango, era do PSD, mas era mais de esquerda. Também estava o Rubens Gomes, pai do Rubinho. Todos querendo o pronunciamento. Em frente a praça que tem uma estátua de Domingos Martins mas se chama João Climaco.

Na sacada do Palácio que dá para antiga assembléia, tinha um alto falante. Os estudantes estavam chamando o Chiquinho lá foram então ele foi a sacada e leu esse manifesto, que foi lido em uns três minutos, no final ele foi muito aplaudido. O manifesto terminava dizendo que Nossa Senhora da Penha protegesse o estado e que Chiquinho estava com a legalidade, sob as bençãos de Nossa Senhora da Penha. Os militares estavam instaurando a legalidade, e os manifestantes queriam a legalidade, então o governador estava com a legalidade.

Esse manifesto foi mandado para o coronel Newton por meio de um emissário. O Coronel recebeu, leu e ligou para Chiquinho, que era seu amigo.

- Eu li o manifesto e....vou considerar que você está apoiando a revolução, vou transmitir para Brasília que você está apoiando. Mas, de que lado você está afinal?

- Eu estou do lado da Escola Normal, (que ficava a direita do Palácio). O exercito não chegou nem a ir para as ruas, houve apenas um problema, já depois do manifesto. Os operários e o pessoal do porto atravessou, interromperam a avenida Jerônimo Monteiro em frente a escadaria do Palácio com madeira, troncos. Chiquinho desceu pessoalmente, acompanhado por Elcio Cordeiro, que era deputado também, e mandou desobstruir, e o pessoal tirou. Chiquinho era um homem de grande coagem pessoal.

Aí veio o desenrolar de tudo. O pessoal que foi identificado como agitador foram presos. Correu o boato de que se formaria um movimento de reação do povo, eram muitos boatos. Depois disso o Chiquinhos e fortaleceu, tanto que o Castelo Branco, quando veio aqui, fez um discurso registrando que o Chiquinho tinha sido um governador que tinha apoiado a revolução. Isso antes dos escândalos”.

**22min:** Processo de Cassação de Francisco Lacerda de Aguiar: “O Exercito instaurou o IPM, chamado Inquérito Policial Militar. Ouviram Ferrinho, prenderam Ferrinho, e ele disse que foi coagido. Eles queriam chegar ao Chiquinho através do Ferrinho. Porque eu não sei!

Feito o IPM apuraram que havia corrupção no governo de Chiquinho. Esse processo de IPM aconteceu no auge da sua força da revolução. Eles pegaram esse processo e mandaram para Assembléia, e eu era

líder do governo na Assembléia, liderava cinco partidos, o Christiano liderava a oposição. O presidente da Assembléia era Adalberto Simão Nader, que era do PTB e da coligação que elegeu Chiquinho. Mas o exercito mandou isso pra lá e eles queriam com esse IPM cassar o Chiquinho. Queriam que a Assembléia cassasse o Chiquinho.

Eles foram lá entregar o IPM, fardados. Queriam que votasse aquilo ali na hora, não teria defesa e nem nada. Mas eu como líder do governo e advogado e líder do governo não podia concordar com aquilo, não se pode condenar ninguém sem uma defesa.

Eu era a favor da revolução, mas reagi contra, fiz um discurso contra pois o processo de casação estava sendo feito fora dos parâmetros da lei. Eu defendia um processo regular para aquela finalidade, para o impichment do governador. O processo foi lido, como toda matéria tem que ser lida na Assembléia. Então eu comecei a obstruir a leitura e atrasar.

Eu levantei a questão de ordem, de que o processo não poderia ser daquela maneira, que era necessário uma comissão conforme a lei previa e o Adalberto Simão Nader pediu 48 horas para analisar a questão de ordem e encerrou a sessão. Eu não sei como eu não sai preso naquele dia da Assembléia. Eu era a favor da revolução, mas não era para desrespeitar a lei”.

**30min25seg:** “Aí, devido a nossa resistência, veio ao estado o general Dilermando, isso mais de uma semana depois da instauração do inquérito.

Dilermando veio depois da resistência, o Christiano era a favor da casação imediata.

Dilermando veio para fazer o entendimento. Aí fomos convocados para ir ao 38º eu e Christiano. O encontro foi na casa oficial, do comando do quartel, onde o comandante morava. Eu não conhecia o Dilermando e ele foi muito simpático, foi providencial a vinda dele, senão as coisas iriam ficar feias.

Mas aí o meu irmão, Everaldo Pelissari, foi preso, na véspera do encontro com o Dilermando.

Correu um boato de que haviam dois agentes do SNI para investigar a ação do Exército, e meu irmão comentando isso com o Frota acabou

chegando ao 3º BC de que meu irmão estava espalhando esse boato, aí mandaram prender o meu irmão.

Quando eu soube que ele era procurado escondi ele até as seis da tarde, aí levei ele para prestar um esclarecimento.

Fomos até a casa de Comando, quem nos recebeu foi o Coronel Queiroz. Eu disse:

- Pronto Coronel, o sujeito que você mandou uma patrulha armada prender é esse rapaz aqui.

- Ah sim, vamos ouvi-lo então.

- Perfeitamente...

- Mas ele não ai poder ser ouvido hoje não, ele vai ter que ficar aqui hoje.

Isso me deu um ódio, eu disfarcei bem o ódio, mas meu irmão não agüentou não. Quando lembro disso em da vontade de chorar. Aí o meu irmão se virou pra mim e disse em voz alta: “Eu não disse pra você que siso era safadeza, que eles fizeram você me trazer aqui para e prender. Não se pode confiar nessa gente, eu servi aqui e sei como é isso aqui”.

Ele foi levado e botaram lê incomunicável num prédio daqueles. No dia seguinte eu soube que tinha um soldado na porta.

No dia seguinte fui visitar meu irmão cedo, antes do Dilermando chegar, mão não consegui falar com ele, ele estava incomunicável. Aí meu irmão me viu andando no pátio, fez o sinal, ele fumava nessa época, aí ele escreveu num maço de cigarro um bilhete pra mim, jogou, caiu no canteiro e eu peguei. Ele dizia que nem água tinha tomado, não tinha jantado e que de vez em quando o levavam para depor. E que eles queriam que ele dissesse o que ele não ia dizer. Eles queriam que ele dissesse quem tinha dito a ele que o pessoal do SNI estava lá, mas ele não dedurou a fonte dele. Ele concluía assim: como eles não podem te prender, eles querem te coagir para você ceder na Assembléia. Ele dizia, não ceda, não ceda!

Eu fui pra lá umas oito horas da manha, umas dez horas mais ou menos chegou o Coronel Dilermando numa Kombi. Falei com ele, fomos apresentados e ele marcou uma reunião para a tarde, depois da reunião que ele teve com Christiano, líder da oposição.

- Deputado, eu estou aqui para encontrar uma solução para esse problema.



- O Coronel, eu só converso com o senhor sobre o assunto depois que os enhor mandar soltar o meu irmão.

- Seu irmão ta preso?

Aí expliquei pra ele.

- Só tem conversa com o senhor depois que o senhor mandar soltar o meu irmão.

- O senhor confia na minha palavra?

- Acho que vou confiar sim.

- Então vamos conversar que até a noite o seu irmão estará em casa.

- Até a noite?

- Até a noite!

- Tudo bem.

Conversamos, e eu expliquei que não era contar o processo, mas sim contra a forma com que ele estava sendo feito. Existe uma lei para isso, e a revolução não revogou essa lei.

Aí ele marcou uma reunião com todo mundo, foi para o quadro negro, fez uma exposição. Aí ele foi um cara 100%, disse: vamos proceder como manda a legalidade, vamos fazer o processo dentro da lei. Os deputados do PSD tomaram um susto!”

“Aí constituíram uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta por José Morães, Lúcio Merçon e Mário Gurgel, indicados por mim, na bancada do governo, e o PSD indicou o Christiano e o Francisco Shuats, que eram da bancada da oposição. A presidência ficou com Zé Moraes e a relatoria com Mário Gurgel. Quando se instaurou a comissão e o processo estava regular eu fui para o plenário da Assembléia e disse:

- A partir de agora, cabe ao governador provar a sua inocência.

Aí veio o julgamento, mas a pressão dos militares continuou em cima dos deputados. Eu tinha 32 deputados, e a cada dia um debandava com medo, pressão, ameaça de cassação.

Fizemos o processo, concluimos com um relatório inocentando Chiquinho e fomos para a votação. No dia da votação o plenário estava cheio de militares fardados. Nesse dia podia falar o líder do governo e da oposição, eu e Christiano.

Adalberto abriu a sessão, anunciou o processo. Chiquinho estava de licença. Aí o Christiano pediu que eu falasse primeiro, eu disse que

quem fala primeiro é a acusação, em todos os julgamentos quem fala antes é a acusação, eu sou a defesa.

A sessão seria encerrada às cinco horas, e cada líder poderia falar por 15 minutos. Eram umas 4 e 15 quando Christiano subiu ao plenário e ele esgotou o tempo dele todinho. A bancada do PSD fez um voto divergente ao parecer do relatório que era pela absolvição.

Christiano desce da Tribuna.

- Com a palavra o líder do governo, diz Adalberto.

Eu saí de traz do plenário e fui me dirigindo para a tribuna, olhei para o relógio e faltava meia hora para terminar a sessão. Subi, Cheguei em frente a mesa do presidente e disse: presidente, eu declino da palavra.

Quando eu disse declino Adalberto deu um sorriso e disse: em votação. Votação nominal (aberta). Chamava pelo nome e os deputados falavam a favor ou contra o parecer.

O pessoal do Chiquinho não entendeu, achou que eu tivesse traído ele, ligaram pra ee na mesma hora. Mas se eu falo não dava tempo de votar naquele dia, e no dia seguinte mais um deputado poderia debandar. Quando eu disse isso Christiano olhou pra mim assim...se desse tempo de eu falar eu falaria, mas não dava. E eu sabia que ganharíamos na votação, então não precisava eu falar.

Se precavendo da derrota, Chiquinho já havia deixado uma carta de renúncia com o presidente da Comissão, José Moraes, para o caso de cassação. Absolvido, essa carta ficou em poder de José Moraes. Depois de um tempo Chiquinho fez uma interpelação judicial tornando sem efeito aquela carta. Pois, ela lei, a renúncia é uma to individual e você pode desistir dela. Essa carta foi uma condicionante do exército, que só aceitava a comissão se houvesse essa carta de renúncia, ou seja, eles iriam cassar de qualquer maneira. Isso foi até noticiado, e aí que o Coronel Dilermando voltou e disse que havíamos traído e tal...na segunda vez ele veio em nome do presidente.

Aí Chiquinho sentiu que seria cassado e renunciou. Foi lida na Assembléia essa carta. O Rubens se comprometeu com a Revolução, aceitou as condições. Soube da renúncia quando defendia Chiquinho na tribuna da Assembléia. Fui surpreendido pala renúncia.

Nessa época o Zé Moraes além de presidente da comissão era também da Assembléia”.

**Tina Tirone:** entrevista concedida em 01/08/2005.

**Mini-perfil:** Médico. Autor da música vencedora do Festival de Música, realizado em Vitória em 1968.

- **Ficha de áudio:**

**8min35seg:** Festival de Música: “Milson foi um cavaleiro andante. Uma cabeça muito adiantada, ele queria criar música, arte e teatro quando Vitória ainda era virgem dessas coisas. A gente só via festival na televisão. Quando abriram as inscrições os garotos começaram a compor e a se descobrir como compositores. A partir daí ferveu tudo”.

**11min20seg:** “Em todos os lugares do país sempre tem um lugar que marca, em Vitória era o Britz Bar. Era um campo de batalha de uma trincheira só”.

**19min50seg:** “A interpretação do Aprígio era pessoal, ele cantava pra ele. Foi uma surpresa interessante ele cantar, mas foi um espetáculo, uma grande surpresa. O arranjo foi feito por Mauricio de Oliveira. O Aprígio cantou por solicitação de Chico, que era amigo. Ele sozinho no palco e a orquestra, era ele mesmo e bastou isso”.

**25min:** “A música sobe mas a letra te faz sofrer, você canta alto a morte de uma pessoa A música te dribla e você canta rindo oq eu devia cantar chorando, é uma música que mexe”.

**12min e 26 min:** Censura sobre suas músicas.

**33min:** Composição de Meio Mastro.

## **7.2 CD de áudio:**